

# 2018 Relatório e Contas



 **Santander Totta**

SEGUROS

3	Relatório do Conselho de Administração
4	Órgãos Sociais
5	Enquadramento Macro
12	A Evolução do Sector Segurador em Portugal
13	A Atividade da Santander Totta Seguros
15	Proposta de Aplicação de Resultados
16	Perspetivas e Desafios para 2019
16	Considerações Finais
17	Informação complementar
18	Demonstrações Financeiras
25	Anexo às Demonstrações Financeiras
109	Certificação Legal de Contas
116	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
120	Relatório sobre a estrutura e práticas de Governo Societário
124	Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização
135	Política de remunerações dos responsáveis das Funções Chave

*Exmos. Senhores,*

*Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2018.*



SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

---

**Mesa da Assembleia Geral**

---

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Secretário	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

---

**Conselho de Administração**

---

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Manuela Vieira Marinho
	Pedro Brandão de Melo e Castro
	Francisco del Cura Ayuso

---

**Conselho Fiscal**

---

Presidente	José Luís Areal Alves da Cunha
Vogais	António Baia Engana
	Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Suplente	José Duarte Assunção Dias

---

**Revisor Oficial de Contas**

---

Pricewaterhousecoopers & Associados, S.R.O.C., Lda. representada por  
Carlos Manuel Sim Sim Maia

---

**Comissão Executiva**

---

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Manuela Vieira Marinho
	Pedro Brandão de Melo e Castro

---

**Secretário da Sociedade**

---

Efetivo	Raquel João Branquinho Nunes Garcia
---------	-------------------------------------

---

## Economia Internacional

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do *Brexit*.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do *World Economic Outlook*, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% (-0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp).

### Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018
<b>Mundo</b>	<b>3,3</b>	<b>3,8</b>	<b>3,7</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>
EUA	1,5	2,2	2,9
UEM	1,8	2,4	1,8
Reino Unido	1,8	1,8	1,4
Japão	1,0	1,9	0,9
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>
África	1,5	2,9	2,9
Ásia	6,5	6,5	6,5
China	6,7	6,9	6,6
Europa de Leste	3,2	6,0	3,8
Médio Oriente	5,0	2,2	2,4
América Latina	-0,6	1,3	1,2
Brasil	-3,5	1,1	1,3

Fonte: FMI (janeiro de 2019)

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos absolutos) foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a indiana, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A **China** foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os **EUA**, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo “choque fiscal” adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no “braço de ferro” entre a Administração Trump e o Congresso (desde janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

A **zona euro** iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos, acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescido cerca de 1,8%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climatéricas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado “protesto dos coletes amarelos”, em França, e o “diferendo” entre o novo governo italiano,



constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e consequente alargamento de *spreads* face à Alemanha. A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o *Brexit*.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>1,9</b>	<b>1,7</b>
Alemanha	1,5	1,9
França	1,5	2,1
Espanha	2,5	1,7
Itália	1,0	1,2

Fonte: CE (fevereiro 2019)

Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de “normalização” da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”, posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de *Brexit*, em novembro foi alcançado um acordo de saída, entre o **Reino Unido** e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A “votação significativa” de 15 de janeiro saldou-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado “backstop” da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irlandas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial, deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura

com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do *Brexit* como uma violação dos resultados do referendo.

Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

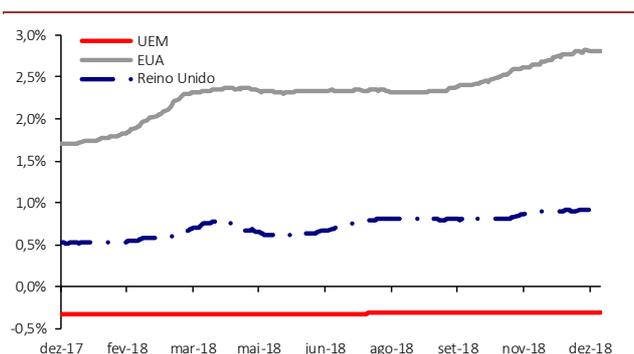
Nas **economias emergentes**, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais, com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o **Brasil** cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No **México**, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das **taxas de juro de curto prazo**. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,9% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das taxas de juro de curto prazo, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações “até durante o verão de 2019” resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

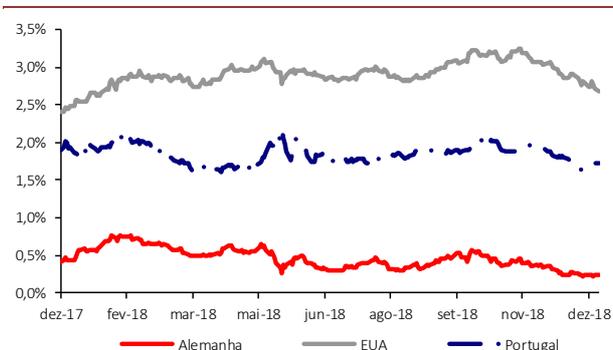
**Taxas de Juro 3 Meses**



Fonte: Bloomberg

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

**Taxas de Juro 10 Anos**



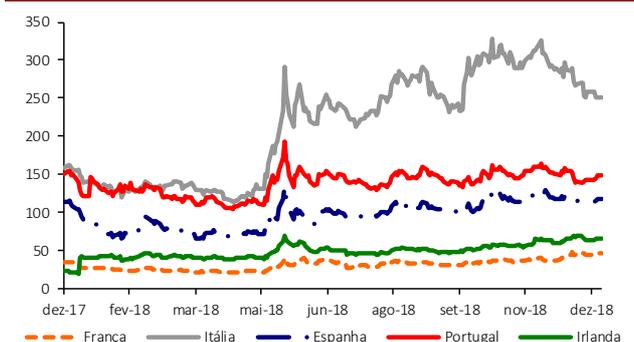
Fonte: Bloomberg

Na Alemanha, a *yield* dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros. Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de “fuga para a qualidade”, em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os *spreads* face à Alemanha subissem relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para *investment grade*, pela agência Moody’s, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.

**Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)**

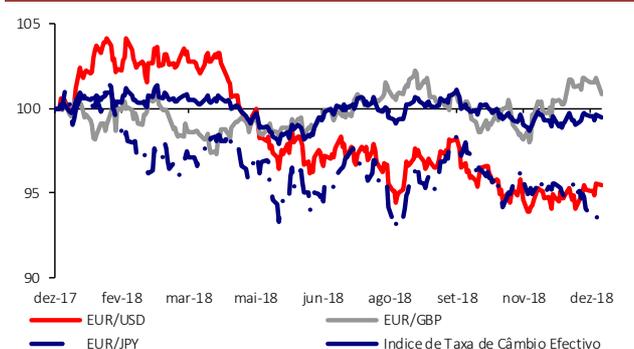


Fonte: Bloomberg

No **mercado cambial**, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do *Brexit*, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.

**Principais Taxas de Câmbio (Dez-2017 = 100)**

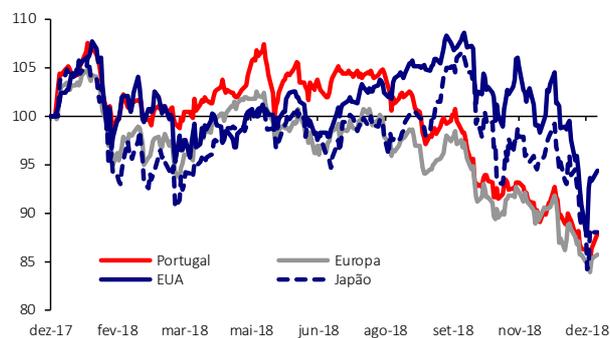


Fonte: BCE

No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os **mercados acionistas**.

Nos EUA, os mercados acionistas fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expectativas dos investidores.

**Mercados Acionistas  
(Dez-17 = 100)**



Fonte: Bloomberg

Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do sector financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expectativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da banca, acrescentando aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

**Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)**



Fonte: Bloomberg

O preço do **petróleo** terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expectativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O **ouro** revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.

## Economia Portuguesa

O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

### Dados Macroeconómicos

	2016	2017	2018
<b>PIB</b>	<b>1,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,1</b>
Consumo Privado	2,4	2,3	2,5
Consumo Público	0,8	0,2	0,8
Investimento	1,8	9,2	5,6
Exportações	4,4	7,8	3,7
Importações	4,7	8,1	4,9
Inflação média	0,6	1,4	1,0
Desemprego	11,1	8,9	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,0	-3,0	-0,7
Dívida pública (% do PIB)	129,2	124,8	122,1
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,6	1,4	0,4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

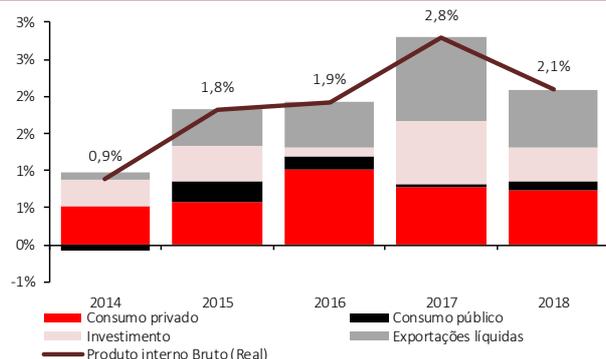
Em 2018, o **PIB** cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

O **consumo privado** permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expectativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

Ao nível do **investimento**, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (i) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa; e (ii) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.

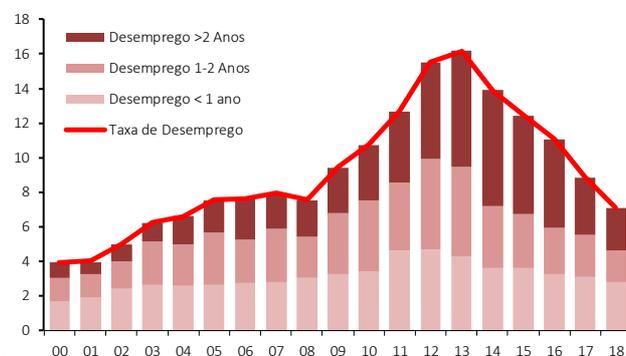
### Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Como mencionado, o **mercado de trabalho** continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2008, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

### Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

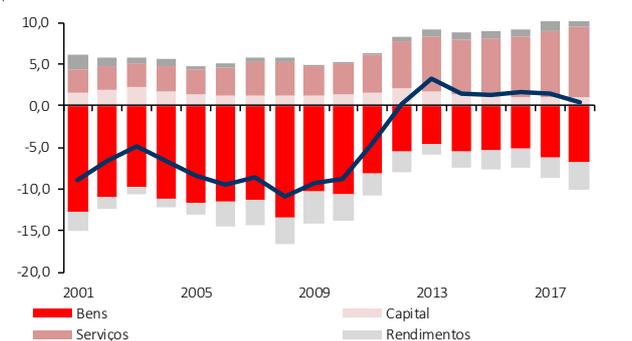
Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a **taxa de poupança** das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

As **exportações** mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela

AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As **importações** também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as importações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.

**Balança Corrente e de Capital (% PIB)**



Fonte: Banco de Portugal, INE

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a **redução do endividamento** da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados. No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

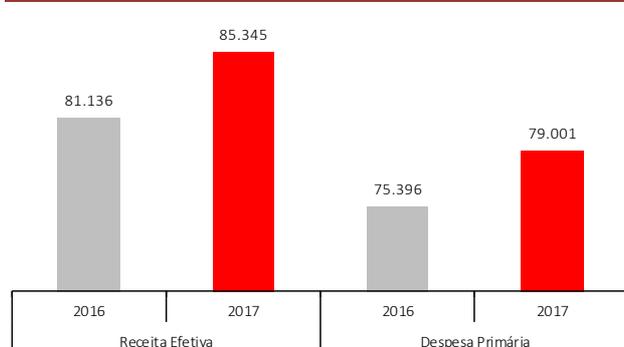
Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a **dívida pública**, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o **déficit público** a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um déficit de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

O orçamento de Estado para 2019 prevê um déficit orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.

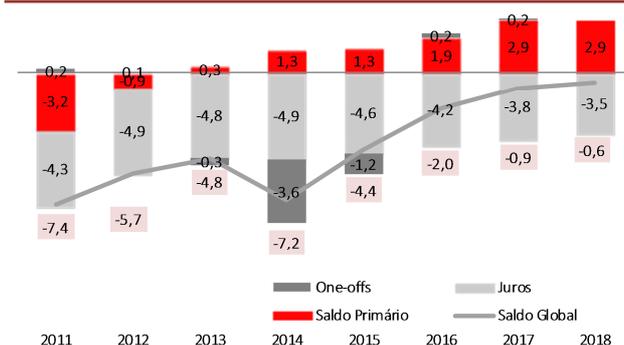
**Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)**



Fonte: Ministério das Finanças

A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em *investment grade* pelas principais agências de *rating*, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto à proposta de orçamento para 2019. A *yield* dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um *spread* negativo, de cerca de 100p.b. face à Itália).

**Déficit Orçamental (% PIB)**



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em conduções mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por

financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de OTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de reestruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o *stock* de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o *stock* de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.

## A Evolução do Sector Segurador em Portugal

Num contexto económico mais favorável, o volume global da produção de seguro direto do sector segurador português cresceu, em 2018, +11,7% para o valor de 13 mil milhões de euros mantendo a tendência positiva que se assistiu em 2017. Para este acréscimo contribuíram os incrementos verificados tanto no ramo Vida (14,5%) como nos ramos Não Vida (7,4%).

### Produção de seguro direto em Portugal, por ramos

u.m. milhões de euros	2015	2016	2017	2018*	Δ
<b>Vida</b>	<b>8.671</b>	<b>6.677</b>	<b>7.089</b>	<b>8.114</b>	<b>14,5%</b>
Seguro de Vida	6.522	4.991	4.900	6.346	29,5%
Seguros Ligados a F. Investimento	2.148	1.686	2.187	1.767	-19,2%
Operações de Capitalização	1		1	1	-40,6%
<b>Não Vida</b>	<b>3.993</b>	<b>4.194</b>	<b>4.494</b>	<b>4.827</b>	<b>7,4%</b>
Acidentes e Doença	1.354	1.482	1.632	1.790	9,7%
Acidentes de trabalho	556	624	705	801	13,5%
Doença	633	694	751	807	7,4%
Acidentes (outros)	165	164	175	183	4,3%
Incêndio e Outros Danos	764	779	804	848	5,4%
Automóvel	1.471	1.522	1.610	1.718	6,7%
Marítimo e Transportes	25	25	26	25	-1,9%
Aéreo	7	6	7	7	2,1%
Mercadorias Transportadas	23	22	21	21	-2,3%
Responsabilidade Civil Geral	112	116	127	132	4,1%
Diversos	238	243	266	285	7,2%
<b>TOTAL</b>	<b>12.664</b>	<b>10.872</b>	<b>11.582</b>	<b>12.941</b>	<b>11,7%</b>

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

\* Valores Provisórios

Fonte: ASF – Departamento de Estatística e Controlo de Informação

No ramo Vida de salientar os planos de poupança reforma (PPR) que apresentaram um crescimento de cerca de 56,6%, representando assim 45% do total do ramo vida que compara com 31% em 2017.

Já o ramo Não Vida, fruto da melhoria verificada na situação económica do país e do mercado de trabalho, apresenta crescimentos de produção em todos os principais ramos, materializando um crescimento total de +7,4% face a 2017, destacando-se a contribuição da modalidade de Acidentes de Trabalho, que detém um peso de 16,6% nos ramos Não Vida e cujo crescimento foi de 13,5%, em linha com o verificado no ano 2017, na sequência das recomendações da ASF e das medidas tomadas pelos operadores no sentido do restabelecimento do equilíbrio técnico desta modalidade. De salientar, embora com menos expressão, o crescimento do Ramo Doença com +7,4% de produção que em 2017 e o Automóvel com +6,7% de crescimento. Este impacto positivo não foi, no entanto, sentido a nível da rentabilidade do setor, quer pela evolução, continuada, de baixas taxas de juros com a consequente redução dos resultados financeiros; quer pelo aumento da taxa de sinistralidade em alguns ramos.

A estrutura que a produção apresenta em 2018, coloca o segmento Vida responsável por 62,7% da produção total do Sector e o segmento Não Vida responsável pelos restantes 37,3% em linha com o verificado em 2017.

Decorrente da entrada em vigor, em 2016, do novo regime Solvência II, durante o ano de 2018 o setor continuou a desenvolver e melhorar procedimentos e processos ao nível de metodologias de cálculo, de reporte e de requisitos de governação, integrando estas alterações no processo de decisão e de definição de estratégias, por forma a garantir a transparência, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.

Além do exigente desafio da regulação, os desafios da inovação, da digitalização da economia e da mudança de comportamentos dos consumidores, são também geradores de novas oportunidades para novos negócios que deem resposta a novos riscos e, conseqüentemente, a novos seguros, ou a novas coberturas para os seguros hoje disponíveis. Nesse sentido, iremos ver o setor a aprofundar o seu processo de transformação e modernização iniciado em anos anteriores, com vista a reforçar a sua credibilidade e sustentabilidade.



### A Atividade da Santander Totta Seguros em 2018

#### Introdução

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros”) incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a *Aegon Spain Holding B.V.*, e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a *Aegon Spain Holding B.V.*, em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes, tendo como contrapartida recebido o valor de 9 milhões de euros por ajuste ao valor das participações na Aegon Santander Portugal Vida e na Aegon Santander Portugal Não Vida (decorrente da extensão da rede por integração do ex-Banco Popular).

Ainda neste âmbito, está prevista a venda do referido ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo vida (incluindo a carteira ressegurada à Scor), da Eurovida, à Aegon Santander Portugal Vida, sendo que o preço acordado foi de 7,8 milhões de euros. Este montante foi registado como adiantamento na Santander Totta Seguros, estando previsto o reconhecimento contabilístico da operação no exercício de 2019, aquando da efetiva transferência do ramo autónomo de negócio.

Neste contexto, em 2018, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (Unit Link), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros.

#### Atividade e Resultados

O ano de 2018, configura-se como ano de inflexão da carteira de seguros financeiros. O valor dos **prémios emitidos** pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2018 o montante de 995,4 milhões de euros representando um aumento de 26,7% relativamente a 2017.

O volume de **prémios da atividade de risco e mistos** atingiu em 2018, 98,7 milhões de euros, dos quais 21 milhões são resultantes da ex-Eurovida, o que, representa um aumento de 18,9% face aos prémios emitidos em 2017. Salientamos, que a carteira de risco de origem da Santander Totta Seguros não tem nova produção desde 31 de dezembro de 2014, devido à transferência para a Aegon Santander Vida, da carteira subscrita a partir de 1 de julho de 2012 e do novo negócio de vida risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Nos **produtos financeiros**, a Companhia promoveu em estreita colaboração com o Mediador - o Banco Santander Totta S.A. a sua oferta diversificada, a qual conheceu importantes desenvolvimentos desde 2016 com vista a dotar a Seguradora de uma oferta completa para servir os diferentes segmentos do Banco, criando-se as bases de sustentabilidade para o seu crescimento futuro. Com efeito, em 2018 as gamas de Unit Linked Abertos, nomeadamente o Seguro Financeiro Equilibrado e o Seguro Financeiro Crescimento Ações, destinados aos segmentos *mass market* e afluente e os UL’s Individuais Private sustentaram o registo de um crescimento significativo iniciado já em 2017, apesar de beneficiarem de condições de mercado menos favoráveis que no ano transato. Adicionalmente, deu-se um foco importante à temática da Reforma, com o lançamento mensal de produtos PPR ‘Reforma’ 10 que ajudou a consolidar a posição de mercado no segmento de ‘risco tomador’.

A emissão de produtos financeiros ao longo do ano, alcançou prémios totais emitidos no valor de 896,6 milhões de euros, um aumento de +27,6% face a 2017.

Com o aumento da produção, a margem técnica sofreu um incremento de 9,7% face a 2017.



## A ATIVIDADE DA SANTANDER TOTTA SEGUROS EM 2018

Prémios emitidos e contribuições	2017	2018	Var.
<b>Contratos de Seguros</b>			
- Seguros de Vida Risco	83	98,7	18,9%
- Seguros Poupança (exclui PPR/E)	0,2	6,3	2765,1%
- PPR/E	127,7	68,6	-46,3%
<b>Contratos de Investimento</b>			
- Seguros Poupança (exclui PPR/E)	566	449,3	-20,6%
- PPR/E	8,9	372,4	4083,7%
<b>Total</b>	<b>785,8</b>	<b>995,4</b>	<b>26,7%</b>

O total de comissões de seguros pagas à rede Santander Totta ascendeu a 50,1 milhões de euros em 2018 significando um incremento de 4,2% relativamente ao ano transato.

O resultado da conta técnica alcançou, em 31 de dezembro de 2018 foi de 6,6 milhões de euros contra, 2,8 milhões no ano anterior.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 21,5 milhões de euros, representando um incremento de 263,1% relativamente ao ano anterior, este resultado está influenciado pelos 9 milhões de euros do ajuste ao preço da participação da Aegon, em resultado do alargamento da rede de balcões do Ex-Banco Popular.

O ativo líquido da Santander Totta Seguros em 31 de dezembro de 2018 era de 4.177 milhões de euros representando um aumento de 36,8% face ao ano anterior o qual decorre fundamentalmente do elevado volume de contribuições para contratos financeiros.

O volume total de ativos financeiros geridos aumentou para 4.121 milhões de euros, um aumento de 36,9% face a 2017, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos. O valor de 2018 inclui 14,3 milhões de euros relativos à participação de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 3.934 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 versus 2.864 milhões de euros em 2017.

Em 2018 o Capital Próprio da Companhia totalizava 110,9 milhões de Euros, registando-se um aumento de 21,3 milhões de Euros face a 2017.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicadores de uma

situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2018. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2018 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2019.

No âmbito ainda do regime de Solvência II, verificou-se a conclusão da implementação do projeto tecnológico, das políticas e das métricas definidas, bem como o reforço do modelo de governo, da Santander Totta Seguros.

Ainda durante 2018, e em linha com o ano anterior, a Santander Totta Seguros desenvolveu e implementou todos os procedimentos por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais referentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados e à Nova diretiva da Distribuição de Seguros.

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

Indicadores	Milhões de Euros / %			
	2015	2016	2017	2018
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	13,1%	13,5%	14,2%	21,1%
Capitais Seguros Risco (10 <sup>6</sup> €) / N <sup>o</sup> médio de Colaboradores	409	342	331	215
N <sup>o</sup> médio de Colaboradores	34	36	33	60
Resultado Líquido	4,4	11,9	5,1	17,8
Capital Próprio	155,9	163,2	89,6	110,9
Ativo Líquido	3.251	2.705	3.054	4.177
Resultado Líquido / Capital Próprio	2,8%	7,3%	5,7%	16,0%
Resultado Líquido / Ativo Líquido	0,1%	0,4%	0,2%	0,4%

### Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de 17.756.836,12 € (dezassete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil oitocentos e trinta e seis euros e doze cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 1.775.683,62€ (um milhão, setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e três euros e sessenta e dois cêntimos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei 147/2015 de 9 de setembro;
- 15.981.152,50€ (quinze milhões novecentos e oitenta e um mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos) para Resultados Transitados.



## Perspetivas e Desafios para 2019

Para o ano de 2019, a Companhia perspetiva:

- A otimização de processos e maior eficiência de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa atividade – o serviço a clientes e a sua satisfação com uma maior eficiência nos custos;
- Prosseguir a implementação de melhorias no processo de reporte de Solvência II incorporando as alterações legislativas que forem sendo emitidas;
- Prosseguir o controlo e supervisão da atividade e dos riscos associados às sociedades resultantes da aliança com a Aegon, apoiando o desenvolvimento da parceria e prossecução do plano de negócios contratado num quadro de adequado controlo.
- Robustecer a gama de produtos da companhia, por forma a completar a proposta de valor do principal mediador, nomeadamente na temática de investimento de médio e longo prazo, crítica no planeamento financeiro das famílias.
- Apoiar o comercializador através da disponibilização de conteúdos comerciais inovadores e de ações de formação regulares às estruturas comerciais do Banco Santander Totta.
- Melhorar do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

## Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração,

Nuno Miguel Frias Costa  
Presidente

Manuela Vieira Marinho  
Vogal

Pedro Brandão de Melo e Castro  
Vogal

Francisco del Cura Ayuso  
Vogal



## INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

Membro	Entidade	N.º de Títulos 31-12-2017	Movimentos em 2018				N.º de Títulos 31-12-2018
			Data	Operação	N.º. Ações	Preço/Ação	
Nuno Frias da Costa	Banco Santander, S.A.	13.542	16-02-2018	Depósito de Títulos	1.321	5,597	27.128
			21-02-2018	Depósito de Títulos	12.047	5,597	
			13-11-2018	Alteração Cód.CVM	218	-	
Pedro Mello e Castro	Banco Santander, S.A.	-	16-02-2018	Depósito de Títulos	2.291	5,597	2.309
			21-02-2018	Aumento Capital por incorporação reservas	18	-	
Manuela Vieira Marinho	Banco Santander, S.A.	5.098	21-02-2018	Depósito de Títulos	2.035	5,597	7.190
			05-11-2018	Aumento Capital por incorporação reservas	57	-	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	ACTIVO	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	195.620.090		195.620.090	213.166.098
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.808.000	0	21.808.000	14.308.000
6	Activos financeiros detidos para negociação				8.709.172
6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	2.286.338.421
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.080.243.434	0	3.080.243.434	
	Derivados de cobertura	0	0	0	0
6	Activos financeiros disponíveis para venda				402.836.297
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	748.779.928	0	748.779.928	
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	85.428.465
	Depósitos junto de empresas cedentes	0		0	0
	Outros depósitos	0		0	82.253.443
	Empréstimos concedidos	0		0	1.911.881
	Contas a receber	0		0	0
	Outros	0		0	1.263.141
	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	69.415.589	0	69.415.589	0
	Terrenos e edifícios	0	0	0	0
7	Outros activos tangíveis	2.978.942	2.899.563	79.379	121.336
	Inventários	0		0	0
	Goodwill	0		0	0
8	Outros activos intangíveis	9.369.968	8.728.321	641.647	795.824
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	21.042.131	0	21.042.131	22.941.347
	Ramo Vida	21.042.131	0	21.042.131	22.941.347
	Provisão matemática	170.120		170.120	445.895
	Provisão para sinistros	17.660.802		17.660.802	19.064.293
	Provisão para prémios não adquiridos	3.211.210		3.211.210	3.431.159
	Ramos Não Vida	0	0	0	0
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24.138		24.138	0
9	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	14.401.646	764.546	13.637.100	16.993.153
	Contas a receber por operações de seguro directo	5.471.875	79.420	5.392.455	5.835.008
	Contas a receber por operações de resseguro	158.166		158.166	58
	Contas a receber por outras operações	8.771.605	685.126	8.086.479	11.158.086
15	Activos por impostos e taxas	1.558.438	0	1.558.438	2.653.589
	Activos por impostos (e taxas) correntes	30		30	369.112
	Activos por impostos diferidos	1.558.408		1.558.408	2.284.478
10	Acréscimos e diferimentos	349.138		349.138	16.307
	Outros elementos do activo	0		0	0
36	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinua	23.963.323		23.963.323	0
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>4.189.554.766</b>	<b>12.392.431</b>	<b>4.177.162.335</b>	<b>3.054.308.009</b>

O Contabilista certificado

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	Exercício Anterior
	<b>PASSIVO</b>		
11	Provisões técnicas	715.210.716	412.496.811
	Ramo Vida	715.210.716	412.496.811
	Provisão matemática	653.039.830	360.077.117
	Provisão para sinistros	25.446.449	26.863.062
	Provisão para participação nos resultados	26.900.299	22.088.887
	Provisão para compromissos de taxa	6.579.980	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0
	Provisão para prémios não adquiridos	3.244.158	3.467.746
	Provisão para riscos em curso	0	0
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0
	Ramos Não Vida	0	0
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.197.888.372	2.451.851.528
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.142.312.039	2.430.798.331
	Valorizados ao custo amortizado	55.576.333	21.053.198
13	Outros passivos financeiros	85.281.695	70.396.002
	Derivados de cobertura	0	0
	Passivos subordinados	0	0
	Depósitos recebidos de resseguradores	245.915	80.320
	Outros	85.035.781	70.315.682
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	0
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31.078.333	21.181.645
	Contas a pagar por operações de seguro directo	12.622.918	10.549.570
	Contas a pagar por operações de resseguro	5.007.181	6.460.887
	Contas a pagar por outras operações	13.448.235	4.171.187
15	Passivos por impostos e taxas	3.550.791	1.627.979
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	3.550.198	1.627.979
	Passivos por impostos diferidos	593	0
10	Acréscimos e diferimentos	4.311.596	2.940.878
16	Outras provisões	5.003.425	4.181.135
	Outros elementos do passivo	0	0
36	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	23.963.323	0
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>4.066.288.252</b>	<b>2.964.675.978</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
17	Capital	47.250.000,00	47.250.000
	Dividendo Antecipado	0,00	0
17	Outros instrumentos de Capital	0,00	0
18	Reservas de reavaliação	4.430.794,56	3.985.724
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		3.985.724
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	4.430.794,56	
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0
	De diferenças de câmbio	0,00	0
18	Reserva por impostos diferidos	-936.416,18	-936.645
18	Outras reservas	36.974.588,76	33.998.559
18	Resultados transitados	5.398.279,65	233.914
	Resultado do exercício	17.756.836,12	5.100.480
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>110.874.082,91</b>	<b>89.632.031</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>4.177.162.334,82</b>	<b>3.054.308.009</b>

O Contabilista certificado

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.  
 CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	89.508.309	0		89.508.309	130.966.891
	Prémios brutos emitidos	173.694.737	0		173.694.737	210.954.789
	Prémios de resseguro cedido	84.190.067	0		84.190.067	79.982.409
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-223.588	0		-223.588	-237.144
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-219.950	0		-219.950	-242.633
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30.877.648	0		30.877.648	24.556.059
11	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	45.178.893	0		45.178.893	22.256.209
	Montantes pagos	45.784.421	0		45.784.421	22.297.997
	Montantes brutos	62.703.480	0		62.703.480	41.145.372
	Parte dos resseguradores	16.919.058	0		16.919.058	18.847.376
	Provisão para sinistros (variação)	-605.528	0		-605.528	-41.787
	Montante bruto	-1.873.197	0		-1.873.197	1.507.636
	Parte dos resseguradores	-1.267.668	0		-1.267.668	1.549.423
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	43.949.238			43.949.238	110.111.720
	Montante bruto	42.159.501			42.159.501	109.353.295
	Parte dos resseguradores	-1.789.737			-1.789.737	-758.425
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	815.820	0		815.820	408.123
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	1.500.000	0		1.500.000	0
21	Custos e gastos de exploração líquidos	32.560.550	0		32.560.550	25.092.876
	Custos de aquisição	55.424.305	0		55.424.305	49.922.868
	Custos de aquisição diferidos (variação)	62.129	0		62.129	157.876
	Gastos administrativos	6.229.456	0		6.229.456	3.212.069
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	29.155.340	0		29.155.340	28.199.937
25	Rendimentos	102.399.488	0	4.969.112	107.368.600	98.185.494
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	12.035.358	0	3.192.756	15.228.114	10.294.550
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	90.364.130	0	1.776.356	92.140.486	87.890.944
26	Gastos financeiros	7.984.075	0	572.691	8.556.765	6.936.887
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	7.984.075	0	572.691	8.556.765	6.936.887
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	151.505	0	8.875.974	9.027.479	-178.910
	De activos disponíveis para venda					-386
	De activos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	312.685	0	168.516	481.201	0
	De activos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	0	0	0	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-161.180	0	0	-161.180	-178.524
	De outros	0	0	8.707.458	8.707.458	0
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					-82.673.086
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação					-1.497.605
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					-81.175.481
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-86.031.249	0	1.504.253	-84.526.995	
28	Diferenças de câmbio	1.260.816	0	-215	1.260.601	-64
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0	0
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-22.582	0	0	-22.582	0
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	370.461	0	0	370.461	-142.741
16	Outras provisões (variação)	0	0	-344.220	-344.220	34.455
30	Outros rendimentos/gastos	0	0	-166.084	-166.084	54.621
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	0
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>6.570.985</b>	<b>0</b>	<b>14.954.570</b>	<b>21.525.555</b>	<b>5.927.993</b>
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			2.224.977	2.224.977	346.880
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			1.543.741	1.543.741	480.633
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				<b>17.756.836</b>	<b>5.100.480</b>

O Contabilista Certificado

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
 (Montantes expressos em euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros ao justo		Reserva legal	Reserva de Fusão	Outras reservas			
	<b>Balanco a 31 de Dezembro n-1 (balanco de abertura)</b>	47,250,000	3,985,724	-936,645	33,987,832	-	10,727	233,914	5,100,480	89,632,031
	<b>Balanco de abertura alterado</b>	47,250,000	3,985,724	-936,645	33,987,832	-	10,727	233,914	5,100,480	89,632,031
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	445,070	-	-	-	-	-	-	445,070
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	229	-	-	-	-	-	229
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	510,048	-	-	4,590,432	-5,100,480	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	10,888	573,934	-	584,822
37	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	2,455,094	-	-	-	2,455,094
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	445,070	229	510,048	2,455,094	10,888	5,164,366	-5,100,480	3,485,215
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	17,756,836	17,756,836
	<b>Balanco a 31 de Dezembro n</b>	47,250,000	4,430,795	-936,416	34,497,880	2,455,094	21,615	5,398,280	17,756,836	110,874,083

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2016 (posição de abertura)</b>	47,250,000	3,560,555	(836,730)	32,800,508	10,163	68,548,005	11,873,232	163,205,733
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	47,250,000	3,560,555	(836,730)	32,800,508	10,163	68,548,005	11,873,232	163,205,733
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	1,187,323	-	-	(1,187,323)	-
18	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	(34,314,091)	(10,685,909)	(45,000,000)
18	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(34,000,000)	-	(34,000,000)
	<b>Resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	-	-	5,100,480	5,100,480
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	-	425,169	(99,915)	-	565	-	-	325,819
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	425,169	-	-	-	-	-	425,169
18	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(99,915)	-	-	-	-	(99,915)
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	565	-	-	565
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	-	425,169	(99,915)	-	565	-	5,100,480	5,426,299
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	425,169	(99,915)	1,187,323	565	(68,314,091)	(6,772,753)	(73,573,701)
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2017</b>	47,250,000	3,985,724	(936,645)	33,987,832	10,727	233,914	5,100,480	89,632,031

O Contabilista certificado

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício	Exercício Anterior
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>17 756 836</b>	<b>5 100 480</b>
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>456 187</b>	<b>325 819</b>
	Items que reclassificam por resultados		
18	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	445 070	425 169
	Ganhos e perdas líquidos	467 652	425 555
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(22 582)	(386)
	Imparidade	-	-
27	Alienação	(22 582)	(386)
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com items que reclassificam por resultados	229	(99 915)
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-
	Benefícios pós-emprego	-	-
	Outros movimentos	10 888	565
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	<b>18 213 024</b>	<b>5 426 299</b>

O Contabilista certificado

**SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Montantes expressos em euros)

	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	17.756.836	5.100.480
Mais valias na alienação de investimentos em filiais		-
Mais valias na alienação de carteiras de seguros		-
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	486.885	572.473
Variação em outras provisões	(975.066)	(200.175)
Variação nas provisões técnicas	38.705.530	111.139.208
Variação de passivos por contratos de investimento	159.985.247	284.603.279
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais:		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	1.228.371	537.939
Devedores por outras operações	3.402.325	2.024.881
Ativos por impostos	3.972.677	1.760.929
Outros ativos	1.310.809	(2.102)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(1.780.863)	(2.297.524)
Credores por outras operações	8.085.925	1.430.106
Passivos por impostos	1.649.348	(2.750.805)
Incentivos de longo prazo	10.888	565
Outros passivos	720.738	103.564
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>234.559.651</b>	<b>402.022.817</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(233.311.265)	(261.229.823)
Variação nos ativos financeiros a custo amortizado	(55.891.768)	(96.771.474)
Variação nos empréstimos e contas a receber	20.251.187	102.062.495
Constituição de companhias filiais	-	-
Aquisição da Eurovida	(105.000.000)	
Alienação de investimentos em filiais	(112.230)	-
Alienação de carteiras de seguros vida e não vida	-	-
Aquisições de outros ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(836.141)	(527.914)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(374.900.217)</b>	<b>(256.466.716)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias		(18.540.000)
Reembolso do empréstimo subordinado		-
Pagamento de dividendos		(79.000.000)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>(97.540.000)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(140.340.566)</b>	<b>48.016.101</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	335.960.656	165.149.997
Caixa e seus equivalentes no fim do período	195.620.090	213.166.098

O Contabilista certificado

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros”) incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (Alliance and Shareholders Agreement) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes, tendo como contrapartida recebido o valor de 9 milhões de euros por ajuste ao valor das participações na Aegon Santander Portugal Vida e na Aegon Santander Portugal Não Vida (decorrente da extensão da rede por integração do ex-Banco Popular).

Ainda neste âmbito, está prevista a venda do referido ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo vida (incluindo a carteira ressegurada à SCOR), da Eurovida, à Aegon Santander Portugal Vida, sendo que o preço acordado foi de 7,8 milhões de euros. Este montante foi registado como adiantamento na Santander Totta Seguros, estando previsto o reconhecimento contabilístico da operação no exercício de 2019, aquando da efetiva transferência do ramo autónomo de negócio.

Neste contexto, em 2018, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (*Unit-linked*), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.20.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

### 2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

### 2.3. Instrumentos financeiros

#### 2.3.1. Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018 – IFRS 9

##### a) Ativos financeiros

###### Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

###### Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
  - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
  - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2018, a classificação dos ativos financeiros da Companhia por categoria encontra-se na Nota 6.

### Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

### Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros devedores” e aos Ativos de contratos com clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Companhia apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. São detalhados na Nota 6 os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu, ou não, um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.3.2. Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017 – IAS 39

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente imputados à transação são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da Bloomberg.

No caso dos valores mobiliários serem cotados em mais do que uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado onde o título foi adquirido para a carteira, sujeito a alteração em caso deste apresentar reduzida liquidez, frequência ou regularidade de transações.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, definiu-se um conjunto de critérios com base nos quais se elege o contribuidor que se considera ter um preço credível e adequado para a valorização e que divulgue preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “*discounted cash-flows*”).

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados;

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de relato encontram-se classificados nesta categoria.

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 (“*fair value option*”). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 2.3.2. d) e 13. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adoção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
    - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

Existem ainda saldos resultantes de operações de seguro direto e resseguro, os quais são apresentados na demonstração da posição financeiras na rubrica “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como ativos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros" até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos diretamente na conta de ganhos e perdas.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda) e o respetivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e registados na rubrica "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica "Rendimentos – Outros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica "Rendimentos – Outros", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente imputáveis à transação (custos incrementais diretamente atribuíveis aos passivos financeiros).

A rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit-linked*) são mensurados ao justo valor e registados na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas". As variações no justo valor são refletidas em "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando estes são cancelados ou extintos.

c) Reclassificação de ativos financeiros

A Norma IAS 39 permite que sejam efetuadas as seguintes reclassificações entre as categorias de ativos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, ativos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados), para ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber, ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que obedçam às características da IAS 39 para a categoria respetiva.
- (ii) Ativos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Caso a Companhia venda ou reclassifique um valor significativo de ativos financeiros detidos até à maturidade antes do seu vencimento durante o ano financeiro, ou durante os dois anos financeiros anteriores, a Companhia terá que reclassificar os ativos financeiros remanescentes classificados como “detidos até à maturidade” para a categoria de disponíveis para venda. Caso isto se verifique, a Companhia não poderá classificar ativos na categoria de detidos até à maturidade durante os dois anos financeiros subsequentes à reclassificação.

d) Outros passivos financeiros

O acionista único concedeu à Companhia em outubro de 2008 prestações acessórias não remuneradas, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos *unit-linked* sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao acionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituídas sejam liquidados pelos respetivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 13). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso será efetuado nos termos anteriormente mencionados.

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os ativos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respetiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser considerados para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os ativos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Companhia não efetuou quaisquer operações de reporte e de empréstimo de títulos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

f) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade anteriormente referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objetivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida da reserva de justo valor e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em investimentos em instrumentos de dívida podem ser revertidas através de resultados,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a investimentos em instrumentos de capital próprio não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

g) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível a todo o momento de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Seguradora, ou da contraparte.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de <u>vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

## 2.6. Provisões técnicas

### 2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito do atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9 e IAS 39, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### 2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

### 2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos, líquidos de resseguro”, da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

Relativamente às responsabilidades associadas a contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados, ver nota 2.3.2 b).

#### 2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

#### Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

#### Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

### 2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Contabilmente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

#### 2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

#### 2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “*equity settled share-based payment transactions*”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

#### 2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

#### 2.15. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

2.16. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.17. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.18. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.19. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

*Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3.2. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos (Nota 6). A valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

*Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros*

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3.1. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta a avaliação de forma prospetiva das perdas de crédito estimadas associadas a esses ativos, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IFRS 9.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

*Determinação das responsabilidades por contratos de seguro*

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2018, das responsabilidades a que se encontra obrigada (Nota 11).

*Resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.21. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2018:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018:
  - a) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes'. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Esta norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
  - b) **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
  - c) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Esta norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
  - d) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
  - e) **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
  - f) **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
  - g) **Melhorias às normas 2014 – 2016**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- h) **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Esta IFRIC não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
2. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:
- i) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- j) **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- k) **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:
- l) **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- m) **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Os investimentos de longo-prazo em associadas e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. É expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- n) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- o) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo 'principais utilizadores das demonstrações financeiras', sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- p) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura da melhoria às referidas normas tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- q) **Estrutura concetual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- r) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera nos ramos vida e não vida, contudo nos exercícios de 2018 e 2017 apenas comercializou seguros do ramo vida. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2018 e 2017, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2018					Total
	Ramo Vida		Gestão de Fundos Pensões	Área não técnica		
	Seguros de Vida	Seguros Ligados				Contratos de investimento
Prémios brutos emitidos	173,649,894	44,843	-	-	-	173,694,737
Prémios de resseguro cedido	(84,190,067)	-	-	-	-	(84,190,067)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	223,588	-	-	-	-	223,588
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(219,950)	-	-	-	-	(219,950)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	30,877,648	-	-	30,877,648
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(45,031,002)	(147,891)	-	-	-	(45,178,893)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(815,820)	-	-	-	-	(815,820)
Outras provisões técnicas (variação)	(45,548,268)	99,030	-	-	-	(45,449,238)
Remunerações de mediação (comissões)	(31,613,571)	-	(20,634,390)	-	-	(52,247,960)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	29,155,340	-	-	-	-	29,155,340
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(5,980,156)	(2,187)	(3,387,843)	(97,744)	-	(9,467,930)
Resultados dos investimentos	11,695,634	34,797	(1,911,364)	-	14,776,435	24,595,502
Outros rendimentos / gastos técnicos	(508,218)	-	-	878,679	-	370,461
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	178,135	178,135
Resultado antes de impostos	817,405	28,593	4,944,052	780,935	14,954,570	21,525,555
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(3,768,719)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	17,756,836
Ativo Total	788,797,689	1,641,741	3,219,076,086	-	167,646,819	4,177,162,335
Passivo Total	723,610,261	1,413,833	3,225,528,381	-	115,735,776	4,066,288,252

	2017			
	Ramo Vida		Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Contratos de investimento		
Prémios brutos emitidos	210,954,789	-	-	210,954,789
Prémios de resseguro cedido	(79,982,409)	-	-	(79,982,409)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	237,144	-	-	237,144
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(242,633)	-	-	(242,633)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	24,556,059	-	24,556,059
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(22,256,209)	-	-	(22,256,209)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(408,123)	-	-	(408,123)
Outras provisões técnicas (variação)	(110,111,720)	-	-	(110,111,720)
Remunerações de mediação (comissões)	(29,361,634)	(18,523,026)	-	(47,884,660)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira	-	-	-	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	28,199,937	-	-	28,199,937
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3,265,137)	(2,143,016)	-	(5,408,153)
Resultados dos investimentos	6,887,432	(1,570,247)	3,079,362	8,396,547
Outros rendimentos / gastos técnicos	(142,741)	-	-	(142,741)
Outros custos e proveitos	-	-	20,167	20,167
Resultado antes de impostos	508,695	2,319,769	3,099,529	5,927,993
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	(827,513)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	5,100,480
Ativo Total	457,718,080	2,472,587,137	124,002,792	3,054,308,009
Passivo Total	424,897,980	2,469,888,799	69,889,199	2,964,675,978

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa e seus equivalentes	981	250
Depósitos à ordem	201,022,574	213,165,848
	<u>201,023,555</u>	<u>213,166,098</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	5,403,465	-
	<u>195,620,090</u>	<u>213,166,098</u>

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados, essencialmente, no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BBB de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: *Fitch IBCA*, *Standard & Poors* e *Moody's*.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	
		2018	2017
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>			
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	6,076,000	6,076,000
		<u>14,308,000</u>	<u>14,308,000</u>
<u>Filiais</u>			
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	100.00%	7,500,000	-
		<u>7,500,000</u>	<u>-</u>
		<u>21,808,000</u>	<u>14,308,000</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 34).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (“*Earn Out*”) a receber pela Companhia a partir de 31 de Dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “Alliance and Shareholders’s agreement”, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2018				2017			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	49,00%	98.530.985	67.416.940	31.114.044	12.272.939	91.632.860	66.665.303	24.967.557	6.239.238
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49,00%	32.972.070	16.392.101	16.579.969	2.713.925	21.303.984	7.408.469	13.895.516	(87.334)

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2018 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2017, que apresentava valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, tendo em conta o cumprimento durante 2018 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

No âmbito do processo de fusão da Eurovida no exercício de 2018, conforme referido na Nota 1, a Santander Totta Seguros incorporou a participação de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo montante de 7.500.000 euros.

Os dados financeiros da Popular Seguros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2018				2017			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	20,455,133	11,090,978	9,364,154	217,213	18,779,834	9,339,583	9,440,251	637,552

## 6. ATIVOS FINANCEIROS

### Adoção da IFRS 9 – Impacto em capitais próprios no balanço de abertura

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a Companhia optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A adoção da IFRS 9 resultou em mudanças nas políticas contabilísticas relativamente ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e também na adoção de um modelo de perdas esperadas ao invés do anterior modelo de perdas observadas.

**Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

A reclassificação dos ativos financeiros no momento da alteração da política contabilística em 1 de Janeiro de 2018, é analisado como se segue:

	IAS 39		IFRS 9	
	Categoria	Valor	Categoria	Valor
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e Depósitos à Ordem	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	335,960,656	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	335,960,656
Participações financeiras	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21,808,000	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21,808,000
Interest rate swaps	Ativos financeiros detidos para negociação	8,709,172	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	8,709,172
Acções e Fundos de Investimento	Ativos financeiros disponíveis para venda	8,917,077	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	8,917,077
Obrigações	Ativos financeiros disponíveis para venda	684,776,733	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	684,776,733
Acções e Fundos de Investimento	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	217,366,016	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	217,366,016
Obrigações	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	321,354,777	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	321,354,777
Depósitos a prazo	Empréstimos e contas a receber	84,824,126	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	84,824,126
Empréstimos concedidos	Empréstimos e contas a receber	2,133,135	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2,133,135

No quadro seguinte é possível verificar as reclassificações efetuadas, por categoria e tipo de ativo:

Ativos financeiros	Justo valor através de resultados	Ativos financeiros detidos para negociação	Justo valor através de capital (instrumentos de dívida)	Justo valor através de capital (instrumentos de capital)
Saldo IAS 39 em 01-01-2018	2,825,059,204	8,709,172	684,776,733	8,917,077
Reclassificações de ativos financeiros para justo valor através	17,626,249	-8,709,172	-	-8,917,077
<b>Saldo IFRS 9 em 01-01-2018</b>	<b>2,842,685,453</b>	<b>-</b>	<b>684,776,733</b>	<b>-</b>

Face ao normativo contabilístico anterior, não existem alterações na classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

### **Imparidade de ativos financeiros**

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito esperadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39.

As principais classes de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9, que a Companhia detém são os seguintes:

- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; e
- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado.

A Companhia reviu a sua metodologia de cálculo e reconhecimento de perdas de imparidade para cada uma das suas classes de ativos financeiros.

#### a) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Os empréstimos concedidos foram considerados como tendo baixo risco, dada a materialidade do valor apresentado em balanço e também pelo facto da maior exposição ser ao Banco Santander Totta. Os valores remanescentes são residuais.

#### b) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Os Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas para as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados da Companhia provocado pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 é o seguinte:

<b>Resultados transitados</b>	<b>01-01-2018</b>
Saldo IAS 39	89,890,100
Aumento de imparidade por contas a receber	-
Aumento da imparidade para instrumentos de dívida ao justo valor através de rendimento integral	-103,280
Aumento dos ativos por impostos diferidos relacionados com a imparidade de ativos financeiros	-
Realização de valias de ativos reclassificados e remensurados	573,934
Ajustamento por adoção da IFRS 9	470,654
Saldo IFRS 9	90,360,753

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2018
<b><u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>	
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :	
Investimentos em outras participadas e participantes –	
- Títulos de dívida	7,035,732
Instrumentos de capital e unidades de participação	556,146,383
Títulos de dívida	2,249,851,365
Depósitos a prazo	193,886,119
Instrumentos financeiros derivados	5,386,257
	<u>3,012,305,856</u>
Afetos a contratos de seguro:	
Instrumentos de capital e unidades de participação	5,014,754
Títulos de dívida	540,752
	<u>5,555,506</u>
Não afetos:	
Investimentos em outras participadas e participantes –	
- Títulos de dívida	4,031,518
Instrumentos de capital e unidades de participação	1,595,000
Títulos de dívida	56,755,553
	<u>62,382,072</u>
	<u>3,080,243,434</u>
<b><u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:</u></b>	
Investimentos em outras participadas e participantes –	
- Títulos de dívida	10,954,800
Títulos de dívida	737,825,127
	<u>748,779,928</u>
<b><u>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</u></b>	
Outros depósitos	64,647,551
Empréstimos concedidos	2,222,036
Outros	2,546,002
	<u>69,415,589</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017
<b><u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u></b>	
Instrumentos financeiros derivados	8,709,172
	<u>8,709,172</u>
<b><u>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>	
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :	
Investimentos em outras participadas e participantes –	
- Títulos de dívida	10,450,492
Instrumentos de capital e unidades de participação	215,629,010
Títulos de dívida	1,749,610,705
Depósitos a prazo	255,841,469
	<u>2,231,531,676</u>
Não afetos:	
Investimentos em outras participadas e participantes –	
- Títulos de dívida	4,025,457
Instrumentos de capital e unidades de participação	572,710
Títulos de dívida	50,208,578
	<u>54,806,745</u>
	<u>2,286,338,421</u>
<b><u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u></b>	
Investimentos em outras participadas e participantes –	
- Títulos de dívida	562,740
Títulos de dívida	402,273,557
	<u>402,836,297</u>
<b><u>Empréstimos concedidos e contas a receber:</u></b>	
Outros depósitos	82,253,443
Empréstimos concedidos	1,911,881
Outros	1,263,141
	<u>85,428,465</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2018	2017
<b>Outros depósitos</b>		
Até um mês	316,870	6,065,681
De um a três meses	7,341,958	10,751,589
De três a seis meses	185,098	21,014,584
De seis meses a um ano	2,500,990	3,000,000
De um a dois anos	48,892,691	-
Mais de dois anos	5,409,944	41,421,589
	<u>64,647,551</u>	<u>82,253,443</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo dizem respeito, essencialmente, a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2018				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	33,557,598	4,159,477	106,749,643	51,153,372	195,620,090
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	21,808,000	21,808,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,969,255	970,884	3,012,943,841	62,359,454	3,080,243,434
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	673,541,563	17,865,987	41,406,136	15,966,242	748,779,928
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9,551,442	1,817,769	57,976,467	69,911	69,415,589
Outros ativos tangíveis	-	-	-	79,379	79,379
Outros ativos intangíveis	-	-	-	641,647	641,647
	<u>720,619,857</u>	<u>24,814,118</u>	<u>3,219,076,086</u>	<u>152,078,005</u>	<u>4,116,588,066</u>

	2017				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	34.762.428	13.257.753	130.838.078	34.307.838	213.166.098
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14.308.000	14.308.000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	8.709.172	-	8.709.172
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2.231.531.676	54.806.745	2.286.338.421
Ativos financeiros disponíveis para venda	381.046.237	-	21.790.060	-	402.836.297
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.798.434	1.911.881	79.718.151	-	85.428.465
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	121.336	121.336
Outros ativos intangíveis	-	-	-	795.824	795.824
	<u>419.607.099</u>	<u>15.169.634</u>	<u>2.472.587.137</u>	<u>104.339.742</u>	<u>3.011.703.613</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeirosRisco de créditoQualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a *Fitch IBCA*, *Standard & Poor's* e *Moody's* e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2018				2017			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:								
AAA	-	4,181,566	-	4,181,566	-	-	-	-
AA- até AA+	-	2,160,553	5,222,672	7,383,225	-	2,545,614	-	2,545,614
A- até A+	-	49,432,186	29,968,538	79,400,724	-	29,362,863	19,644,922	49,007,785
BBB- até BBB+	1,220,818,706	715,196,073	23,020,679	1,959,035,459	48,934,824	504,344,424	15,894,353	569,173,601
BB- até BB+	208,360	118,821,224	1,240,757	120,270,341	935,336,107	133,321,438	730,178	1,069,387,723
B- até B+	-	-	74,992,757	74,992,757	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	11,550	-	11,550	-	41,708,598	50,208,578	91,917,176
Sem rating	321,563,906	506,793,817	6,610,090	834,967,813	32,263,332	-	-	32,263,332
	<u>1,542,590,973</u>	<u>1,396,596,968</u>	<u>141,055,493</u>	<u>3,080,243,434</u>	<u>1,016,534,263</u>	<u>711,282,937</u>	<u>86,478,031</u>	<u>1,814,295,231</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:								
AAA	-	5,354,239	-	5,354,239	-	4,868,201	-	4,868,201
AA- até AA+	-	23,981,967	259,769	24,241,735	-	49,025,812	-	49,025,812
A- até A+	-	51,138,898	1,278,547	52,417,445	-	-	-	-
BBB- até BBB+	228,989,169	422,555,292	1,351,686	652,896,147	-	291,890,810	-	291,890,810
BB- até BB+	-	643,717	-	643,717	57,051,474	-	-	57,051,474
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	13,226,645	-	-	13,226,645	-	-	-	-
	<u>242,215,814</u>	<u>503,674,112</u>	<u>2,890,002</u>	<u>748,779,928</u>	<u>57,051,474</u>	<u>345,784,823</u>	<u>-</u>	<u>402,836,297</u>
Total do valor de balanço	<u>1,784,806,786</u>	<u>1,900,271,080</u>	<u>143,945,496</u>	<u>3,829,023,362</u>	<u>1,073,585,737</u>	<u>1,057,067,760</u>	<u>86,478,031</u>	<u>2,217,131,528</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia detinha um conjunto de investimentos em obrigações emitidas pela "Portugal Telecom International Finance B.V.", com vencimentos entre 2016 e 2020, cujo garante era a "OI S.A.", registadas na rubrica ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e afetas a contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro.

O detalhe destes investimentos em 31 de dezembro de 2017 são apresentados no quadro seguinte:

ISIN	Descrição	Prazo de Vencimento	31-12-2017				
			Custo de aquisição	Rating	Cotação	Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial
XS0843939918	OIBRBZ 5.875% 04/18	17-04-2018	22,721,770	D	40.070%	8,802,978	(13,918,792)
XS0462994343	OIBRBZ 5% 4/11/19	04-11-2019	50,154,239	D	40.070%	25,611,943	(24,542,296)
XS0927581842	OIBRBZ 4.625% 8/5/20	08-05-2020	18,797,029	D	39.560%	7,293,677	(11,503,352)
			<u>91,673,038</u>			<u>41,708,598</u>	<u>(49,964,440)</u>

Evolução subsequente:

Após vários adiamentos, a assembleia geral de credores do processo de recuperação judicial do Grupo Oi realizou-se no dia 19 de Dezembro de 2017, tendo culminado com a aprovação por parte dos credores da consolidação substantiva do processo e do plano de recuperação judicial do Grupo Oi. No dia 8 de Janeiro de 2018, o Tribunal decidiu homologar o plano de recuperação judicial, tendo esta decisão sido publicada no dia 5 de Fevereiro de 2018.

Tendo em conta a aprovação e homologação do plano e com o objetivo de minimizar as perdas financeiras dos Clientes subscritores de produtos cujo vencimento estava previsto para 2018, as obrigações PTIF subjacentes a esses produtos (XS0843939918) foram alienadas em mercado no dia 5 de Fevereiro de 2018.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em consequência da implementação do plano de recuperação do Grupo Oi, as Obrigações não alienadas (XS0462994343 e XS0927581842) no montante nominal de 82,235Mn € foram, em termos globais, substituídas pelo recebimento do seguinte, no dia 27 de julho de 2018:

- (i) USD\$ 19.412.000,00 de montante nominal de novas Notes (obrigações) emitidas pela Oi;
- (ii) 3.555.142 American Depositary Shares (ADSs), representativos de 17.775.726 novas ações ordinárias da Oi;
- (iii) 272.938 American Depositary Shares (ADSs), representativos de 1.364.709 ações ordinárias da Oi atualmente detidas pela PTIF;
- (iv) 273.464 American Depositary Warrants (ADWs), representativos de 1.367.336 bônus de subscrição (warrants);
- (v) USD\$ 1.460,28 em dinheiro, como contrapartida pelo exercício do direito de preferência dos antigos acionistas da Oi em relação a ações ordinárias e bônus de subscrição que seriam atribuídos aos credores não fosse o exercício desse direito.

Entretanto, em outubro de 2018, os bônus de subscrição recebidos sob a forma de American Depositary Warrants (ADW) que passaram a fazer parte das carteiras de ativos subjacentes aos Seguros foram exercidos pela STS para que não se inviabilizasse o recebimento de uma das componentes do pagamento efetuado pelo Grupo Oi ao abrigo do plano de recuperação. Assim sendo, a composição das carteiras de ativos subjacentes aos Seguros sofreu uma nova alteração: os referidos bônus de subscrição recebidos sob a forma de American Depositary Warrants (ADW) foram substituídos por novas ações ordinárias da Oi recebidas sob a forma de American Depositary Shares (ADS).

Além disso, em dezembro de 2018, no contexto do novo aumento de capital da Oi, os direitos de preferência, atribuídos por cada ação ordinária da Oi recebida sob a forma de American Depositary Shares (ADS) e contida nas carteiras de ativos subjacentes aos Seguros, foram alienados com vista a minimizar as perdas financeiras decorrentes do processo de recuperação judicial do Grupo Oi. O produto desta alienação reverteu integralmente para as carteiras de ativos subjacentes aos Seguros, na devida proporção.

Assim a posição decorrente das obrigações originais e das operações descritas atrás era à data de 31/12/2018 a constante no quadro seguinte:

ISIN	Tipo Instrumento	Descrição	Moeda de denominação	Prazo de Vencimento	31-12-2018				
					Quantidade	Rating	Cotação	Valor de Mercado (USD)	Valor de Mercado (EUR)
USP7354PAA23	Obrigação	OIBRBZ 10% 05/02/25	USD	25-07-25	19,412,000	B-	98.52%	20,882,567	18,238,050
US6708515001	Ação (/ADR)	OI SA-ADR	USD	n.a.	4,101,544	n.a.	1.61	6,603,486	5,767,237
					<u>23,513,544</u>			<u>27,486,053</u>	<u>24,005,286</u>

**Nota:**

O valor de mercado da obrigação inclui juro corrido

A Companhia não garante nem o capital investido nem qualquer tipo de remuneração mínima relativamente aos produtos *unit-linked* acima referidos, sendo o correspondente risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a “Standard & Poor’s” e “Moody’s” ou equivalente:

	2018			2017		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
BBB- até BBB+	66,869,587	-	66,869,587	84,165,324	-	84,165,324
B- até B+	-	-	-	-	-	-
Sem rating	2,546,002	-	2,546,002	1,263,141	-	1,263,141
	<u>69,415,589</u>	<u>-</u>	<u>69,415,589</u>	<u>85,428,465</u>	<u>-</u>	<u>85,428,465</u>

Análise de imparidade

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não detinha ativos financeiros em incumprimento nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as maturidades contratuais não descontados remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	213,166,098	-	-	-	213,166,098
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	532,573	8,176,599	8,709,172
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	528,559,322	621,329,528	547,991,572	588,457,998	2,286,338,421
Ativos financeiros disponíveis para venda	20,713,820	81,806,314	71,994,533	228,321,629	402,836,297
Empréstimos concedidos e contas a receber	42,094,995	36,948,155	4,473,434	1,911,881	85,428,465
Contas a receber por operações de seguro direto	5,835,008	-	-	-	5,835,008
Contas a receber por operações de resseguro	58	-	-	-	58
Contas a receber por outras operações	11,158,086	-	-	-	11,158,086
	<u>821,527,388</u>	<u>740,083,998</u>	<u>624,992,112</u>	<u>841,176,108</u>	<u>3,027,779,606</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(883,262,158)	(685,134,668)	(366,097,463)	(496,304,041)	(2,430,798,331)
Valorizados ao custo amortizado	(1,977,607)	(3,561,824)	(3,441,586)	(12,072,180)	(21,053,198)
	<u>(885,239,765)</u>	<u>(688,696,492)</u>	<u>(369,539,049)</u>	<u>(508,376,222)</u>	<u>(2,451,851,528)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(80,320)	-	-	-	(80,320)
Outros	(60,864,266)	-	(844,338)	(8,607,077)	(70,315,682)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,549,570)	-	-	-	(10,549,570)
Contas a pagar por operações de resseguro	(6,460,887)	-	-	-	(6,460,887)
Contas a pagar por outras operações	(4,171,187)	-	-	-	(4,171,187)
	<u>(967,365,996)</u>	<u>(688,696,492)</u>	<u>(370,383,387)</u>	<u>(516,983,299)</u>	<u>(2,543,429,175)</u>
	<u>(145,838,608)</u>	<u>51,387,506</u>	<u>254,608,724</u>	<u>324,192,809</u>	<u>484,350,431</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2018				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	195,620,090				195,620,090
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				21,808,000	21,808,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	884,308,916	747,748,701	343,438,362	1,104,747,455	3,080,243,434
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	58,302,737	95,197,677	216,359,139	378,920,376	748,779,928
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	12,894,417	50,376,583	3,954,867	2,189,721	69,415,588
Contas a receber por operações de seguro direto	5,392,455	-	-	-	5,392,455
Contas a receber por operações de resseguro	158,166	-	-	-	158,166
Contas a receber por outras operações	8,086,479	-	-	-	8,086,479
	<u>1,164,763,261</u>	<u>893,322,961</u>	<u>563,752,367</u>	<u>1,507,665,552</u>	<u>4,129,504,141</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,113,626,657)	(713,554,368)	(217,206,960)	(1,097,924,054)	(3,142,312,039)
Valorizados ao custo amortizado	(2,307,120)	(7,029,861)	(4,843,588)	(41,395,764)	(55,576,333)
	<u>(1,115,933,777)</u>	<u>(720,584,229)</u>	<u>(222,050,548)</u>	<u>(1,139,319,818)</u>	<u>(3,197,888,372)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(245,915)	-	-	-	(245,915)
Outros	(69,311,785)	-	(1,242,999)	(14,480,997)	(85,035,781)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(12,622,918)	-	-	-	(12,622,918)
Contas a pagar por operações de resseguro	(5,007,181)	-	-	-	(5,007,181)
Contas a pagar por outras operações	(13,448,235)	-	-	-	(13,448,235)
	<u>(1,216,569,810)</u>	<u>(720,584,229)</u>	<u>(223,293,547)</u>	<u>(1,153,800,815)</u>	<u>(3,314,248,401)</u>
	<u>(51,806,550)</u>	<u>172,738,732</u>	<u>340,458,820</u>	<u>353,864,737</u>	<u>815,255,739</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efetiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 13), nos montantes de 57.147.085 euros e 50.559.585 euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente, e incluídas na rubrica "Outros passivos financeiros - Outros" são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 2.3.2. d).

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 "basis points", apresenta a seguinte composição:

	2018		2017	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(77,518)	77,518	(96,922)	96,922

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

**Risco de Crédito**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados. É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

### Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2018									
	Saldo em 01-01-2018			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2018		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534,586	(526,389)	8,197		(143)	143	(7,109)	534,443	(533,355)	1,088
Equipamento informático	1,967,334	(1,959,475)	7,860	10,844	(25,812)	25,812	(6,758)	1,952,367	(1,940,421)	11,946
Material de transporte	313,517	(199,105)	114,412	-	(12,552)	12,552	(50,712)	300,965	(237,266)	63,699
Outros ativos tangíveis	195,009	(192,360)	2,649	-	(3,841)	3,841	-	191,168	(188,519)	2,649
	<u>3,010,446</u>	<u>(2,877,329)</u>	<u>133,117</u>	<u>10,844</u>	<u>(42,348)</u>	<u>42,348</u>	<u>(64,580)</u>	<u>2,978,942</u>	<u>(2,899,560)</u>	<u>79,382</u>

	2017									
	Saldo em 31-12-2016			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2017		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	362,369	(358,588)	3,781	-	-	-	(1,351)	362,369	(359,938)	2,431
Equipamento informático	1,655,999	(1,647,031)	8,968	3,503	-	-	(7,976)	1,659,501	(1,655,008)	4,494
Material de transporte	269,590	(123,686)	145,904	31,375	-	-	(62,867)	300,965	(186,553)	114,412
Outros ativos tangíveis	177,900	(177,900)	-	-	-	-	-	177,900	(177,900)	-
	<u>2,465,857</u>	<u>(2,307,204)</u>	<u>158,653</u>	<u>34,878</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(72,194)</u>	<u>2,500,735</u>	<u>(2,379,399)</u>	<u>121,336</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A. (Ver Nota 1 e 36).

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2018									
	Saldo em 01-01-2018			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2018		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	9,041,221	(8,348,076)	693,146	456,163	(235,093)	149,737	(422,306)	9,262,291	(8,620,645)	641,646
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	244,022	-	244,022	330,014	(574,036)	-	-	0	-	0
	<u>9,392,919</u>	<u>(8,455,752)</u>	<u>937,167</u>	<u>786,177</u>	<u>(809,129)</u>	<u>149,737</u>	<u>(422,306)</u>	<u>9,369,968</u>	<u>(8,728,321)</u>	<u>641,647</u>

	2017									
	Saldo em 31-12-2016			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2017		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	7,319,866	(6,516,800)	803,066	341,270	-	-	(500,279)	7,661,136	(7,017,079)	644,057
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	151,767	-	-	-	151,767	-	151,767
	<u>7,427,543</u>	<u>(6,624,476)</u>	<u>803,066</u>	<u>493,037</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(500,279)</u>	<u>7,920,579</u>	<u>(7,124,755)</u>	<u>795,824</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Ver Nota 1 e 36).

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Prémios em cobrança	5,746,726	5,739,259
Mediadores	111,910	126,257
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	(149,230)	(30,509)
	<u>5,709,406</u>	<u>5,835,008</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	316,951	-
	<u>5,392,455</u>	<u>5,835,008</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>	<u>158,166</u>	<u>58</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	5,631,124	5,099,322
Outros	3,140,482	6,058,765
Ajustamentos	(685,126)	-
	<u>8,086,479</u>	<u>11,158,086</u>
	<u>13,637,100</u>	<u>16,993,153</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros” incluía 3.000.000 euros e 6.000.000 euros, respetivamente, pendentes de receber da Aegon Spain Holding B.V. correspondentes a parte do preço dos 51% do capital social das participadas Aegon Vida e da Aegon Não Vida alienados pela Companhia (Nota 5).

O montante de “Comissão de gestão a receber de produtos *unit-linked*” é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos *unit-link* para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rúbricas, à data de relato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
<u>Acréscimos de rendimentos</u>		
Outros acréscimos de rendimentos	806,499	-
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	472,339	-
	<u>334,160</u>	
<u>Gastos diferidos</u>		
Seguros	14,978	16,307
	<u>14,978</u>	<u>16,307</u>
	<b><u>349,138</u></b>	<b><u>16,307</u></b>
<b>Passivo</b>		
<u>Acréscimos de gastos</u>		
Prémios de desempenho a pagar	856,085	624,840
Férias e subsídio de férias	355,330	195,346
Comissões	293,880	496,652
Prémio de Permanência	424,493	189,018
Comissões pela prestação de colaterais	70,392	97,696
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	690,747	288,415
- Fornecimentos e serviços externos	361,264	195,139
- Contratos de manutenção informática	95,911	125,835
- Diversos	445,984	159,592
	<u>3,594,085</u>	<u>2,372,531</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	68,864	-
	<u>3,525,221</u>	<u>2,372,531</u>
<u>Rendimentos diferidos</u>		
Comissões recebidas	401,503	467,508
Outros	384,872	100,839
	<u>786,375</u>	<u>568,346</u>
	<b><u>4,311,596</u></b>	<b><u>2,940,878</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Comissões" inclui os montantes de 230.718 euros e 436.362 euros, respetivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do Grupo pela gestão dos ativos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontravam-se por pagar as comissões referentes aos meses de dezembro de 2018 e de 2017, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Prémio de permanência", corresponde integralmente à avaliação das responsabilidades associadas, tendo por base um estudo atuarial elaborado por uma entidade externa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Comissões pela prestação de colaterais" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 26), sendo paga trimestralmente.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica "Outros acréscimos de rendimentos" corresponde, essencialmente, ao *profit sharing* proveniente de tratados de resseguro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## 11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Valor Bruto	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Seguro Direto</b>				
<b>Ramo Vida</b>				
Provisão matemática				
Financeiros com participação	607,279,707	-	607,279,707	352,826,145
Mistos	3,245,348	-	3,245,348	3,006,916
Vida risco	12,272,804	11,984,419	288,385	542,220
Universal life	1,947,298	-	1,947,298	1,909,570
Rendas	40,279,092	-	40,279,092	1,792,266
	<b>665,024,249</b>	<b>11,984,419</b>	<b>653,039,830</b>	<b>360,077,117</b>
Provisão para prémios não adquiridos	3,244,158	-	3,244,158	3,467,746
Provisão para participação nos resultados atribuída	3,196,069	-	3,196,069	420,943
Provisão para participação nos resultados a atribuir	25,997,395	2,293,165	23,704,230	21,667,944
Provisão para compromissos de taxa	6,579,980	-	6,579,980	-
Provisão para sinistros				
Sinistros declarados	20,509,048	-	20,509,048	20,694,300
Sinistros não declarados (IBNR)	4,401,354	-	4,401,354	5,651,720
Custos de gestão de sinistros	536,047	-	536,047	517,042
	<b>25,446,449</b>	<b>-</b>	<b>25,446,449</b>	<b>26,863,062</b>
	<b>729,488,300</b>	<b>14,277,584</b>	<b>715,210,716</b>	<b>412,496,811</b>
<b>Resseguro cedido</b>				
<b>Ramo Vida</b>				
Provisão matemática	11,027,921	10,857,801	170,120	445,895
Provisão para prémios não adquiridos	3,211,210	-	3,211,210	3,431,159
Provisão para participação nos resultados	1,985,577	1,985,577	0	-
Provisão para sinistros				
Sinistros declarados	22,587,992	4,927,190	17,660,802	19,064,293
	<b>38,812,699</b>	<b>17,770,568</b>	<b>21,042,131</b>	<b>22,941,347</b>

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (i) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (ii) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (iii) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeram como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(73,712,089)	(79,073,749)
Encargos de gestão	1,947,325	2,069,601
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	<u>(71,764,764)</u>	<u>(77,004,148)</u>
Varição da provisão matemática de resseguro cedido	(271,318)	(379,852)
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(219,950)	(227,552)
Custos com sinistros de resseguro cedido	13,906,668	18,735,987
Comissões de resseguro cedido	25,763,649	27,284,552
	<u>(32,585,715)</u>	<u>(31,591,013)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon. Este depósito será progressivamente mobilizável ao longo dos próximos anos, sendo que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascendia a 47.667.242 euros e 67.831.096 euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro direto e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018				
	Saldo em 01-01-2018	Responsabilidades originadas no período e juízo atribuído	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2018
<b>Seguro direto</b>					
Provisão matemática	620,250,426	42,225,347	(11,984,419)	2,548,476	653,039,830
Provisão para prémios não adquiridos	3,467,746	(223,588)			3,244,158
Provisão para participação nos resultados a atribuir	29,669,583	(3,392,032)		(280,155)	25,997,395
Provisão para participação nos resultados atribuída					
De contratos de seguro	2,066,494	2,339,816	(2,293,165)	(1,752,642)	360,504
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1,151,074	236,034		(844,707)	542,401
	<u>656,605,323</u>	<u>41,185,577</u>	<u>(14,277,584)</u>	<u>(329,028)</u>	<u>683,184,287</u>
Provisão para compromissos de taxa	5,079,980	1,500,000	-	-	6,579,980
	<u>661,685,303</u>	<u>42,685,577</u>	<u>(14,277,584)</u>	<u>(329,028)</u>	<u>689,764,267</u>
<b>Resseguro cedido</b>					
Provisão matemática	(11,455,493)	1,759,934	10,864,144	(1,338,704)	(170,120)
Provisão para prémios não adquiridos	(3,431,159)	219,950	-	-	(3,211,210)
Provisão para participação nos resultados atribuída	-				
De contratos de seguro	(1,557,908)	(1,760,030)	1,979,234	1,338,704	-
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	-	-
	<u>(16,444,560)</u>	<u>219,854</u>	<u>12,843,378</u>	<u>-</u>	<u>(3,381,329)</u>
	<u>645,240,742</u>	<u>42,905,430</u>	<u>(1,434,206)</u>	<u>(329,028)</u>	<u>686,382,938</u>

	2017			
	Saldo em 31-12-2016	Responsabilidades originadas no período e juízo atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2017
<b>Seguro direto</b>				
Provisão matemática	250,529,062	109,511,171	36,883	360,077,117
Provisão para prémios não adquiridos	3,704,890	(237,144)	-	3,467,746
Provisão para participação nos resultados a atribuir	20,588,257	1,079,687	-	21,667,944
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	505,885	270,575	(505,594)	270,866
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	49,412	137,548	(36,883)	150,077
	<u>555,297</u>	<u>408,123</u>	<u>(542,477)</u>	<u>420,943</u>
	<u>275,377,506</u>	<u>110,761,837</u>	<u>(505,594)</u>	<u>385,633,749</u>
<b>Resseguro cedido</b>				
Provisão matemática	(1,128,013)	682,119	-	(445,895)
Provisão para prémios não adquiridos	(3,673,793)	242,633	-	(3,431,159)
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	-
	<u>(4,801,806)</u>	<u>924,752</u>	<u>-</u>	<u>(3,877,054)</u>
	<u>270,575,700</u>	<u>111,686,589</u>	<u>(505,594)</u>	<u>381,756,695</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A. (Ver Nota 1 e 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prêmios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2018			31-12-2017			
	Prêmios diferidos	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	Custos diferidos	Total	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Total
Seguro direto							
Provisão matemática							
De seguros de vida	665,038,648	11,984,419	(14,399)	653,039,830	360,153,644	(76,528)	360,077,117
Provisão para prêmios não adquiridos							
De seguros de vida	3,244,158	-	-	3,244,158	3,467,746	-	3,467,746
	<b>668,282,806</b>	<b>11,984,419</b>	<b>(14,399)</b>	<b>656,283,988</b>	<b>363,621,390</b>	<b>(76,528)</b>	<b>363,544,863</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2018				31-12-2017			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	25,279,300	4,650,437	500,693	30,430,430	19,913,078	5,651,720	503,954	26,068,752
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	6,497,173	249,083	-	6,746,256	-	-	-	-
	<b>18,782,128</b>	<b>4,401,354</b>	<b>500,693</b>	<b>23,684,174</b>	<b>19,913,078</b>	<b>5,651,720</b>	<b>503,954</b>	<b>26,068,752</b>
Capitais diferidos	1,585,898	-	31,529	1,617,428	743,060	-	12,135	755,195
Mistos	136,441	-	3,729	140,169	34,722	-	867	35,589
Universal Life	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas	4,581	-	97	4,678	3,440	-	86	3,526
	<b>20,509,048</b>	<b>4,401,354</b>	<b>536,047</b>	<b>25,446,449</b>	<b>20,694,300</b>	<b>5,651,720</b>	<b>517,042</b>	<b>26,863,062</b>
	<b>20,509,048</b>	<b>4,401,354</b>	<b>536,047</b>	<b>25,446,449</b>	<b>20,694,300</b>	<b>5,651,720</b>	<b>517,042</b>	<b>26,863,062</b>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(22,587,992)	-	-	(22,587,992)	(19,064,293)	-	-	(19,064,293)
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	(4,927,190)	-	-	(4,927,190)	-	-	-	-
	<b>(17,660,802)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17,660,802)</b>	<b>(19,064,293)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19,064,293)</b>
	<b>2,848,246</b>	<b>4,401,354</b>	<b>536,047</b>	<b>7,785,647</b>	<b>1,630,007</b>	<b>5,651,720</b>	<b>517,042</b>	<b>7,798,769</b>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2018 e 2017 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2018			
	Provisão para sinistros em 31-12-2017 (**)	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2018 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<b>34,053,076</b>	<b>12,304,496</b>	<b>16,581,624</b>	<b>(5,166,956)</b>

(\*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

(\*\*) - Inclui Provisão para sinistros de 2017 da Eurovida

	2017			
	Provisão para sinistros em 31-12-2016	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2017 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<b>25,355,426</b>	<b>10,138,866</b>	<b>9,136,623</b>	<b>(6,079,938)</b>

(\*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2018 e 2017, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2018				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	23,918,568	(16,919,058)	(2,756,223)	1,267,668	5,510,956
Produtos financeiros	38,784,911	-	883,026	-	39,667,937
<b>Total</b>	<b>62,703,480</b>	<b>(16,919,058)</b>	<b>(1,873,197)</b>	<b>1,267,668</b>	<b>45,178,893</b>
	2017				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	20,195,510	(18,847,376)	1,115,269	(1,549,423)	913,980
Produtos financeiros	20,949,862	-	392,367	-	21,342,229
<b>Total</b>	<b>41,145,372</b>	<b>(18,847,376)</b>	<b>1,507,636</b>	<b>(1,549,423)</b>	<b>22,256,209</b>

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
<b>Capital seguro</b>				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	6,410,207,962	6,265,011,383	7,351,067,877	7,192,459,910
Coletivos	829,647,855	502,199,325	1,008,306,150	504,786,373
Plano Proteção	2,121,753,916	2,112,185,799	2,314,964,424	2,304,286,307
Crédito ao Consumo	209,902,300	2,423,169	251,600,030	12,168,356
Vida Risco (Carteira Eurovida)	3,317,530,841	3,136,593,652	-	-
Outros	1,007,999,149	26,887,736	47,078,268	26,434,245
Outros (Carteira Eurovida)	727,133	-	-	-
	<b>13,897,769,157</b>	<b>12,045,301,063</b>	<b>10,973,016,749</b>	<b>10,040,135,190</b>

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com onze: Abbey Life, AXA Partners (ex-Genworth), General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, AXA Re, Swiss Re, Partner Re, Mapfre, SCOR e Hannover Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2018 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
AXA Partners (ex-Genworth)	AA-
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	AA-
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mapfre	A
SCOR	A+
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Rácio de sinistralidade	17.93%	24.59%	21.13%	26.19%	19.89%	20.18%	20.44%	17.87%	20.31%	19.09%
Rácio de despesas de aquisição	31.00%	33.53%	33.91%	34.57%	26.68%	39.99%	36.77%	46.75%	49.25%	54.90%
Rácio combinado	48.92%	58.13%	55.04%	60.76%	46.57%	60.17%	57.21%	64.62%	69.56%	73.98%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018				Montante gerido em 31-12-2018
	Montante gerido em 01-01-2018	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2.713.482.404	446.002.199	(564.939.819)	(63.853.596)	2.530.691.188
PPR	261.627.588	372.406.506	(19.177.046)	(3.236.198)	611.620.850
	<u>2.975.109.992</u>	<u>818.408.705</u>	<u>(584.116.864)</u>	<u>(67.089.793)</u>	<u>3.142.312.039</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	62.793.135	3.252.191	(10.632.900)	163.908	55.576.333
PPR	-	-	-	-	-
	<u>62.793.135</u>	<u>3.252.191</u>	<u>(10.632.900)</u>	<u>163.908</u>	<u>55.576.333</u>
	<u>3.037.903.126</u>	<u>821.660.895</u>	<u>(594.749.765)</u>	<u>(66.925.885)</u>	<u>3.197.888.372</u>
	2017				Montante gerido em 31-12-2017
	Montante gerido em 31-12-2016	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	1.998.395.617	562.233.500	(384.650.986)	101.978.982	2.277.957.114
PPR	149.707.258	8.901.331	(8.195.821)	2.428.449	152.841.217
	<u>2.148.102.875</u>	<u>571.134.830</u>	<u>(392.846.806)</u>	<u>104.407.431</u>	<u>2.430.798.331</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	19.145.374	3.750.200	(2.015.412)	173.035	21.053.198
PPR	-	-	-	-	-
	<u>19.145.374</u>	<u>3.750.200</u>	<u>(2.015.412)</u>	<u>173.035</u>	<u>21.053.198</u>
	<u>2.167.248.250</u>	<u>574.885.030</u>	<u>(394.862.218)</u>	<u>104.580.467</u>	<u>2.451.851.528</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A. (Ver Nota 1 e 36).

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2018 e 2017 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked* (Nota 2.3.2. b)). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Passivos subordinados		
Depósitos recebidos de resseguradores	245 915	80 320
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias	56 745 000	50 197 500
Prestações acessórias – Pendentes de liquidação	402 085	402 085
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i> )	5 628 258	5 095 461
Descobertos em depósitos à ordem (produtos <i>unit-linked</i> )	409 561	163 894
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i> )	15 723 996	9 453 485
Outros	6 126 881	5 003 257
	<u>85 035 781</u>	<u>70 315 682</u>
	<u>85 281 695</u>	<u>70 396 002</u>

Prestações acessórias

A Companhia deteve até 2015 um conjunto de produtos *unit-linked* sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afetados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 2.3.2., a Companhia recebeu do acionista único 85.000.000 euros em prestações acessórias (que podiam ir até ao montante máximo de 100.000.000 euros). A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 euros na aquisição de três obrigações com cupões variáveis, CXGD Float 09/49, CXGD Float 06/49 e BPI Cap Fin Float 49. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um *swap* de taxa de juro em que pagou juro variável e recebeu fixo. Em junho de 2014, a Companhia trocou as obrigações do BPI Capital Finance por 12.175.325 ações do Banco BPI, S.A., tendo alienado ao Banco Santander Totta, S.A. os títulos recebidos pelo montante de 21.501.622 euros. Em 31 de dezembro de 2015, este montante em conjunto com o valor remanescente das prestações acessórias estava aplicado em depósitos cujo valor ascendia a 22.358.310 euros. O rendimento destes investimentos esteve até julho de 2015, a ser atribuído às carteiras dos produtos *unit-linked* particularmente afetados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

A Companhia reembolsará o acionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida em que não o seja, reembolsará o acionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações. Em maio de 2016, a Companhia procedeu ao reembolso parcial no valor de 22.010.024 euros, das prestações acessórias recebidas do acionista único.

A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 2.3.2. a) i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, *swaps*, depósitos e prestações acessórias ao justo valor através de ganhos e perdas.

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

	2018	2017
Prestações acessórias obtidas	85,000,000	85,000,000
Menos-valias nas obrigações	(6,244,976)	(12,792,476)
Prestações acessórias devolvidas	(22,010,024)	(22,010,024)
Prestações acessórias exigíveis	<u>56,745,000</u>	<u>50,197,500</u>
Prestações acessórias - Pendentes de liquidação	402,085	402,085
	<u>57,147,085</u>	<u>50,599,585</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Títulos de dívida	56,745,000	50,197,500
Depósitos à ordem	402,085	402,085
	<u>57,147,085</u>	<u>50,599,585</u>

No dia 22 de fevereiro de 2019 foi comunicado por parte da Caixa Geral de Depósitos, emissora das perpetuidades que ainda se encontram em carteira a representar as prestações acessórias, o acionamento das opções de compra previstas para os títulos em questão. A data efetiva do acionamento das opções será no dia 28 de março para o título CXGD Float 06/49 e o dia 29 de março no caso do CXGD Float 49-15. Ambos serão reembolsados ao par.

Os restantes 'Outros passivos financeiros', resultantes igualmente do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato.

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	13,414,155	10,016,857
Tomadores de seguro	265,923	532,713
	<u>13,680,078</u>	<u>10,549,570</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	1,057,160	-
	<u>12,622,918</u>	<u>10,549,570</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>6,402,364</u>	<u>6,460,887</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	1,395,183	-
	<u>5,007,181</u>	<u>6,460,887</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	4,247,731	3,504,645
Outros credores	8,447,343	214,343
Outros fornecedores	853,429	452,199
	<u>13,548,504</u>	<u>4,171,187</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	100,269	-
	<u>13,448,235</u>	<u>4,171,187</u>
	<u>31,078,333</u>	<u>21,181,645</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2018 e ao 4º trimestre de 2017, respetivamente, as quais foram regularizadas em 2019 e em 2018.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	30	369,112
	<u>30</u>	<u>369,112</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1,793,086)	-
Outros impostos a pagar	(1,757,112)	(1,627,979)
	<u>(3,550,198)</u>	<u>(1,627,979)</u>
<b>Total de impostos correntes</b>	<b><u>(3,550,168)</u></b>	<b><u>(1,258,867)</u></b>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>1,558,408</u>	<u>2,284,478</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>(593)</u>	<u>-</u>
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b><u>1,557,815</u></b>	<b><u>2,284,478</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Coleta	(2 346 942)	(221 604)
Derrama municipal e estadual	(979 616)	(113 289)
Tributações autónomas	(135 990)	(138 287)
Outros	1 432 230	126 300
Pagamentos por conta	237 263	715 992
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	<u>(1 793 056)</u>	<u>369 112</u>
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(996 386)	(1 133 455)
Outros impostos e taxas	(673 578)	(458 999)
Contribuições para a segurança social	(87 147)	(35 525)
	<u>(1 757 112)</u>	<u>(1 627 979)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018				Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	Reclassificação por outras rubricas de Balanco	Capital Próprio	Resultados	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:					
Fundos de investimento Mobiliário - Livos	-	-	-	-	-
Fundos de investimento Mobiliário - Vida sem participação	-	-	-	-	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(202,413)	-	130,316	-	(72,097)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,038,718	-	-	590,994	1,629,712
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	1,447,973	(1,447,973)	-	-	-
Menos valias e imparidades não aceites	-	-	-	-	-
Outros	200	-	-	-	200
	<u>2,284,478</u>	<u>(1,447,973)</u>	<u>130,316</u>	<u>590,994</u>	<u>1,557,815</u>
<u>Passivos por impostos diferidos - ADV - VIDA com participação</u>					
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	-	-	-	-
	<u>2,284,478</u>	<u>(1,447,973)</u>	<u>130,316</u>	<u>590,994</u>	<u>1,557,815</u>

	2017				Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Reclassificação por outras rubricas de Balanco	Capital Próprio	Resultados	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
De ativos financeiros disponíveis para venda:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(202,413)	-	-	-	(202,413)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,030,598	-	-	8,120	1,038,718
Prejuízos fiscais reportáveis	3,686,048	(1,720,998)	-	(517,077)	1,447,973
Outros	200	-	-	-	200
	<u>4,514,433</u>			<u>(508,957)</u>	<u>2,284,478</u>
<u>Passivos por impostos diferidos - ADV - VIDA com participação</u>					
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	-	(28,325)	28,325	-
	<u>4,514,433</u>		<u>(28,325)</u>	<u>(480,633)</u>	<u>2,284,478</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2018	2017
Impostos correntes	2,224,977	346,880
Impostos diferidos	1,543,741	480,633
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>3,768,719</u>	<u>827,513</u>
Resultado antes de impostos	<u>21,525,555</u>	<u>5,927,993</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>17.51%</u>	<u>13.96%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como segue:

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		21,525,555		5,927,993
Imposto apurado com base na taxa nominal	21.00%	4,520,367	21.00%	1,244,879
Derramas	4.55%	979,617	4.50%	266,760
Isenção da derrama estadual até 1.500.000€	0.00%	-	0.76%	(45,000)
Utilização de prejuízos fiscais	6.73%	(1,447,973)	8.72%	(517,077)
Tributações autónomas	0.63%	135,990	2.33%	138,287
Outras diferenças permanentes	2.58%	(555,011)		(651,112)
Outros	5.08%	(1,093,640)	2.13%	(126,300)
Efeito da anulação do Ativo por Imposto Diferido	6.73%	1,447,973	8.72%	517,077
Excesso estimativa IRC anos anteriores	1.02%	(218,604)	0.00%	-
Carga de imposto sobre o rendimento do período	17.51%	<u>3,768,719</u>	13.96%	<u>827,513</u>

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2018 e 2017 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta (21% para o exercício de 2017);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2017); e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados:
  - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
- Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;
- Maior do que 35.000.000 euros - 9%.

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 foi de 23,5% (tal como no exercício de 2017).

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

No exercício de 2015, a Companhia apurou prejuízo fiscal no montante de 17.552.611 euros, tendo registado o correspondente ativo por imposto diferido, à taxa de 21%, no valor de 3.668.048 euros, os quais foram totalmente utilizados no exercício de 2018 e no exercício de 2017.

Em resultado da inspeção tributária realizada aos exercícios de 2006 e 2007, a Companhia recebeu liquidações adicionais de IRC nos montantes de 430.891 euros e 89.451 euros, respetivamente. Por não concordar com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais, a STS decidiu proceder à impugnação judicial destas liquidações e à prestação das correspondentes garantias bancárias no valor de 325.524 euros e 84.444 euros, tendo liquidado o remanescente imposto. Estes montantes encontravam-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2012. Em 2013, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas, a Companhia procedeu à liquidação dos mesmos, tendo procedido ao levantamento das garantias bancárias prestadas, mantendo-se, no entanto, a decorrer o processo judicial.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013, doze anos para os exercícios de 2014 a 2016 e cinco anos para o exercício de 2017). Deste modo, as declarações fiscais da STS dos exercícios de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Grupo Santander Totta aplica desde o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que viera a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, BST, Santander Totta Seguros e TottaUrbe - sociedades dominadas.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2018				Saldos em 31-12-2018
	Saldos em 31-12-2017	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	129,585	19,646	-	-	149,231
	<u>129,585</u>	<u>19,646</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>149,231</u>
Ajustamento em outras contas a receber	685,126	-	-	-	685,126
	<u>685,126</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>685,126</u>
Outras provisões	6,671,129	218,066	(581,931)	(1,303,839)	5,003,425
	<u>7,485,840</u>	<u>237,712</u>	<u>(581,931)</u>	<u>(1,303,839)</u>	<u>5,837,782</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017				Saldos em 31-12-2017
	Saldos em 31-12-2016	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30,509	-	-	-	30,509
	<u>30,509</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30,509</u>
Outras provisões	4,381,311	-	34,455	(234,630)	4,181,135
	<u>4,411,819</u>	<u>-</u>	<u>34,455</u>	<u>(234,630)</u>	<u>4,211,644</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outras provisões” destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui as provisões necessárias para fazer face às responsabilidades relacionadas com o tratado de resseguro celebrado em julho de 2012 com a Abbey Life Assurance Company Limited, e ainda quaisquer outros encargos relacionados com a carteira ressegurada e que possam não ser recuperáveis junto do ressegurador, nomeadamente participações nos resultados de seguro direto.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

**17. CAPITAL**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

**18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2018	2017
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	30,428,190	25,053,197
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(25,997,395)	(21,067,473)
	<u>4,430,795</u>	<u>3,985,724</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(936,416)	(936,645)
	<u>(936,416)</u>	<u>(936,645)</u>
Reserva legal	<u>34,497,880</u>	<u>33,987,832</u>
Outras reservas	<u>2,476,709</u>	<u>10,727</u>
Resultados transitados	<u>5,398,280</u>	<u>233,914</u>

A 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Outras reservas” inclui a reserva de fusão no âmbito da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., no montante de 2.455.094 euros (Nota 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de Setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2018	2017
Resultado líquido do período	17,756,836	5,100,480
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47,250,000	47,250,000
Resultados básicos por ação	<u>0.38</u>	<u>0.11</u>

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

## 19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2018 e 2017, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	98,784,993	(84,190,067)	14,594,926	83,036,711	(79,982,409)	3,054,302
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	74,909,745	-	74,909,745	127,918,078	-	127,918,078
	<u>173,694,737</u>	<u>(84,190,067)</u>	<u>89,504,671</u>	<u>210,954,789</u>	<u>(79,982,409)</u>	<u>130,972,380</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	223,588	(219,950)	3,638	237,144	(242,633)	(5,489)
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	<u>223,588</u>	<u>(219,950)</u>	<u>3,638</u>	<u>237,144</u>	<u>(242,633)</u>	<u>(5,489)</u>
	<u>173,918,325</u>	<u>(84,410,016)</u>	<u>89,508,309</u>	<u>211,191,933</u>	<u>(80,225,042)</u>	<u>130,966,891</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica “Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido”, inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 73.712.089 euros e de 79.073.749 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2018 e 2017, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2018	2017
Prémios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	115,719,622	152,018,618
Relativos a contratos de grupo	57,975,115	58,936,171
	<u>173,694,737</u>	<u>210,954,789</u>
Periódicos	130,499,198	107,067,839
Não periódicos	43,195,539	103,886,949
	<u>173,694,737</u>	<u>210,954,789</u>
De contratos sem participação nos resultados	90,480,968	81,920,584
De contratos com participação nos resultados	83,213,769	129,034,204
	<u>173,694,737</u>	<u>210,954,789</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2018 e 2017, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	7,604	5,489
EUROVIDA Rendimento	186,880	
	<u>194,484</u>	<u>5,489</u>
<i>Unit-linked</i>		
Poupança Rendimento Vida	10,657,669	15,100,954
Seguro Investimento	6,332,567	7,030,346
Super Rendimento Seguro	-	-
Seguro Poupança Segura PPR	1,329,813	1,284,223
Fundos Santander	7,586,328	1,135,048
EUROVIDA PPR	1,506,688	
EUROVIDA INVESTE 2023	3,270,098	
	<u>30,683,164</u>	<u>24,550,570</u>
	<u>30,877,648</u>	<u>24,556,059</u>

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão; (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, e (iii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos, apresentando a seguinte composição:

	2018	2017
Comissões <i>Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	25,531,258	20,189,193
Comissões de resgate	646,423	367,907
Comissões <i>upfront</i>	4,505,483	3,993,469
	<u>30,683,164</u>	<u>24,550,570</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2018	2017
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	31,613,571	29,361,634
Custos imputados (Nota 22)	1,794,405	1,104,756
Outros custos de aquisição	167,159	126,854
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	20,634,390	18,523,026
Custos imputados (Nota 22)	1,117,036	806,599
De Fundos de Pensões		
Custos imputados	97,744	-
	<u>55,424,305</u>	<u>49,922,868</u>
Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>62,129</u>	<u>157,876</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>6,229,456</u>	<u>3,212,069</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(29,125,537)	(28,123,630)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(29,803)	(76,307)
	<u>(29,155,340)</u>	<u>(28,199,937)</u>
	<u>32,560,550</u>	<u>25,092,876</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2018 e 2017, foram registadas na rubrica “Comissões do ramo vida” as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 25.763.649 euros e 27.284.552 euros, respetivamente (Nota 11).

22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2018 e 2017, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	2018	2017
Gastos com o pessoal (Nota 23)	4,124,917	2,478,506
Fornecimentos e serviços externos:		
Gastos com informática	2,069,343	1,111,365
Consultoria e assessoria	1,878,374	808,985
Comunicações	576,936	168,224
Rendas e alugueres (Nota 31)	243,588	132,635
Gastos com cobrança de prémios	118,059	3,202
Gastos com trabalho independente	102,575	41,071
Quotizações	84,778	52,260
Arquivo	60,041	33,177
Livros e documentação técnica	58,531	747
Deslocações e estadas	19,978	16,320
Impressos	23,321	10,074
Material de escritório	18,900	4,097
Trabalhos especializados	91,142	8,017
Outros	117,333	30,948
	<u>5,462,897</u>	<u>2,421,123</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	<u>3,120,434</u>	<u>2,535,710</u>
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	64,580	500,279.09
Ativos intangíveis	422,306	72,194.40
	<u>486,885</u>	<u>572,473</u>
Impostos e taxas	<u>493,536</u>	<u>378,996</u>
Juros suportados de depósitos de resseguradores	<u>16</u>	<u>119</u>
	<u>13,688,685</u>	<u>8,386,927</u>
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	2018	2017
Custos administrativos (Nota 21)	6,229,456	3,212,069
Custos de aquisição (Nota 21)	2,911,441	1,911,354
Custos com investimentos (Nota 26)	3,007,294	2,224,264
Custos com sinistros	1,442,751	1,039,240
A gestão de fundos de pensões	97,743	-
	<u>13,688,685</u>	<u>8,386,927</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, parte dos saldos das rubricas “Gastos com informática” e “Consultoria e assessoria” dizem respeito à prestação de serviços informáticos, faturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 1.102.416 euros e 850.943 euros, respetivamente (Nota 31).

A rubrica “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações		
Dos órgãos sociais	438,565	861,033
Do pessoal	2,598,060	1,135,348
	<u>3,036,625</u>	<u>1,996,381</u>
Encargos sobre remunerações	<u>678,859</u>	<u>343,424</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	70,744	18,974
Outros benefícios a longo prazo	219,299	40
Outros gastos com pessoal	119,389	119,688
	<u>4,124,917</u>	<u>2,478,506</u>

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2018 e 2017 e a pagar em 2019 e 2018, nos montantes de 231,519 euros e 171.519 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica “Outros benefícios a longo prazo”.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2018 e 2017, por categoria profissional, foi o seguinte:

	2018	2017
Dirigentes executivos	3	3
Quadros superiores	13	3
Quadros médios	11	8
Profissionais altamente qualificados	7	10
Profissionais qualificados	26	9
	<u>60</u>	<u>33</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 79 e 39, respetivamente.

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2018, em milhares de euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis no ano de 2018, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 411,210 euros para as fixas e de 314,000 euros para as variáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

As remunerações fixas têm a seguinte composição:

**Conselho de Administração**

<u>Nome</u>	<u>Remuneração fixa</u>
Manuela Vieira Marinho	68,877
Nuno Miguel Frias Costa	203,778
Pedro Brandão Melo Castro	72,555
	<u>345,210</u>

**Conselho Fiscal**

<u>Nome</u>	<u>Remuneração fixa</u>
José Duarte Assunção Dias	17,500
António Baia Engana	18,000
Maria Manuela Lourenço	18,000
José Luís Areal Alves Cunha	12,500
	<u>66,000</u>

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2018, em milhares de euros, é a que consta dos quadros seguintes:

<u>Nome</u>	<u>Prémio de desempenho de 2018</u>	
	<u>Parcela Pecuniária</u>	<u>Parcela de ações retida por um ano</u>
Manuela Vieira Marinho	47,500	-
Nuno Miguel Frias Costa	68,100	63,538
Pedro Brandão Melo Castro	18,000	16,794
	<u>133,600</u>	<u>80,332</u>

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 20.033 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 4,01 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2018, em milhares de euros, é a que consta do quadro seguinte por ano de entrega:

<u>Nome</u>	<u>Prémio de desempenho de 2018</u>					
	<u>Parcela Pecuniária</u>			<u>Parcela de ações (em número)</u>		
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Nuno Miguel Frias Costa	15,133	15,133	15,133	3,521	3,521	3,521
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	4,000	4,000	931	931	931
	<u>19,133</u>	<u>19,133</u>	<u>19,133</u>	<u>4,452</u>	<u>4,452</u>	<u>4,452</u>

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2017, tendo sido pago um terço dessa remuneração, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

<u>Nome</u>	<u>Prémio de desempenho de 2017 entregue em Fevereiro 2019</u>		
	<u>Juros e Dividendos</u>	<u>Parcela Pecuniária</u>	<u>Parcela Ações</u>
Jorge Filipe Alves Gaspar			
Manuela Vieira Marinho	22	3,333	2,242
Nuno Miguel Frias Costa	112	16,800	11,296
Pedro Brandão Melo Castro	27	4,000	2,691
	<u>160</u>	<u>24,133</u>	<u>16,228</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O valor das ações corresponde a 4.047 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 4,01 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2017			
	2020		2021	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Jorge Filipe Alves Gaspar				
Manuela Vieira Marinho	3,333	559	3,333	559
Nuno Miguel Frias Costa	16,800	2,817	16,800	2,818
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	671	4,000	670
	<u>24,133</u>	<u>4,047</u>	<u>24,133</u>	<u>4,047</u>

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2016, tendo sido pago um terço dessa remuneração, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2016 entregue em Fevereiro 2019		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	379	4,333	3,465
Manuela Vieira Marinho	234	2,667	2,133
	<u>613</u>	<u>7,000</u>	<u>5,598</u>

O valor das ações corresponde a 1.375 ações do Banco Santander S.A., das quais 21 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 4,01 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2016	
	2020	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Jorge Filipe Alves Gaspar	4,334	852
Manuela Vieira Marinho	2,666	523
	<u>7,000</u>	<u>1,375</u>

Na presente data foram pagos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2015, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2015 entregue em Fevereiro 2019		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Eduardo Alves da Silva	2,224	13,573	13,911
	<u>2,224</u>	<u>13,573</u>	<u>13,911</u>

O valor das ações corresponde a 3.418 ações do Banco Santander S.A., das quais 51 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 4,01 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 191.975 Euros (2017: 145.295 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 124.540 Euros (2017: 70.026 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial e sobre a taxa global de custos de contratos de seguros ligados a fundos de investimento (no montante de 67.435 Euros (2017: 48.100 Euros)). Do referido montante de honorários, 84.405 Euro foram faturados em 2018.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.<sup>a</sup>-A, n.º1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 70.744 euros e 18.974 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

No exercício de 2018, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2018		
	Juros	Unidades de participação	Total
Ramo vida:			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	78 654 363	9 194 787	87 849 150
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12 252 091	-	12 252 091
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 299 463	-	2 299 463
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(1 216)	-	(1 216)
Outros ativos	-	-	-
	<u>93 204 701</u>	<u>9 194 787</u>	<u>102 399 488</u>
Não técnica:			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 973 821	-	2 973 821
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 218 694	-	1 218 694
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	215 044	-	215 044
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 402	-	1 402
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2 489	-	2 489
Outros ativos	557 662	-	557 662
	<u>4 969 112</u>	<u>-</u>	<u>4 969 112</u>
	<u>98 173 813</u>	<u>9 194 787</u>	<u>107 368 600</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

No exercício de 2017, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2017		
	Juros	Unidades de participação	Total
<b>Ramo vida:</b>			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	2,928,523	-	2,928,523
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	79,703,257	606,932	80,310,189
Ativos financeiros disponíveis para venda	7,454,157	-	7,454,157
Empréstimos concedidos e contas a receber	3,652,261	-	3,652,261
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(12,259)	-	(12,259)
Outros ativos	-	-	-
	<u>93,725,938</u>	<u>606,932</u>	<u>94,332,870</u>
<b>Não técnica:</b>			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2,695,000	-	2,695,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,155,523	-	1,155,523
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2,101	-	2,101
Outros ativos	-	-	-
	<u>3,852,624</u>	<u>-</u>	<u>3,852,624</u>
	<u>97,578,562</u>	<u>606,932</u>	<u>98,185,494</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica de “Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, corresponde aos dividendos pagos pela Aegon Santander Portugal, referentes aos anos de 2017 e 2016, respetivamente.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

## 26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

### Outros (GF)

	2018			2017		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
<b>Gastos de investimentos:</b>						
Custos imputados (Nota 22)	2,952,226	55,068	3,007,294	2,168,945	55,319	2,224,264
<b>Juros de <i>interest rate swaps</i> :</b>						
Produtos <i>unit-linked</i>	5,031,849	-	5,031,849	4,122,735	-	4,122,735
<b>De outros passivos financeiros:</b>						
Comissões	-	517,255	517,255	-	584,572	584,572
Juros de mora	-	368	368	-	5,316	5,316
	<u>7,984,075</u>	<u>572,691</u>	<u>8,556,765</u>	<u>6,291,680</u>	<u>645,207</u>	<u>6,936,887</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica “De outros passivos financeiros - Comissões” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2018 e 2017, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	9,188,659	(386)
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	(161,180)	(178,524)
	<u>9,027,479</u>	<u>(178,910)</u>
<b>Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	(8,867,683)	15,218,160
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	(110,688,596)	30,917,059
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	35,029,283	(128,808,306)
Outros	-	-
	<u>(84,526,996)</u>	<u>(82,673,086)</u>

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2018 e 2017, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
<b>Ramo vida:</b>						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,637,417	(14,229,840)	(10,592,422)	4,651,618	(10,397,012)	(5,745,393)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	665,435	(352,751)	312,685	-	(386)	(386)
De outros	-	-	-	-	-	-
	<u>4,302,853</u>	<u>(14,582,590)</u>	<u>(10,279,737)</u>	<u>4,651,618</u>	<u>(10,397,398)</u>	<u>(5,745,779)</u>
<b>Não técnica:</b>						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,726,251	(1,512)	1,724,739	169,531	-	169,531
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	287,179	(118,663)	168,516	-	-	-
De outros	8,707,458	-	8,707,458	-	-	-
	<u>10,720,888</u>	<u>(120,175)</u>	<u>10,600,713</u>	<u>169,531</u>	<u>-</u>	<u>169,531</u>
	<u>15,023,741</u>	<u>(14,702,765)</u>	<u>320,976</u>	<u>4,821,149</u>	<u>(10,397,398)</u>	<u>(5,576,249)</u>

No exercício de 2018, encontra-se registado um montante de 9.000.000 Euros, na “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De outros”, respeitante à mais-valia decorrente do ajuste ao preço de venda inicial das participações de 51% da Aegon Vida e da Aegon Não Vida, refletindo a revisão do plano de negócio contratado, em consequência do incremento significativo da base de clientes após aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., da carteira de ativos do Banco Popular (Nota 5).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2018 e 2017, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
<b>Ramo vida:</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	8,898,468	(10,396,073)	(1,497,605)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	77,263,481	(23,757,208)	53,506,273
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	118,529,739	(228,997,849)	(110,468,110)	-	-	-
	<u>118,529,739</u>	<u>(228,997,849)</u>	<u>(110,468,110)</u>	<u>86,161,949</u>	<u>(34,153,281)</u>	<u>52,008,668</u>
<b>Não técnica:</b>						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	3,469	(301,055)	(297,586)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(108,634)	(111,852)	(220,486)	-	-	-
	<u>(108,634)</u>	<u>(111,852)</u>	<u>(220,486)</u>	<u>3,469</u>	<u>(301,055)</u>	<u>(297,586)</u>
	<u>118,421,105</u>	<u>(229,109,701)</u>	<u>(110,688,596)</u>	<u>86,165,419</u>	<u>(34,454,336)</u>	<u>51,711,082</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2018 e 2017, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(16,587,442)	(128,896,047)
Variações negativas dos passivos financeiros	51,616,725	87,741
	<u>35,029,283</u>	<u>(128,808,306)</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	30,683,164	24,550,570
Utilização de "Outras provisões"	-	(1,086,690)
Outros	884,257	936,995
	<u>66,596,704</u>	<u>(104,407,431)</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(161,180)	(178,524)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	194,484	5,489
	<u>33,304</u>	<u>(173,035)</u>
	<u>66,630,008</u>	<u>(104,580,467)</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2018, e em função da incorporação dos investimentos da ex-Eurovida, a rubrica apresenta resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, libras esterlinas, francos suíços e coroas dinamarquesas. Todos os instrumentos encontram-se afetos a produtos *unit-linked*. Em 2017, esta rubrica incluía exclusivamente os resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afetos a produtos *unit-linked*.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(523,686)	(169,299)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(593)	(280)
Bonificação por resgates e anulações	884,650	4,623
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	10,090	22,216
	<u>370,461</u>	<u>(142,741)</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	(100,873)	-
Custos por riscos operacionais	(28,590)	(19,501)
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	(83,606)	-
Outros	46,984	74,122
	<u>(166,084)</u>	<u>54,621</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2018 e 2017, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia</b>	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo da Companhia</b>	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
Nuno Miguel Frias Costa	
Manuela Vieira Marinho	
Pedro Brandão Melo Castro	
Francisco Del Cura Ayuso	
<b>Membros da Comissão Executiva</b>	
Nuno Miguel Frias Costa	
Manuela Vieira Marinho	
Pedro Brandão Melo Castro	
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
José Duarte Assunção Dias <sup>(1)</sup>	
José Luis Areal Alves da Cunha	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

(1) - Passou a membro suplente a 03 de Maio de 2018

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 2 de Janeiro de 2016, a Companhia aderiu ao Agrupamento Santander Tecnología y Operaciones, A.E.I.E. mediante aprovação da Assembleia Geral do Agrupamento realizada a essa data e escritura de aceitação de novo membro de 29 de Janeiro de 2016, pelo que a partir desta data os serviços de tecnologia e operações especializados centralizados em Espanha, passaram a ser prestados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2018											Total		
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GESBAN	Santander Global Tech	Santander Tecnologia	GEOBAN	AEIE	Aegon Santander Portugal Vida		Aegon Santander Portugal Não Vida	POPULAR SEGUROS
<b>Ativo</b>														
Depósitos à ordem	194,631,024													194,631,024
Depósitos a prazo	257,505,077													257,505,077
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-										8,232,000	6,076,000	7,500,000	21,808,000
Ativos intangíveis	257,748			21,479										279,227
Contas a receber	2,145,081													2,145,081
<b>Total do Ativo</b>	<b>454,538,930</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21,479</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8,232,000</b>	<b>6,076,000</b>	<b>7,500,000</b>	<b>476,368,409</b>
<b>Passivo</b>														
Passivos Financeiros			57,147,085											57,147,085
Contas a pagar	(13,544,880)	(465,595)												(14,010,475)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(13,544,880)</b>	<b>(465,595)</b>	<b>57,147,085</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43,136,610</b>
<b>Ganhos e perdas</b>														
Juros de depósitos à ordem	(6,020)													(6,020)
Juros de depósitos a prazo	15,664,946													15,664,946
Comissões de mediação	(49,865,503)													(49,865,503)
Cobrança prémios e outros (Bapop)	(116,396)	(2,069,036)												(2,069,036)
Comissões de liquidação	(110,252)													(110,252)
Comissões de custódia	(922,626)													(922,626)
Comissões de penalização de resgate	(231,145)													(231,145)
Prestação de serviços	(278,490)						(132,154)	(213,144)	(483,851)	5,223				(1,102,416)
Renda escritório	(148,525)													(148,525)
Participação nos resultados	(2,971)			(112)	(227)	(134)								(3,444)
Comissões por colaterais prestados	(517,255)													(517,255)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(2,443,581)													(2,443,581)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(38,977,818)</b>	<b>(2,069,036)</b>	<b>-</b>	<b>(112)</b>	<b>(227)</b>	<b>(134)</b>	<b>(132,154)</b>	<b>(213,144)</b>	<b>(483,851)</b>	<b>5,223</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41,871,253)</b>

	2017										Total
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	AEE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida		
<b>Ativo</b>											
Depósitos à ordem	213,001,950	-	-	-	-	-	-	-	-	-	213,001,950
Depósitos a prazo	336,331,766	-	-	-	-	-	-	-	-	-	336,331,766
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	-	14,308,000
Ativos intangíveis	-	-	-	236,269	-	-	81,090	-	-	-	317,359
Contas a receber	1,928,235	-	-	5,313	2,841	-	-	-	-	-	1,936,388
<b>Total do Ativo</b>	<b>551,261,950</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241,582</b>	<b>2,841</b>	<b>-</b>	<b>81,090</b>	<b>8,232,000</b>	<b>6,076,000</b>	<b>-</b>	<b>565,895,463</b>
<b>Passivo</b>											
Passivos Financeiros	-	-	50,599,585	-	-	-	-	-	-	-	50,599,585
Contas a pagar	(9,977,534)	(443,722)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10,421,256)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(9,977,534)</b>	<b>(443,722)</b>	<b>50,599,585</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40,178,328</b>
<b>Ganhos e perdas</b>											
Juros de depósitos à ordem	(10,158)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10,158)
Juros de depósitos a prazo	21,801,317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,801,317
Comissões de mediação	(47,884,718)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47,884,718)
Comissões de gestão	-	(1,754,767)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,754,767)
Comissões de liquidação	(97,348)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(97,348)
Comissões de custódia	(682,706)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(682,706)
Comissões de penalização de resgate	(169,961)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(169,961)
Prestação de serviços	-	-	-	(216,406)	-	-	(634,537)	-	-	-	(850,943)
Renda	(132,635)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132,635)
Participação nos resultados	(78,389)	-	-	(1,706)	(310)	(218)	-	-	-	-	(80,623)
Comissões por colaterais prestados	(584,572)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(584,572)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(346,880)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(346,880)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(28,186,051)</b>	<b>(1,754,767)</b>	<b>-</b>	<b>(218,112)</b>	<b>(310)</b>	<b>(218)</b>	<b>(634,537)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30,793,994)</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2018		2017	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	14,769,603	108,807	5,281,313	30,008
Santander Internacional Debt, S.A.	-	-	4,585,665	18,808
Banco Santander Totta, S.A.	4,008,812	22,706	4,002,827	22,630
Santander Issuances, S.A.	-	-	524,800	9,897
Banco Santander, S.A.	623,575	15,070	548,000	14,740
Santander Consumer Bank	2,469,625	3,853		
	<b>21,871,615</b>	<b>150,435</b>	<b>14,942,605</b>	<b>96,083</b>

Nos exercícios de 2018 e 2017, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

	Conta de ganhos e perdas					
	2018			2017		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	159,872	22,342	(30,238)	45,184	(30)	39,274
Santander Internacional Debt, S.A.	21,291	22,710	-	1,201,794	(1,218,743)	88,971
Banco Santander Totta, S.A.	63,129	-	(5,985)	3,052,160	(2,957,959)	(9,404)
Santander Issuances, S.A.	8,973	18,855	-	13,253	(5,860)	32,870
Banco Santander, S.A.	39,425	-	9,841	20,000	-	(16,010)
Santander Consumer Bank	20,507	368	(25,874)			
	<b>313,197</b>	<b>64,275</b>	<b>(52,256)</b>	<b>4,332,392</b>	<b>(4,182,591)</b>	<b>135,700</b>

32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2018				
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e per	3,080,243,434	2,781,996,155	259,014,596	39,232,683	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	748,779,928	748,023,702	756,226	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	69,415,589
<b>Ativos financeiros</b>	<b>3,829,023,362</b>	<b>3,530,019,857</b>	<b>259,770,822</b>	<b>39,232,683</b>	<b>69,415,589</b>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,142,312,039	-	3,142,312,039	-	55,576,333
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	56,745,000	-	56,745,000	-	-
Outros passivos financeiros - Restantes	15,723,996	-	-	15,723,996	12,812,700
<b>Passivos financeiros</b>	<b>3,214,781,034</b>	<b>-</b>	<b>3,199,057,039</b>	<b>15,723,996</b>	<b>68,389,033</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017				Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros detidos para negociação	8,709,172	-	8,709,172	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2,286,338,421	1,974,666,383	310,075,503	1,596,535	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	402,836,297	402,836,297	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	85,428,465
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2,697,883,890</b>	<b>2,377,502,680</b>	<b>318,784,675</b>	<b>1,596,535</b>	<b>85,428,465</b>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,430,798,331	-	2,430,798,331	-	21,053,198
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	50,197,500	-	50,197,500	-	-
Outros passivos financeiros - <i>Restantes</i>	9,451,415	-	-	9,451,415	10,747,087
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2,490,447,246</b>	<b>-</b>	<b>2,480,995,831</b>	<b>9,451,415</b>	<b>31,800,285</b>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, apresentam as seguintes movimentações no período:

	2017 - 2018					Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 01-01-2018	Reclassificações	Compras	Vendas	Reembolsos	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	684.776.733	83.439.498	(12.209.575)	(8.153.000)	748.779.928

	2016 - 2017					Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Compras	Vendas	Reembolsos	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros disponíveis para venda	305,639,654	142,036,243	2,774,381	39,888,000	(2,177,219)	402,836,296

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam as seguintes movimentações no período:

	2017 - 2018					Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 01-01-2018	Reclassificações	Compras	Vendas	Reembolsos	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2.842.685.453	1.030.911.099	(412.083.922)	(261.171.178)	3.080.243.434

	2016 - 2017					Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Compras	Vendas	Reembolsos	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,983,969,469	783,321,462	323,041,714	228,741,905	70,831,109	2,286,338,421

Durante o exercício de 2018 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2017 - 2018			
	Saldo em 01-01-2018*	Liquidações	Varição Justo Valor	Saldo em 31-12-2018
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	33.546.244	654.958	5.031.480,93	39.232.683

\*Os saldos a 01-01-2018 já incorporam os ativos provenientes da ex-Eurovida.

Durante o exercício de 2017 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2016 - 2017			Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Liquidações	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nível 3)	5,032,364	(3,205,261)	(230,569)	1,596,535

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentado como segue:

<b>2018</b>			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	67,193,553	67,193,553	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Empréstimos concedidos	2,222,036	2,205,123	2
<b>Ativos financeiros</b>	<b>69,415,589</b>	<b>69,398,675</b>	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	55,576,333	55,576,333	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>55,576,333</b>	<b>55,576,333</b>	
<b>2017</b>			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Empréstimos concedidos e contas a receber - Outros depósitos e Outros	83,516,584	83,516,584	1
Empréstimos concedidos e contas a receber - Empréstimos concedidos	1,911,881	2,329,370	2
<b>Ativos financeiros</b>	<b>85,428,465</b>	<b>85,845,954</b>	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21,053,198	21,053,198	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>21,053,198</b>	<b>21,053,198</b>	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

34. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025. Considerando que as avaliações realizadas pela consultora externa (Willis Towers Watson) às Companhias Aegon Vida e Aegon Não Vida, com referência a 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, apresentam valores superiores aos que estão definidos contratualmente, o referido montante traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

35. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2018. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2018 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia em 2019.

36. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

No dia 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um acordo (“*signing*”) entre a Companhia, a Aegon Espanha (“AE”) e Aegon Vida (“AEV”) para a transferência de uma Unidade de Negócio (“UN”) da primeira entidade para esta última. Esta Unidade de Negócio faz parte das carteiras de vida risco absorvidas pela Companhia aquando da fusão por incorporação da Eurovida.

O *signing* equipara-se a um contrato promessa de compra e venda, visto que o mesmo contempla condições precedentes que devem ser observadas de forma a que o negócio seja devidamente concluído e haja a efetiva transferência da Unidade de Negócio para a AEV (“*closing*”). As condições precedentes existentes no contrato são as seguintes:

- A) Conclusão da migração tecnológica das carteiras para a AEV, de forma a que esta tenha o total controlo sobre as mesmas;
- B) Consentimento das contrapartes com quem a Companhia, por via da ex-Eurovida, detém acordos de resseguro, para a transferência das carteiras para a AEV;
- C) Consentimento das contrapartes com quem a Companhia, por via da ex-Eurovida, detém acordos de prestação de serviços, para a transferência das carteiras para a AEV; e
- D) Aprovação do negócio por parte do regulador (ASF).

Como prova de boa fé por parte da AEV, foi feito um adiantamento no valor de 7.843.137€, correspondente ao justo valor da Unidade de Negócio a 1 de novembro de 2018, data de referência utilizada para o efeito. Aquando da assinatura do *closing* será recalculado o novo justo valor da Unidade de Negócio a esta data, de forma a ser determinado o acerto no preço de compra e apurado o valor final da mais valia a registar pela STS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A operação descrita anteriormente foi tratada no âmbito da IFRS 5 (pontos 5, 6 e 7), visto cumprir os seguintes requisitos:

- os valores escriturados virem a ser recuperados através da operação de alienação e não pelo uso contínuo dos ativos e passivos subjacentes;
- os ativos e passivos encontram-se disponíveis para alienação, sendo que a sua transferência está condicionada à verificação de cláusulas consideradas como normais para o tipo de operação em causa, onde se considera como pouco provável que qualquer uma destas não seja verificada;
- a Gestão delineou um plano com a respetiva contraparte para o cumprimento das condições previstas no *signing*, de forma a garantir a venda efetiva dos ativos e passivos em causa nos prazos previstos.

No seguimento do descrito no parágrafo anterior, a Companhia efetuou a reclassificação contabilística de todos os ativos e passivos afetos a esta Unidade Autónoma de Negócio para as alinhas de "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" e "Passivos de um grupo detidos para alienação classificados como detidos para venda", respetivamente.

Dado que os ativos e passivos a serem alienados não representam parte significativa de um segmento de negócio, os rendimentos e gastos afetos aos mesmos não sofreram qualquer reclassificação ao nível da conta de ganhos e perdas.

O detalhe da referida reclassificação apresenta-se como segue:

Rubrica	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5,403,465
Provisão matemática do ramo vida	10,857,801
Provisão para sinistros	4,927,190
Ativo Provisão para participação nos resultados	1,985,577
Contas a receber por operações de seguro direto	316,951
Acréscimos e diferimentos	472,339
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	<u>23,963,323</u>
Provisão matemática do ramo vida (P)	11,984,419
Provisão para sinistros (P)	6,746,256
Provisão para participação nos resultados (P)	2,293,165
Passivo Depósitos recebidos de resseguradores	318,009
Contas a pagar por operações de seguro direto	1,057,160
Contas a pagar por outras operações de resseguro	1,395,183
Contas a pagar por outras operações	100,269
Acréscimos e diferimentos (P)	68,864
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	<u>23,963,323</u>

### 37. Fusão

Em junho de 2017, o Banco Popular foi adquirido pelo Banco Santander. No âmbito desta operação, existiu a necessidade de reorganização e concentração dentro do Grupo Santander, dada a integração das várias companhias do antigo Grupo Popular. Dentro destas companhias encontravam-se a Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A., (detida em 15.935% pelo Banco Popular Portugal e em 84.065% pelo Banco Popular Espanha), e a Popular Seguros - Companhia de Seguros - S.A., (detida a 100% pela Eurovida), seguradoras do

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

ramo vida e não vida, respetivamente, do Grupo Popular, que operavam em Portugal. Em set-17, a Santander Totta SGPS, adquiriu 84.065% do capital social da Eurovida, que eram detidos anteriormente pelo Banco Popular Espanha. Em dezembro de 2017, com a aquisição e fusão por incorporação do Banco Popular Portugal por parte do Banco Santander Portugal, o último passou a ser detentor de 15.935% do capital social da Eurovida. Existiu necessidade de concentrar o negócio segurador do Grupo Santander em Portugal. Deste modo, a 1 de outubro de 2018, com data efeito a 1 de janeiro de 2018 e com a devida autorização da ASF, a STS adquiriu a totalidade do capital social da Eurovida, detido pelas entidades referidas anteriormente, tendo efetuado também no mesmo dia a incorporação desta entidade, extinguindo a mesma em termos jurídicos.

Desta aquisição e fusão por incorporação, resultou uma reserva de fusão originada pela diferença entre os capitais próprios da Eurovida a 31-12-2017, expurgados da reserva de reavaliação líquida de imposto diferido, e o preço de aquisição da totalidade do capital social da mesma. O valor desta reserva é de 2,455,094€.

Demonstração da posição financeira	31-12-2017		01-01-2018
	Santander Totta Seguros	Eurovida	Santander Totta Seguros após fusão
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	213,166,098	122,794,558	230,960,656
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14,308,000	7,612,230	21,920,230
Ativos financeiros detidos para negociação	8,709,172	0	8,709,172
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e	2,286,338,421	538,720,783	2,825,059,204
Ativos disponíveis para venda	402,836,297	290,857,513	693,693,810
Empréstimos e contas a receber	85,428,465	4,238,310	89,666,775
Outros ativos tangíveis	121,336	11,778	133,114
Outros ativos intangíveis	795,824	141,343	937,167
Provisões técnicas de resseguro cedido	22,941,347	17,358,873	40,300,220
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		24,138	24,138
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16,993,153	1,274,644	18,267,797
Ativos por impostos	2,653,589	2,840,852	5,494,441
Acréscimos e diferimentos	16,307	146,733	163,040
<b>Total ativo</b>	<b>3,054,308,009</b>	<b>986,021,755</b>	<b>3,935,329,764</b>
Provisões técnicas	412,496,811	283,266,464	695,763,275
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,451,851,528	586,051,596	3,037,903,124
Outros passivos financeiros	70,396,002	1,855,786	72,251,788
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21,181,645	3,457,742	24,639,387
Passivos por impostos	1,627,979	273,463	1,901,442
Acréscimos e diferimentos	2,940,878	649,981	3,590,859
Outras Provisões	4,181,135	1,797,355	5,978,490
<b>Total passivos</b>	<b>2,964,675,978</b>	<b>877,352,387</b>	<b>3,842,028,365</b>
Capital	47,250,000	7,500,000	47,250,000
Reservas de reavaliação	3,985,724	1,250,720	5,236,444
Reserva por impostos	-936,645	-36,445	-973,090
Outras reservas	33,998,559	7,500,000	33,998,559
Reserva de fusão			2,455,094
Resultados transitados	233,914	84,491,820	5,334,394
Resultado do exercício	5,100,480	7,963,274	0
<b>Total capital próprio</b>	<b>89,632,031</b>	<b>108,669,369</b>	<b>93,301,401</b>

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							Valor de balanço unitário	Valor de balanço Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	POPULAR SEGUROS	1,500,000	7,500,000		5.00	7,500,000	5.00	7,500,000
	...							
	sub-total	1,500,000	7,500,000			7,500,000		7,500,000
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	Aegon Santander Portugal Vida	3,675,000	3,675,000		2.24	8,232,000	2.24	8,232,000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3,675,000	3,675,000		1.65	6,076,000	1.65	6,076,000
	...							
	sub-total	10,350,000	22,350,000			29,308,000		14,308,000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTCPOOE0004	Cred.Predial Port.49	427,469,798	4,274,698	99.82	0.01	4,267,004	0.01	4,031,518
	...							
	sub-total	427,469,798	4,274,698			4,267,004		4,031,518
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	437,819,798	26,624,698			33,575,004		25,839,518
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0413900087	SANTAN 4% 7/4/20	5	500,000	111.04	111,039.00	555,195	108,162.95	540,815
XS1107291541	SANTAN 6 1/4 PERP	1	100,000	108.16	108,158.05	108,158	97,829.86	97,830
XS1385935769	SANTAN 0.75 3/4/19	1	100,000	101.26	101,262.70	101,263	100,746.96	100,747
XS1413580579	SANS CF 1 05/26/21	36	3,600,000	101.91	101,907.88	3,668,684	101,962.00	3,670,632
XS1550951641	SANS CF 0.875 24/1/22	105	10,500,000	100.31	100,308.66	10,532,410	101,069.76	10,612,325
XS1692396069	SCB GER 0.75 17/10/22	30	3,000,000	99.87	99,873.82	2,996,215	98,939.45	2,968,184
	...							
	sub-total	178	17,800,000			17,961,924		17,990,532
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	178	17,800,000			17,961,924		17,990,532
	total	437,819,976	44,424,698			51,536,927		43,830,050
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
1210000001	Meridiano	13			12,148.45	157,930	12,148.45	157,930
ES0127797019	EDP Renováveis SA	370			5.46	2,020	7.78	2,877
PTBAF0AM0002	BANIF - NO	3,316,167			0.01	41,007	0.00	332
PTBCP0AM0015	BCP AM/BCP NOM	179,995			0.16	28,858	0.23	41,309
PTBES0AM0007	B. Esp. Santo, S.A.	307,621			0.33	100,686	0.00	31
PTBIG0AM0003	BANCO INVEST GLOBAL	885,250			0.77	681,524	0.77	681,524
PTCTT0AM0001	CTT Portugal SA	4,953			6.65	32,926	2.95	14,592
PTEDP0AM0009	EDP-Nom.	1,926			3.28	6,317	3.05	5,872
PTINAG0P0008	Inapa	47,715			0.41	19,475	0.06	3,054
PTPTCOAM0009	PHarol, SPGPS, SA.	55,000			1.83	100,915	0.16	8,976
PTPTIDAM0006	The Navigator SA	402,645			4.31	1,736,702	3.60	1,449,522
PTZON0AM0006	NOS SGPS	2,371			7.56	17,934	5.30	12,554
	...							
	sub-total	5,204,026	0			2,926,294		2,378,572
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTBNDIM0002	Art Invest - Fundo d	10,000			5.00	50,000	1.19	11,914
PTXNCEM0007	Explorer - II	57			20,453.15	1,156,417	5,889.48	332,990
PTMXROI0008	F.I.Imob. Maxirent	1,620,921			10.07	16,328,368	10.67	17,288,581
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios	831,900			4.42	3,674,452	4.02	3,348,065
PTSELAEI0007	FII - Imosocial	1,317,752			6.13	8,083,223	0.10	136,767
PTYBGALM0004	POPULAR GLOBAL 75	79,780			4.41	351,904	4.39	350,539
PTYBGALM0003	POPULAR GLOBAL 50	95,769			5.33	510,000	5.31	508,631
PTYBGALM0002	POPULAR GLOBAL 25	32,855			6.09	200,000	6.03	198,132
PTYBGLM0005	POPULAR TESOURARIA	98,433			5.99	590,106	5.99	589,368
PTYIOTE0001	Imopromoção	1,248			1,000.95	1,249,181	640.00	798,719
PTYSAQH0M0001	Sant.AcPortugal CL C	31,712			3.58	113,566	4.13	130,834
PTYSBH0M0017	Multitesouraria CL C	1,870,038			4.99	9,324,836	4.97	9,288,932
PTYSIAIE0008	Fundo Lusimovest	15,000			63.77	956,606	59.94	899,101
	...							
	sub-total	6,005,466	0			42,588,658		33,882,572
	2.1.1.4 - Outros							
	Fundo Comp. Trabalho	1,167			1.04	1,217	1.05	1,223
	...							
	sub-total	1,167	0			1,217		1,223
	sub-total	11,210,659	0			45,516,169		36,262,367

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
Nº de identificação: 1156  
Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

CÓDIGO		IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
DESIGNAÇÃO								unitário	Valor de balanço Total
2.1.2 - Títulos de dívida									
2.1.2.1 - De dívida pública									
PTOTE50E0007	PGB 4.1% 04/15/37	203,000,000	2,030,000	88.54	0.01	1,797,340	0.01	2,532,108	
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	5,597,050,000	55,970,500	117.30	0.01	65,653,435	0.01	68,428,509	
PTOTEBOE0020	PGB 4.1% 15/2/2045	46,450,000	464,500	114.29	0.01	530,862	0.01	581,156	
PTOTECO2E0029	OT 4.8% 15/06/2020	16,193,173,700	161,931,737	99.21	0.01	160,649,662	0.01	178,379,466	
PTOTTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25	25,641,800,000	256,418,000	96.88	0.01	248,409,162	0.01	287,004,001	
PTOTEBOE0027	PGB 4.75% 14/08/2019	7,150,000,000	71,500,000	90.24	0.01	64,518,690	0.01	75,030,999	
PTOTEQOE0015	PGB5 5.65% 15/2/24	14,583,320,000	145,933,200	117.83	0.01	171,951,954	0.01	190,028,605	
PTOTEROE0014	PGB 3.875% 15/2/30	788,700,000	7,887,000	111.59	0.01	8,577,559	0.01	9,402,417	
PTOTESOE0013	PGB 2.2 17/10/22	6,879,600,000	68,796,000	100.36	0.01	69,046,644	0.01	74,472,918	
PTOTETOE0012	PGB 2.875 21/7/26	13,401,765,000	134,017,650	108.65	0.01	145,607,374	0.01	150,208,888	
PTOTEUOE0019	PGB 4.125 14/4/27	2,459,090,300	24,590,903	108.81	0.01	26,757,135	0.01	30,241,546	
PTOTEVIE0018	PGB 2.125 17/10/28	19,405,000,000	194,050,000	102.83	0.01	199,638,838	0.01	201,863,481	
PTOTEYOE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	6,639,400,000	66,394,000	89.06	0.01	59,131,348	0.01	74,405,039	
PTOTVGOE0008	PGB Float 19/5/21	12,615	12,615,000	105.91	1,059.10	13,360,520	1,053.07	13,284,436	
PTOTVHGE0007	PGB 2.05% 12/8/21	10,805	10,805,000	105.09	1,050.95	11,355,506	1,058.53	11,437,416	
PTOTVJGEE0006	PGB float 30/11/21	13,176	13,176,000	105.92	1,059.16	13,955,462	1,052.72	13,870,668	
PTOTVJGEE0005	PGB Float 12/4/22	163	163,000	100.00	1,000.00	163,000	1,054.72	171,920	
PTOTVJGEE0001	PGB Float 5/12/22	20	20,000	100.03	1,000.30	20,006	1,029.33	20,587	
PTOTVJGEE0000	PGB Float 07/23/25	20	20,000	100.00	1,000.00	20,000	1,027.97	20,559	
PTRAMXOM0006	GOVMAD Float 9/6/22	625	6,250,000	100.00	10,000.00	650,000	10,242.15	665,740	
PTRAMYOM0005	GOVMAD 1.971 04/7/28	29	2,900,000	100.00	100,000.00	2,900,000	101,782.00	2,951,678	
XS1065735899	PORTU 5,125 15/10/24	110	110,000	83.99	839.85	92,384	919.24	101,116	
sub-total		118,978,386,003	1,230,242,490			1,264,683,881		1,385,103,253	
2.1.2.2 - De outros emissores públicos									
PTCFPOM0002	CAMFER 4,17 10/16/19	97	4,850,000	105.19	52,596.23	5,101,834	52,053.14	5,049,154	
PTCPEJOM0004	REFE 4.675% 16/10/24	2	100,000	106.00	53,000.00	106,000	60,851.71	121,703	
XS0230315748	PARPUB 3.567 22/9/20	3,348	3,348,000	105.39	1,053.93	3,528,543	1,066.16	3,569,512	
PTPETUOM0018	Parpub 3,75% 07/21	48	4,800,000	103.65	103,650.36	4,975,217	110,083.04	5,283,986	
PTCPEDOM0000	REFER 4,25% 13/12/21	91	4,550,000	104.15	52,073.32	4,738,672	55,214.29	5,024,501	
PTSDRBOE0003	SAUDCR 0 07/15/20	110	1,100,000	100.29	10,029.09	1,103,200	10,239.69	1,126,366	
PTSDRDOM0000	SAUDA FLOAT 20/06/22	280	2,800,000	100.14	10,013.76	2,803,852	10,435.69	2,921,994	
PTSDRDOM0001	SAUDA Float 20/12/19	123	1,230,000	100.36	10,136.60	1,253,529	10,163.96	1,244,515	
PTSDRFOM0009	SAUDCR Float 28/6/23	120	1,200,000	100.00	10,000.00	1,200,000	9,665.22	1,153,826	
PTSDRCOE0002	SAUDCR 0 06/29/21	48	480,000	101.47	10,147.07	487,059	10,291.20	493,978	
PTSRHAE00026	SPRHIS 3 04/27/19	200	2,000,000	101.54	10,154.32	2,030,864	10,179.17	2,035,833	
PTSRHBOE00025	SPRHIS 0 29/09/21	180	1,800,000	99.79	9,979.17	1,796,250	10,491.39	1,888,450	
sub-total		4,697	28,758,000			29,625,019		30,419,820	
2.1.2.3 - De outros emissores									
PTALTEOE0008	ALTCCL 0 03/06/24	12	1,200,000	100.02	100,024.17	1,200,290	99,773.33	1,197,280	
PTBCPIOM0057	BCPPL 0 3/4 05/31/22	2	2,200,000	99.39	99,386.00	2,186,492	101,571.73	2,234,578	
PTBENJOM0015	Novbnc 4,75 15/01/18	3	300,000	91.11	91,110.00	273,330	27,000.00	81,000	
PTBEGFOM0016	BESPL 10 12/06/21	226	22,600	84.71	84.71	19,144	0.00	0	
PTBINJOM0004	CELBI 0 02/22/24	60	600,000	100.21	10,020.83	601,250	10,080.47	604,828	
PTBINJOM0003	CEL BEIRA FLOAT 27	17	1,700,000	100.01	100,011.76	1,700,200	99,112.58	1,694,914	
PTBPDOM0003	PTBPDOM0003	1	100,000	100.05	100,050.00	100,052	99,399.67	99,399.67	
PTBSSBOE0012	BRCORO 3,875% 1/4/21	179	17,900,000	104.81	104,809.51	18,760,903	110,754.52	19,825,059	
PTBSSJOM0015	BRC 1,875% 30/4/25	95	9,500,000	93.18	93,183.84	8,852,464	102,955.43	9,780,766	
PTBSSJOM0014	BRCORO 2% 22/3/23	128	12,800,000	104.57	104,566.87	13,384,559	105,376.52	13,488,194	
PTBSSJOM0002	Brisa 2,375 10/5/27	1	100,000	106.40	106,400.00	106,400	103,537.11	103,537	
PTCGDJOM0022	CXGD 10 3/4 PERP	1	200,000	106.36	212,712.50	212,713	218,000.00	218,000	
PTCGDKOM0037	CXGD 5,75 28/6/28	2	200,000	99.55	99,550.00	199,100	104,180.14	208,360	
PTCGHIOE0014	CXGD 1% 27/1/22	41	4,100,000	101.44	101,444.40	4,159,221	103,140.03	4,228,741	
PTFCPJOM0003	FCPPL 4 1/4 06/09/20	30,000	150,000	100.00	5.00	150,000	5.04	151,122	
PTGALJOE0009	GALP 4,125% 25/1/19	19	1,900,000	105.73	105,734.89	2,008,963	104,189.58	1,979,602	
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	332	33,200,000	101.65	101,649.30	33,747,566	106,347.01	35,307,207	
PTGALLOM0004	GALPPL 1% 15/2/23	50	500,000	99.69	99,691.00	4,984,550	96,803.97	4,840,199	
PTGGDAE0001	GALP 1,375 19/9/23	82	8,200,000	101.10	101,095.39	8,289,822	99,628.86	8,169,567	
PTGRPCOE0002	HOVION 0 10/02/28/20	1	210,000	101.92	10,191.67	214,025	10,212.53	212,552	
PTHOVBOE0007	HOVION 0 10/02/23	14	1,400,000	100.24	100,242.86	1,403,400	100,883.00	1,412,362	
PTJLLAOE0001	JOSEML 0 06/09/19	164	1,640,000	100.05	10,005.37	1,640,880	10,074.17	1,652,146	
PTJLLBOE0000	JOSEML 0 05/17/21	31	310,000	100.00	10,000.00	310,000	9,932.91	307,920	
PTJLLCOM0009	JOSEML 4 09/28/23	144	1,440,000	100.04	10,004.17	1,440,600	10,229.44	1,473,400	
PTMENNOE0008	EGLPL 5 1/2 04/22/19	115	1,150,000	100.28	10,028.39	1,153,265	10,031.94	1,153,674	
PTMENROM0004	EGLPL 3.9 02/03/20	200	100,000	100.00	500.00	100,000	502.96	100,593	
PTOREBOE0006	OREPL 0 07/08/31	244	244,000	100.00	1,000.00	244,000	202.93	49,516	
PTSEMFGE0003	SEMA FLOAT 17/04/19	8	8,000	103.10	1,031.03	8,248	1,006.22	8,050	
PTSEMGOE0002	SEMP1 0 11/30/20	3	300,000	100.83	100,833.33	302,500	101,364.59	304,094	
PTSLBKOM0000	SLBEN 4 1/4 05/03/19	36,112	180,560	100.08	5.00	180,702	5.02	181,320	
PTSLBLOM0009	SLBEN 4 04/24/20	40,904	204,520	100.00	5.00	204,520	4.99	203,950	
PTSNPDOE0001	SONCPL FLOAT 28/5/19	30	1,500,000	100.50	50,247.83	1,507,435	50,171.60	1,505,148	
PTTRVBGE0000	Cia Seg Tranquil.049	2,600	130,000	75.87	37.93	96,627	35.76	92,984	
sub-total		111,861	108,189,680			109,745,219		112,859,718	
sub-total		118,978,502,561	1,367,190,170			1,404,054,119		1,528,382,791	
2.2 - Títulos estrangeiros									
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação									
2.2.1.1 - Acções									
AT0000652011	Erste Group Bank AG	1,345			28.77	36,691	29.05	39,072	
BE0003810273	PROXIMUS	48,230			26.69	1,287,056	23.62	1,139,193	
BMG162491077	BROOKFIELD PRO. PART	17			0.00	0	13.82	235	
DE0005790430	FUCHS PETROLUB PREF	1,423			35.90	51,083	35.98	51,200	
DE0005810055	Deutsche Boerse AG	260			94.41	24,547	104.95	27,287	
DE0006452907	NEMETSCHKE SE	742			95.55	70,897	95.75	71,047	
DE000A099PT0	MTU Aero Engines AG	267			128.19	34,226	158.40	42,293	
DE000A1681X6	Singulus Technologie	47			501.68	23,579	9.15	430	
DE000K3AG888	K+S AG-REG	416			33.39	13,890	15.72	6,540	
DE000LED4000	OSRAM LICHT AG	1,284			38.53	49,478	37.92	48,689	
ES0113211835	BBVA	2			1.88	4	4.64	9	
ES0130670112	Endesa	67,142			18.55	1,245,628	20.13	1,351,568	
ES0140609019	CAIXA BANK	372,712			3.74	1,395,295	3.16	1,179,261	
ES0173516115	Repsol AG - New	20			0.19	4	14.08	282	
ES06735169D7	REPSOL SA- RTS	20			0.00	0	0.40	8	
FI4000074984	VALMET OY								

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vítor Pescação

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							unitário	Valor de balanço Total
US3003M1027	FB US Equity	111	148,42		16,475	184,74	114,47	12,706
US3453708600	Ford Motor Co	400	11,71		4,686	6,56		2,625
US5007541064	HJ Heinz Holding Cor	1.200	71,39		85,664	37,03		44,437
US56616P1049	Macy's Inc	166	28,14		4,670	26,00		4,316
US5949181045	Microsoft Corp	536	61,60		33,016	88,26		47,308
US67066G1040	NVIDIA Corp	94	147,71		13,885	116,01		10,905
US6708515001	OJ SA-ADR		2,52		10,344,652	1,41		5,767,237
US70489Y1038	Paypass Holdings Inc	4,101,544	36,16		11,607	72,50		23,272
US71654V4086	Petroleo Brasileiro	4,250	12,06		51,251	11,31		48,086
US83172F2039	SmartHeat Inc	50	61,11		3,056	0,00		0
US92343V1044	Verizon Communicat.	100	46,88		4,688	48,20		4,820
US92826C8394	Visa Inc - Class A	462	145,07		67,022	114,01		52,672
US92870X3098	Voltau Corp	435	31,59		13,744	0,48		209
US9311421039	WALMART INC	3,600	63,18		227,465	80,92		291,311
US9497461015	Wells Fargo Company	1,081	43,41		46,921	39,82		43,042
US98986T1088	Zynga Inc	875	10,84		9,483	3,40		2,973
...	...	...	...	...	...	...	...	...
	sub-total	4,894,932	0			22,668,179		17,319,446
2.2.1.2 - Títulos de participação								
...	...	...	...	...	...	...	...	...
	sub-total	0	0			0		0
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
DE0005933931	Daxex Index Fund	220	92,88		20,433	91,06		20,033
DE0006289309	iShares EURO STOXX B	29,500	9,01		265,882	8,46		249,629
DE0006791809	KanAm Grundinvest Fo	139,844	56,66		7,923,609	10,44		1,459,969
DE0008007998	DEGI International	24,221	51,91		1,257,234	3,01		72,906
DE000802306	SEB ImmoInvest	7,194	54,50		392,039	7,37		53,019
DE000802314	SEB ImmoPortfolio Ta	21,426	120,36		2,578,714	11,70		250,683
DE000807057	Grundbesitz Global	10,069	52,03		523,895	52,06		524,196
DE000AOCARS0	KanAm SPEZIAL grundi	3,245	108,05		350,615	15,82		51,336
DE000A0Q4R44	ISHR EUR600 REAL EST	1,330	15,94		21,204	15,90		21,152
ES0133478034	Eurovalor Bonos Alto	12	150,34		1,817	171,61		2,074
ES0133525032	Eurovalor Estados Un	25	77,36		1,967	153,97		3,915
ES0133539033	Eurovalor Asia FI	8	200,24		1,619	253,56		2,050
ES0133540332	Eurovalor Europa del	27	279,02		6,792	6,403		5,403
ES0133576035	Eurovalor Iberoameri	17	377,77		6,500	269,85		6,443
FR0007054358	Lyxor ETF € Stoxx 50	1,362,482	34,07		46,424,746	29,37		40,016,096
FR0010135103	CARMIGNAC PATRIMO I A	309	648,23		200,079	575,58		177,654
FR0010245514	LYXOR ETF Japan Topx	200	124,48		24,896	114,24		22,848
FR0010261198	LYXOR MSCI EURO.DR U	255,750	127,01		32,482,264	112,47		28,764,203
FR0010344630	LYXOR EURSTX600 apa	1,551	57,48		89,144	53,03		82,250
FR0010344796	LYXOR EURSTX600	396	50,49		19,992	43,52		17,232
FR0010344812	LYXOR EURSTX600 TEL	1,009	33,51		33,809	33,87		34,175
FR0010344838	LYXOR EURSTX600 TRV	2,340	26,93		63,014	26,06		60,969
FR0010344853	LYXOR EURSTX600 UTIL	1,528	39,65		60,584	40,06		61,204
FR0010344861	LYXOR EURSTX600 F&B	829	71,09		58,931	70,54		58,478
FR0010344879	LYXOR EURSTX600 HALT	1,029	82,51		84,906	83,47		85,891
FR0010344887	LYXOR STX600 IN GOOD	1,332	58,02		77,283	53,60		77,395
FR0010344903	LYXOR EURSTX600 INS	520	38,50		20,021	34,13		17,748
FR0010344929	LYXOR EURSTX600 MED	570	32,10		18,295	32,55		18,551
FR0010344960	LYXOR EURSTX600 OIL&	1,383	40,36		55,812	40,87		56,516
FR0010344978	LYXOR STX600 PERS&HH	870	87,00		75,693	84,41		73,437
FR0010344986	LYXOR EURSTX600 RET	1,176	31,89		37,499	32,12		37,767
FR0010345371	LYXOR EURSTX600 BANK	3,378	18,45		62,334	16,79		56,703
FR0010429068	Lyxor ETF MSCI EM	1,818	11,02		20,026	9,43		17,136
FR0010674978	LFP - La Francaise S	809	2,001,81		1,619,466	1,969,40		1,593,245
FR0010696578	Lyxor Bund Daily -2x	2,103	38,13		80,189	32,72		68,814
FR0011475078	LYX ETF JAPAN TOPIX	55	129,24		7,108	116,72		6,420
FR0011550680	BNP Paribas Easy S&P	1,908	7,27		13,879	7,69		14,679
FR0011607084	Lyxor 10Y US Treasur	6,296	73,65		463,696	74,33		467,962
GB0006778798	Newton Cont. Fund	297	1,49		442	1,45		431
GB00815KV3/33	ETF's WTS Crude Oil	100	10,58		1,558	6,03		6,003
IE0031719473	Dimensional Funds -	41,925	13,11		549,735	13,32		556,446
IE0032523478	Ishares Euro Corpora	16,375	135,53		2,219,238	132,77		2,174,088
IE0032722260	BNY Mellon Global Fu	57,500	1,74		99,832	1,86		107,157
IE00806YB805	PREFE Real Estate C	1,990	109,30		217,500	82,99		165,148
IE00806YB912	PREFE Pan European D	147	107,70		15,878	71,47		10,537
IE0080HC9V10	Dimensional Funds PL	267	17,47		4,658	20,76		5,536
IE00B11XZ103	PIMCO Funds Global I	20	23,69		483	23,68		483
IE00B19FSZ34	MGI Eurozone Equity	303	201,01		60,917	176,36		53,448
IE00B1FZS350	iShares Developed Ma	619	18,09		11,198	20,80		12,875
IE00B1FZS681	ISHARES EUR GOV 3-5Y	3,470	168,80		585,724	170,66		592,190
IE00B1KQX990	MGI Global Equity Fu	4,349	190,08		826,668	191,66		833,538
IE00B1TQ1T17	GREFF GLOB FUND	7,578	75,93		575,411	82,26		623,488
IE00B1W8P985	Dimensional Funds II	1,988	15,76		26,607	16,48		27,822
IE00B1YBR285	Stone Harbor EM	10,783	168,87		1,820,958	162,85		1,756,012
IE00B2PC0260	Dimensional Funds II	8,178	17,86		146,067	22,02		180,070
IE00B2PC0716	Dimensional Funds PL	1,375	16,77		23,051	19,03		26,163
IE00B3B8PX14	iShares Global Infla	2,349	137,49		322,965	133,47		313,521
IE00B3F81R35	iSh EURCorpBond ETF	651	126,75		82,512	127,72		83,146
IE00B3Q19T94	Source EURO STOXX Op	258	73,46		18,953	49,92		12,879
IE00B3VSSL01	SOURCE TECHNOLOG S&P	293	103,69		30,382	130,71		38,298
IE00B3XORP09	Vanguard S&P500 ETF	885	46,21		40,899	41,57		36,787
IE00B3ZWOK18	ETF IUSE LN	616,650	60,21		37,131,183	56,05		34,563,233
IE00B42Q4896	SOURCE FINANCIAL EUR	274	138,47		37,942	144,92		39,708
IE00B4LSY983	iShares Core MSCI Wo	105	42,89		4,503	43,04		4,520
IE00B520F527	SALAR FUND PLC E1E	152,840	148,28		22,663,170	142,13		21,723,108
IE00B5BMR087	ISHARES SP500 ETF	1,090	118,89		129,589	212,75		231,898
IE00B5M4W1H52	ISH EM LOCAL GOV BND	921	50,83		46,810	51,32		47,286
IE00B60SWX25	Source EURO STOXX 50	3,451	63,45		219,333	63,37		219,070
IE00B66F4759	ISHARES € HY Corp Bd	5,51	108,85		59,977	99,98		55,088
IE00B6X2VY59	iShares EUR Corp Bon	267	98,13		26,200	93,85		25,057
IE00B7KFL990	PIMCO Funds Global I	3,740	11,89		44,448	11,83		44,223
IE00B7V7SFL77	Legg Mason Brandywin	197,757	101,44		20,061,225	94,33		18,654,438
IE00B80G9288	PIMCO FI Global	177,143	13,22		2,341,393	13,34		2,363,088
IE00B8D1B51	Mercer Short Duratio	28,836	102,53		2,956,644	101,32		2,921,657
IE00B8D1C68	Mercer Short Duratio	14,380	102,45		1,473,224	100,94		1,451,524
IE00BD008T51	AXA Rosenb US Ind Eq	1,666,110	14,82		24,694,298	13,51		22,509,143
IE00BF1D9839	HEPT KET HILL US LS	9,506	101,65		966,275	97,87		930,356
IE00BFRSV973	PIMCO Funds Global I	10,426	11,51		120,000	11,41		118,957
IE00BHFDF143	LN-WVA MACRO OP PORT	37,826	111,32		4,210,611	113,61		4,297,412
IE00BNSVY486	Blackstone Divers Inv	229,029	26,07		2,355,654	23,03		2,303,178
IE00BRRWLGL70	SOURCE S&P 500 UCITS	1,045	20,27		21,185	21,16		20,24
IE00BYQP5894	Legg Mason Westem A	14,782	118,63		1,753,605	121,18		1,791,283
IE00BZTVV78	ETF iShares EUR Corp	54,856	5,00		274,148	4,98		273,430
IE00BZB24842	Helicon II Global Eq	40,594	91,13		3,699,343	91,84		3,728,340
LU0041580167	Deutsche USD Floatin	1,664	148,26		246,748	165,82		275,961
LU0064964074	Fidelity Funds - Eur	1,208	9,26		11,188	13,13		11,035
LU0093503737	Mercury Balanced "E"	7,190	13,86		99,653	12,79		91,960
LU0094557526	MFS Meridian Eur. A1	3,061	32,46		99,345	32,31		98,886
LU0104885248	Pictet Water-R €	1,078	247,94		267,399	242,35		261,370
LU0106234643	Schroder Internation	198,747	7,15		1,420,566	7,15		1,421,042
LU0106235376	SCHRODER ISF E EQ B	26	30,76		812	28,10		741
LU0106819104	Schroder Internation	5,882	25,37		149,229	24,80		145,901
LU0111491469	Parvest Equity High	1,789	82,63		147,822	81,90		146,516

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescaada

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Valor de balanço Total
LU0113257934	Schroder Intermation	1,773	33,993		19.14		19.84	35,180
LU0113993041	HENDERSON G PAN EUR	550	10,13		18.38	5,571	9.49	5,220
LU0113993801	Janus Henderson Emer	1,998	24,493		12.26	24,493	12.07	24,107
LU0114721177	Fidelity Funds - Glo	1,307	38,38		29.38	50,163	35.59	46,516
LU0115141201	Invesco Pan European	5,291	18,90		35.80	100,000	16.17	85,556
LU0115765678	Fidelity Funds - Ibe	2,098	41,12		19.75	86,272	40.27	84,489
LU0117861202	JPMorgan Funds - Ame	1,371	17,06		12.47	23,382	17.86	24,480
LU0117868854	JPMorgan Funds - Pac	1,417	16,50		11.65	23,382	17.46	24,788
LU0144510053	Pictet Eur Sustain	173	22,85		131.19	38,300	217.95	37,627
LU0145635123	Deutsche Invest I To	525	140,06		73.08	73,587	137.09	72,027
LU0151325312	Candriam Bonds - Cre	3,668	226.47		29.12	830,686	222.30	815,396
LU0156671504	CANDR BONDS €	8,301	2,189.27		18.73	18,173,091	2,181.37	18,107,500
LU017722121	Schroder Intermation	1,805	25.86		146.80	46,680	24.87	44,891
LU0190162189	Pictet BIO-HRE Eqt	166	393.09		65,333	369.98	61,492	61,492
LU0198729559	Threadneedle Lux - G	14	25.44		365	25.24	362	362
LU0201323614	Schroder Intermation	213	120.89		25,740	117.27	24,970	24,970
LU0205193047	SCHRODERUS SM & EQ A	88	265.40		23,382	242.77	21,388	21,388
LU0210302286	Dws Inv.Brıc P "NC"	1,909	200.01		381,761	197.56	377,085	377,085
LU0217138725	Pictet Prem-RE Eqt	176	126.47		22,271	123.22	21,699	21,699
LU0217390490	JPMorgan Funds - Ame	1,214	16.47		20,000	17.01	20,656	20,656
LU0219424644	MFPS MER-GLOB EQ FUND	13,791	280.00		3,861,431	282.47	3,619,663	3,619,663
LU0224509215	Schroder Intermation	35	158.57		178.41	117.84	4,116	4,116
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2,193	1,165.94		2,557,344	0.00	0	0
LU0225434744	LUX INVEST FD-US	172	581.42		100,000	0.00	0	0
LU0227384020	Nordea 1 SICAV - Sta	13,290	16.44		218,484	15.81	210,115	210,115
LU0238209786	Fidelity Funds - Eur	267	37.70		10,057	37.59	10,028	10,028
LU0243957742	Invesco Pan European	18,319	19.16		350,947	19.20	351,733	351,733
LU0243958047	Invesco Euro Corpora	13,954	17.19		239,929	18.20	253,954	253,954
LU0248317017	Pictet AS EQ-HRE	220	149.98		33,064	139.18	30,682	30,682
LU0248320581	Pictet F-Japan EQ-HR	260	87.93		22,855	79.44	20,649	20,649
LU0256845677	Pictet US HR EUR	26	136.54		3,598	133.36	3,514	3,514
LU0256881128	ALLIANZ EURP Equity	8,018	2,924.59		23,447,971	2,524.79	20,242,564	20,242,564
LU0260899903	Franklin Templeton I	6,192	26.12		161,728	25.41	157,332	157,332
LU0260870661	Franklin Templeton I	3,723	26.40		96,287	26.30	97,915	97,915
LU0267387503	Fidelity Funds - Glo	537	152.57		199,949	12.82	203,971	203,971
LU0270905242	Pictet Secur-RE Eqt	530	103.43		55,582	169.77	91,228	91,228
LU0271484411	Schroder Intermation	416	133.24		55,460	156.43	65,110	65,110
LU0276014130	AXA WF-US HI YLD BD	129,250	219.80		28,408,642	211.40	27,323,509	27,323,509
LU0278456651	BlackRock Fixed Inco	7,850	10.58		83,053	10.19	79,992	79,992
LU0279459704	Schroder Intermation	27	15.31		412	15.37	414	414
LU0280435461	Pictet-CL EN-RE Eqt	275	62.29		17,108	60.21	16,537	16,537
LU0289215948	JPM GLOBAL FOCUS A	170	11.01		1,655	12.64	1,900	1,900
LU0296922973	Novenergia II E&E	81	58,126.16		4,730,888	99,814.62	8,123,912	8,123,912
LU0302446991	Schroder Intermation	3,208	13.03		41,812	14.44	46,322	46,322
LU0305900820	Schroder Intermation	239	95.86		22,916	95.78	22,898	22,898
LU0313923228	BlackRock Strategic	3,886	303.83		1,180,691	311.54	1,210,644	1,210,644
LU0318939755	FIDELITY FND S EUR EQ	282,529	15.37		4,341,105	13.88	3,921,483	3,921,483
LU0319791611	Schroder Intermation	1,244	101.55		126,285	100.51	124,992	124,992
LU0322525906	DEX MSCI EU SMALL	592,392	42.92		25,443,486	36.62	21,695,395	21,695,395
LU0323591916	Schroder Intermation	6,713	170.94		1,147,600	167.80	1,125,188	1,125,188
LU0333249109	Vontobel Fund - Emer	26	163.75		4,244	164.41	4,281	4,281
LU0336300693	MIRAE ASIA SECTOR LD	139,105	10.77		1,497,547	8.64	1,201,867	1,201,867
LU0340557775	Pictet - Timber	101	138.75		14,029	128.27	12,970	12,970
LU0345362361	FIDELITY FUNDS-ASIA	39,539	20.78		821,670	19.85	784,849	784,849
LU0346423972	Amundi F2 EQ VAL-H	2,315	1,725.32		3,994,120	1,458.41	3,376,219	3,376,219
LU0351442776	Schroder Intermation	0	117.26		40	115.62	39	39
LU0351545230	Nordea 1 SICAV - Sta	15,047	18.44		277,467	17.22	259,109	259,109
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	152,496	43.51		6,634,521	42.53	6,485,648	6,485,648
LU0368231436	BGF-Fix Inc Glb Op H	416,548	10.74		4,474,406	10.49	4,369,593	4,369,593
LU0368555788	VONTOBEL-GLOBAL QUE	10,700	173.19		1,853,174	158.38	1,694,666	1,694,666
LU0380865021	db xtrackersES50 ETF	21,461	46.89		1,006,399	42.66	915,419	915,419
LU0398620352	ABERDEEN EURO2 FOF	385,613	4.92		1,895,772	0.13	50,130	50,130
LU0406512847	JPMorgan Liquidity F	21	9,391.23		201,160	8,913.11	190,919	190,919
LU0406802339	Parvest Climate Impa	987	158.06		155,977	154.91	152,888	152,888
LU0432616810	INVESCO-BL RISK AL-C	21,962	15.95		350,219	16.52	362,815	362,815
LU0468289250	BlackRock Global Fun	1,480,990	16.46		24,380,903	16.32	24,169,761	24,169,761
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	7,374	23.30		171,845	22.29	164,352	164,352
LU0507265923	Deutsche Invest I To	441	203.87		90,000	189.84	83,806	83,806
LU0507266228	Deutsche Invest I To	9,635	202.60		1,952,087	202.40	1,950,124	1,950,124
LU0533027347	Capital Internationa	112,173	10.74		1,204,545	9.93	1,113,878	1,113,878
LU0534240071	Invesco Global Total	25,599	13.60		348,159	13.84	354,169	354,169
LU0591897862	Schroder Intermation	17,642	178.30		3,145,557	153.63	2,710,314	2,710,314
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	30,335	134.47		4,078,992	131.86	3,999,947	3,999,947
LU0605514057	FIDELITY-CHINA CONS	75,683	15.80		1,196,141	14.91	1,128,434	1,128,434
LU0618986935	Deutsche Invest I Br	931	100.36		93,443	102.19	84,965	84,965
LU0630472792	Atrium Portfolio Sic	35	1,076.61		37,691	1,044.70	36,565	36,565
LU0630473170	Atrium Portfolio Sic	40	1,148.83		45,963	1,118.09	44,724	44,724
LU0630473501	Atrium Portfolio Sic	36	1,245.33		44,832	1,248.06	44,930	44,930
LU0638558717	RUF-TOT R I OEC	16,331	128.40		2,096,922	121.09	1,977,521	1,977,521
LU0661986348	JPMorgan Funds - Eur	102	195.18		20,000	192.03	19,677	19,677
LU0672672143	JPM US SELECT EQUITY	9,573	225.56		2,159,371	209.59	2,006,490	2,006,490
LU0740858492	JPMorganGlobal Incom	728	126.31		92,004	126.71	92,294	92,294
LU0755803987	Mirae Asset Global D	82,197	9.56		785,574	10.18	837,045	837,045
LU0757360457	Schroder Intermation	440	114.07		50,191	108.41	47,701	47,701
LU0951203008	Fidelity Funds - Glo	19,218	11.61		223,079	14.47	278,090	278,090
LU0955863252	Invesco Japanese Equ	52,458	18.52		971,379	17.26	905,425	905,425
LU0955863922	Invesco Euro Corpora	107,141	11.75		1,258,650	11.45	1,226,239	1,226,239
LU0963987432	MIRABAUD-GLOB STR B	23,579	101.59		2,395,335	101.92	2,403,212	2,403,212
LU0970532437	La Francaise LUX - M	3,542	1,221.91		4,327,999	1,158.31	4,102,734	4,102,734
LU0987183380	Aberdeen GL-SL EMMK	114,563	11.18		1,280,334	10.72	1,227,806	1,227,806
LU0992293067	Jupiter JGF - Dynami	4,831	8.71		42,059	8.54	41,283	41,283
LU1004133291	Invesco Global Targe	41,104	10.95		450,000	10.16	417,659	417,659
LU1055198771	PICDET-SHTRM EM CRP	16,021	73.13		1,171,707	77.44	1,240,696	1,240,696
LU1055714379	Pictet TR - Diversif	3,754	111.99		420,423	105.76	397,023	397,023
LU1071462532	PICDET TR - AGORA-IE	30,553	121.92		3,725,084	124.88	3,815,520	3,815,520
LU1115920552	Pictet - Multi - Ass	14,427	121.82		1,757,559	118.82	1,714,216	1,714,216
LU1116207769	Amundi Funds II - Gl	383	965.16		369,430	979.13	374,777	374,777
LU1129992308	BlackRock - Fixed In	1,576,653	9.51		14,989,261	9.01	14,205,645	14,205,645
LU1162198839	LFIS Vision UCITS -	13,095	1,160.26		15,192,998	1,136.56	14,882,687	14,882,687
LU1186220148	Deutsche Invest I Mu	2,989	99.18		296,506	99.69	298,023	298,023
LU1240329547	Invesco Euro Equity	131,047	12.08		1,582,682	10.42	1,365,510	1,365,510
LU1245470080	Flossbach von Storch	46,653	109.96		5,130,070	105.61	4,927,071	4,927,071
LU1325141510	Vontobel Fund - Iwan	23,684	111.70		2,545,462	106.77	2,545,462	2,545,462
LU1534073041	DWS FLOAT RATE NOTES	58,665	84.19		4,939,122	83.49	4,897,941	4,897,941
LU1								

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
Nº de identificação: 1156  
Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescação

Valores em euros

				Anexo 1				
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
LU1597245650	Alliann Global Inves	10	986,71		986,71	9,862	972,99	9,725
LU1625225310	INVECO PAN EUPN E-Z	14,200	10,18		10,18	144,556	8,90	126,380
LU1642784331	Invesco Funds SICAV	214,507	10,08		10,08	2,161,588	9,93	2,129,754
LU1670722674	M&G LX GB FLT RT HY	2,535,161	9,95		9,95	25,237,166	9,70	24,592,587
LU1681045370	AMUNDI MSCI EMERG MA	6,114,456	3,80		3,80	23,230,293	3,75	22,925,541
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO STOXX	712	61,48		61,48	43,770	65,29	46,486
LU1681048630	Amundi ETF S&P Globa	323	90,80		90,80	29,327	102,30	33,043
LU1681049804	AMUNDI S&P 500 UCITS	3,528	33,56		33,56	118,417	39,27	136,551
LU1684789378	DNCA Invest Alpha Bo	27,465	101,75		101,75	2,794,550	100,65	2,769,845
LU1731833056	Fidelity Funds - Glo	62,924	9,89		9,89	622,019	9,91	623,829
LU176937829	DEUTSCHE INV -CROCI	15,092	16,19		16,19	244,304	252,90	3,816,815
LU1829218319	LYXOR BARCL FLT EUR	56,331	100,32		100,32	5,651,237	98,72	5,560,771
LU1829219127	LYXOR EUR CORP BOND	510	147,05		147,05	74,997	145,28	74,091
LU1846562301	ALLIANZ ENHNCD S/T E	7,314	999,52		999,52	7,310,000	997,59	7,295,884
US46137V3087	INVECO BUYBACK ACH	936	49,14		49,14	45,991	45,32	42,418
US4642871762	iShares TIPS Bond ET	131	106,19		106,19	13,911	95,47	12,507
US4642876480	iShares Russell 2000	97	144,05		144,05	13,972	145,88	14,150
US7846444904	SPDR Citi Internatio	283	49,36		49,36	13,968	45,46	12,865
	sub-total	21,126,422	0			546,228,210		506,127,050
IE00BF4RW382	2.2.1.4 - Outros MAN GLG EUROPEAN INC	34,975	0		96,39	3,371,185	86,92	3,040,027
	sub-total	34,975	0			3,371,185		3,040,027
	sub-total	26,056,329	0			572,267,575		526,486,523
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE000308172	BGB 4% 28/03/2022	14,000,000	140,000	109,87	0,01	153,814	0,01	164,148
DE0001102325	DBR 2% 15/8/23	35,000,000	350,000	108,62	0,01	380,153	0,01	390,730
DE0001102440	DBR 0,5 15/2/28	350,000,000	3,500,000	99,21	0,01	3,472,197	0,01	3,617,038
DE0001135432	DBR 3,25% 04/07/2042	65,000,000	650,000	101,16	0,01	657,540	0,02	1,009,571
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	164,700,000	1,647,000	43,28	0,00	712,819	0,01	1,632,100
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	286,500,000	2,865,000	29,95	0,00	857,953	0,01	2,510,680
ES0000011988	SPGB 6% 31/01/2029	250,000,000	2,500,000	148,79	0,01	3,744,810	0,01	3,705,696
ES0000012103	SPGB 4,8% 31/1/24	515	515	115,57	1,155,73	595,200	1,259,87	648,836
ES0000012112	SPGB 4,6% 30/7/19	9,404	9,404	108,57	1,085,74	10,210,306	1,048,65	9,861,545
ES0000012106	SPGB 4,3% 31/10/19	7,610	7,610	110,53	1,105,31	8,411,439	1,046,16	7,961,309
ES0000012207	SPGB 4% 30/4/20	9,772	9,772	104,64	1,046,36	10,225,005	1,085,35	10,606,029
ES00000122E5	SPGB 4,65% 30/7/25	3,000	3,000	124,57	1,245,67	3,737,011	1,264,77	3,794,300
ES00000122T3	SPGB 4,85% 31/10/20	12,902	12,902	109,45	1,094,47	14,120,913	1,101,50	14,211,582
ES00000123B9	SPGB 5,5% 30/4/21	9,047	9,047	121,49	1,214,87	10,990,960	1,169,33	10,578,915
ES00000123C7	SPGB 5,9% 30/07/2026	6,890	6,890	141,55	1,415,50	9,752,821	1,377,97	9,494,246
ES00000123K0	SPGB 5,85% 31/01/22	17,454	17,454	127,50	1,275,02	22,254,120	1,234,58	21,548,289
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/1/2023	6,600	6,600	126,37	1,263,68	8,340,286	1,260,86	8,321,655
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/23	22,106	22,106	123,04	1,230,36	27,198,401	1,197,86	26,479,970
ES0000012411	SPGB 5,75% 30/07/32	1,500	1,500	149,07	1,490,73	2,236,095	1,501,52	2,252,277
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/28	2,540	2,540	137,05	1,370,47	3,480,987	1,349,96	3,428,893
ES00000124W3	SPGB 3,9% 30/4/24	2,826	2,826	115,55	1,155,52	3,265,494	1,195,23	3,377,727
ES0000012512	SPGB 5,75% 31/10/24	31,000	31,000	111,83	1,118,30	34,667,283	1,124,76	34,867,448
ES00000126C0	SPGB 1,4% 31/1/20	50	50	104,45	1,044,49	52,225	1,032,16	51,608
ES00000126Z1	SPGB 1,6% 30/4/25	18,670	18,670	101,93	1,019,31	19,030,493	1,063,92	19,863,446
ES00000127A2	SPGB 1,95% 30/7/30	4,352	4,352	102,48	1,024,84	4,460,110	1,038,80	4,520,861
ES00000127G9	SPGB 2,15% 31/10/25	39,015	39,015	107,84	1,078,40	42,073,910	1,087,53	42,428,925
ES00000127Z9	SPGB 1,95 30/4/26	4,470	4,470	105,49	1,054,86	4,715,224	1,080,06	4,827,879
ES00000128B8	SPGB 0,75 30/7/21	10,250	10,250	102,38	1,023,79	10,493,876	1,026,79	10,524,648
ES00000128H5	SPGB 1,3 31/10/26	11,289	11,289	99,70	996,95	11,254,609	1,012,67	11,432,012
ES00000128O1	SPGB 0,4 30/4/22	7,867	7,867	100,44	1,004,39	7,901,540	1,016,44	7,996,301
ES00000128P8	SPGB 1,5 30/4/27	6,700	6,700	98,56	985,64	6,603,788	1,032,24	6,916,005
ES00000128X2	SPGB 0,05 31/1/21	38	38	100,08	1,000,83	38,032	1,005,30	38,201
ES0000012A89	SPGB 1,45 31/10/27	10,190	10,190	99,17	991,70	10,105,452	1,016,45	10,357,656
ES0000012A97	SPGB 0,45 31/10/22	6,525	6,525	100,54	1,005,36	6,580,001	1,014,07	6,616,793
ES0000012B38	SPGB 1,4 30/4/23	14,377	14,377	100,12	1,001,23	14,374,635	1,013,48	14,570,950
ES0000012B88	SPGB 1,4 30/07/28	156,027	156,027	99,13	991,28	154,666,402	1,004,63	156,748,043
FR000570939	FRTRR 0% 10/25/19	30,250,000	30,250,000	54,71	0,55	16,548,454	1,00	30,384,915
FR000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17,200,000	4,300,000	53,29	0,13	2,291,590	0,25	4,342,140
FR000578536	FRTR 0 25/10/32	4,650,000	4,650,000	39,32	0,39	1,828,566	0,86	3,980,633
FR000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36,000,000	9,000,000	37,36	0,09	3,362,040	0,24	8,698,050
FR0010172494	France OAT Strip 44	6,000,000	1,500,000	24,41	0,06	366,150	0,16	979,575
FR0011486067	FRTR 1,75% 25/5/23	40,000	40,000	109,31	1,09	43,724	1,09	43,697
FR0012517027	FRTR 0,5 25/5/25	40,000	40,000	100,89	1,01	40,354	1,02	40,839
FR0013283686	FRTR 0 25/03/23	40,000	40,000	100,55	1,01	40,220	1,01	40,238
FR0013344751	FRTR 0 25/03/24	26,900	26,900	99,52	1,00	26,771	1,00	26,832
IE00B453JD47	IRISH 3,9 03/20/23	21,500,000	215,000	121,39	0,01	260,995	0,01	257,303
IE00B4TV0D44	IRISH 5,4% 13/3/25	3,000,000	30,000	132,68	0,01	39,804	0,01	40,490
IE00B6095799	IRISH 3,4 03/18/24	75,000,000	750,000	120,19	0,01	901,425	0,01	895,978
IE00B6HDP337	IRISH 0,16/10/22	4,000,000	40,000	100,15	0,01	40,060	0,01	40,136
IE00B79C9418	IRISH 1 05/15/26	50,000,000	500,000	98,49	0,01	492,450	0,01	513,486
IT000366655	BTPS 9% 1/11/23	712,800,000	7,128,000	150,42	0,02	10,722,126	0,01	9,613,646
IT0001174611	BTPS 6,5% 1/11/27	449,600,000	4,496,000	141,72	0,01	6,371,955	0,01	5,927,855
IT0001247243	BTPSS 01/11/2019	200,000,000	2,000,000	67,69	0,01	1,353,780	0,01	1,991,140
IT0001278511	BTPS 5,25% 01/11/29	20,000,000	200,000	106,19	0,01	212,388	0,01	246,657
IT0003644769	BTPS 4,5 1/2/20	179	179	104,72	1,047,19	187,447	1,063,49	190,365
IT0004009673	BTPS 3,75% 1/8/21	2,591	2,591	113,32	1,133,22	2,936,168	1,086,09	2,814,062
IT0004356843	BTPS 4,75% 1/8/23	1,726	1,726	122,13	1,221,25	2,107,882	1,155,35	1,994,132
IT0004489610	BTPS 4,25% 1/9/19	70	70	104,01	1,040,12	72,808	1,040,16	72,811
IT0004513641	BTPS 5% 01/03/2025	5,500	5,500	123,15	1,231,45	6,772,975	1,177,34	6,475,385
IT0004594930	BTPS 4% 1/9/20	192	192	114,48	1,144,82	219,805	1,071,31	205,692
IT0004695075	BTPS 4,75% 1/9/21	5,054	5,054	114,39	1,143,90	5,781,291	1,113,31	5,626,661
IT0004759673	BTPS 5% 1/3/22	32,128	32,128	118,78	1,187,84	38,162,850	1,133,66	36,422,255
IT0004901541	BTPS 5,5% 1/9/22	1,326	1,326	125,59	1,255,92	1,665,350	1,162,23	1,541,112
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	1,342,000,000	13,420,000	33,20	0,00	4,455,037	0,01	12,262,257
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1,341,000,000	13,410,000	23,02	0,00	3,086,415	0,01	9,077,095
IT0004848831	BTPS 5,5 1/1/22	9,260	9,260	123,48	1,234,83	11,434,488	1,156,47	10,708,893
IT0004923998	BTPS 4,75% 1/9/2044	123	123	121,65	1,216,50	149,630	1,221,49	150,243
IT0004953417	BTPS 4,5% 1/3/24	760	760	109,41	1,094,06	831,482	1,139,21	865,979
IT0004966401	BTPS 3,75% 1/5/21	242	242	113,24	1,132,41	274,042	1,073,62	25



SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
Nº de identificação: 1156  
Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							unitário	Valor de balanço Total
IT0005087116	UCGIM Float 3/5/25	100	1,000,000	99,85	9,985,00	998,500	9,564,18	956,418
IT0005161325	ISPM Float 28/2/21	5	50,000	102,25	10,225,00	51,125	9,890,11	49,451
IT0005239535	ISPM 0.5 02/02/20	6	600,000	99,25	99,250,00	595,500	99,175,85	595,055
US00206RCN08	T 3.4 05/15/25	150	150,000	89,65	896,47	134,470	824,00	123,601
US904764AY33	UNANA 2.9 05/05/27	100	100,000	90,33	903,31	90,331	828,38	82,838
USG6688YAB05	OASSBZ 8/07/02/21	200	200,000	74,27	742,75	148,550	43,67	8,734
USP7354PA23	OIBRBZ 10% 05/02/25	19,412	19,412,000	96,07	960,72	18,649,480	939,52	18,238,050
USP9155EA03	CMITJP 3/4 05/11/11	150	150,000	74,97	749,70	112,455	233,19	34,978
XS0181369454	AXASA 0 PERP	100	100,000	77,50	775,00	77,500	693,18	69,318
XS0195376925	CXGD Float 06/49	54,000	54,000,000	84,78	847,79	45,780,400	780,17	42,128,946
XS0223447227	EDP 4.125% 29/06/20	23,345	23,345,000	89,57	895,67	20,909,485	1,080,70	25,228,839
XS0229584296	LEH 7 1/4 10/05/35	30	30,000	53,21	532,10	15,963	0,00	0
XS0230957424	CXGD Float 49-15	18,750	18,750,000	77,51	775,10	14,533,050	780,04	14,625,761
XS0232364868	LEH 6 11/02/35	19	19,000	0,01	0,10	2	0,00	0
XS045866071	ESF 6.875% 10/21/19	2	200,000	22,06	22,064,95	44,130	10,00	20
XS0486101024	TITIM 5.25% 10/2/21	456	22,800,000	109,94	54,971,52	25,067,013	56,296,27	25,671,097
XS0524610812	VEBBNK 6.902 07/09/2	100	100,000	101,70	1,016,97	101,697	919,46	91,946
XS0531922465	MS 5.375 10/08/20	2	100,000	111,25	55,625,00	111,250	55,190,41	110,381
XS0504664608	ACAFP 3.9 19/4/21	10	500,000	115,93	57,962,50	579,625	55,226,51	552,265
XS0576395478	FMEGR 5 1/4 15/02/21	880	880,000	116,65	1,166,50	1,026,520	1,113,86	980,195
XS0619549216	ABNANV 6.375 2/14/21	700	700,000	123,16	1,231,55	862,085	1,174,41	828,087
XS0718502003	PETBRA 6 1/4 12/14/2	100	100,000	124,21	1,242,21	124,210	1,155,26	115,526
XS0720589174	ORELPL FLOAT30/10/25	200	200,000	81,99	819,97	163,975	167,86	33,572
XS078393350	EPERG 5 7/8 11/01/1	1,000	1,000,000	112,53	1,125,30	1,125,300	1,053,11	1,053,108
XS0802995166	ABNANV 7.125 6/07/22	300	300,000	125,15	1,251,50	375,450	1,229,75	368,926
XS0823975585	VW 2 3/8 09/06/22	10	1,000,000	107,99	1,079,930	1,079,930	1,043,749	1,043,748
XS0826634874	RABOBK 4.125 14/9/22	500	500,000	116,93	1,169,33	584,665	1,125,41	562,704
XS0842828120	ISPM 4.375 15/10/19	7	700,000	104,16	104,161,00	728,127	104,011,95	728,084
XS0863307522	ASSGEN 7.75 12/20/42	5	500,000	117,98	117,975,00	589,875	116,449,66	582,248
XS0877608124	BNG 2 1/2 01/23/23	50	100,000	92,51	1,850,24	92,512	1,746,40	87,320
XS0879869187	IBESM 3.5% 1/2/21	180	18,000,000	104,75	104,748,29	18,854,692	110,243,74	19,843,873
XS0906946008	GAZPR 3.389% 20/3/20	100	100,000	97,75	977,50	97,750	1,056,55	106,655
XS0907289978	TELEF 3.961% 26/3/21	99	9,900,000	104,94	104,935,18	10,388,583	111,370,43	11,025,672
XS0925276114	ESF 5 1/4 06/12/15	250,000	0	0,00	0,92	230,591	0,00	0
XS0942100388	NDAC 3.75 06/07/21	300	300,000	140,40	1,104,00	331,200	1,103,18	330,985
XS0953215349	FCAIM 6 3/4 14/10/19	1,000	1,000,000	112,09	1,120,88	1,120,884	1,061,32	1,061,325
XS0963375232	GS 2.625% 19/8/20	112	112,000	105,41	1,054,10	118,059	1,045,26	117,069
XS0968913342	VW 5 1/8 PERP	150	150,000	102,75	1,027,50	154,125	1,049,07	157,360
XS0970695572	EDP 4.875% 14/9/20	23,524	23,524,000	107,48	1,074,78	25,283,153	1,094,94	25,757,362
XS0973623514	UCG 3.625% 24/1/19	1,700	1,700,000	109,06	1,090,57	1,853,969	1,036,02	1,761,227
XS0974373150	TITIM 4.875 25/09/20	1,641	1,641,000	103,91	1,039,14	1,705,229	1,074,21	1,762,771
XS0975837146	SPG 2.375% 2/10/20	500	500,000	104,15	1,041,50	520,750	1,038,69	519,346
XS0976223452	ORGUA 3 1/2 10/04/21	400	400,000	105,10	1,051,00	420,400	1,079,20	431,679
XS0982711714	PETBRA 4 3/4 01/14/2	200	200,000	108,88	1,088,75	217,750	1,088,28	217,656
XS0982711987	PETBRA 3 3/4 01/14/2	100	100,000	97,17	971,74	97,174	1,078,56	107,856
XS0982774399	REN 4.75% 16/10/20	21,538	21,538,000	107,82	1,078,24	23,223,152	1,086,29	23,396,448
XS0985380580	EDP 4.125% 20/1/21	68,788	68,788,000	108,87	1,088,72	74,890,973	1,116,26	76,785,213
XS0989549878	LDOI 4.5 19/1/21	750	750,000	99,56	995,64	746,730	1,102,16	826,618
XS1003017099	SSELN 6.75 10/2/22	1,000	1,000,000	106,68	1,066,80	1,066,800	1,065,74	1,065,737
XS1014627571	UCG 3.25 14/1/21	5,886	5,886,000	108,36	1,083,60	6,378,094	1,071,59	6,307,383
XS1014997073	ENELIM 5% 15/1/2075	600	600,000	108,45	1,084,50	650,700	1,081,83	649,099
XS1019818787	PKOBP 2.324 01/23/19	500	500,000	100,00	1,000,00	500,000	1,021,78	510,888
XS1020952435	TIT 4.5% 25/1/21	68,861	68,861,000	108,02	1,080,23	74,386,038	1,097,86	75,599,813
XS1025752293	ODGR 2.375% 10/2/21	6,246	6,246,000	106,80	1,068,03	6,670,911	1,063,49	6,642,541
XS1028954953	BHARTI 3 3/8 05/20/2	950	950,000	100,50	1,005,00	954,750	1,025,80	974,515
XS1028959671	ANNGR 4.625 8/4/2074	3	300,000	103,98	103,980,00	311,940	103,958,39	311,988
XS1030900168	VZ 2.375% 17/2/22	5,160	5,160,000	107,94	1,079,36	5,569,479	1,079,84	5,564,230
XS1033736890	ACHMEA 2 3/4 02/18/2	1,100	1,100,000	107,26	1,072,62	1,179,878	1,075,65	1,183,213
XS1037382535	INTNED 3.625 25/2/26	1,000	1,000,000	109,08	1,090,80	1,090,800	1,088,02	1,088,018
XS1048428442	VW 4 5/8 PERP	7	7,000	106,76	1,067,57	7,473	1,020,73	7,145
XS1048569552	FCAIM 4 3/4 03/22/21	200	200,000	104,34	1,043,38	208,676	1,116,71	221,142
XS1050460739	TELEF 5 PERP	5	500,000	107,80	1,078,00	323,400	1,075,82	107,155,82
XS1050461034	TELEF 5 7/8 PERP	1	100,000	100,15	100,150,05	100,150	110,801,37	110,801
XS1050547857	MS 2.375% 31/3/21	1,400	1,400,000	107,99	1,079,88	1,511,832	1,062,15	1,487,105
XS1050840724	LEED 2 5/8 04/01/21	650	650,000	104,40	1,044,00	678,600	1,046,11	679,969
XS1054714248	IPFLN 5 3/4 07/04/21	200	200,000	99,77	997,72	199,543	929,72	185,944
XS105515412	SSABAS 3 7/8 04/10/1	600	600,000	99,70	997,03	598,220	1,039,68	623,810
XS1055536251	SRBANK 2 1/8 04/14/2	200	200,000	99,33	993,26	198,652	1,057,84	211,567
XS1057659838	PEMEX 3 3/4 04/16/26	400	400,000	100,62	1,006,19	402,474	937,86	375,144
XS1057822766	ISP FLOAT 17/4/19	100	100,000	101,47	1,014,68	101,468	1,001,36	100,136
XS1069282827	BNP FLOAT 20/5/19	21	21,000	101,43	1,014,32	21,301	1,002,13	21,045
XS1069439740	AXASA 3 7/8 PERP	273	273,000	107,89	1,078,85	294,526	1,021,42	278,847
XS1074398927	SKGID 3 1/4 06/01/21	200	200,000	100,00	1,000,00	200,000	1,040,22	208,044
XS1077088994	SPPDIS 2 5/8 06/23/2	900	900,000	105,07	1,050,70	495,630	1,064,04	957,633
XS107772538	ISP 2% 18/6/21	1,300	1,300,000	100,94	1,009,43	1,312,255	1,023,49	1,330,540
XS1085309604	ANASM 4 5/8 07/22/19	10	400,000	99,67	996,73,00	996,730	103,989,74	1,039,897
XS1088515207	FCAIM 4 3/4 07/15/22	400	400,000	103,27	1,032,85	413,060	1,111,99	444,797
XS111324700	EDP 2.625% 18/1/22	1,000	1,000,000	107,44	1,074,40	1,074,400	1,085,52	1,085,517
XS111428402	AZIAU 2 09/18/24	1,000	1,000,000	99,20	991,95	991,950	1,030,00	1,029,999
XS1128148845	CITI 1.375% 27/10/21	4,118	4,118,000	104,06	1,040,62	4,285,287	1,027,62	4,231,724
XS1130101931	GS FLOAT 29/10/19	46	46,000	100,92	1,009,16	46,421	1,003,88	46,178
XS1132402709	HUWH 1.375% 31/10/21	500	500,000	99,75	997,48	498,740	1,026,05	513,024
XS1136388425	NOMURA 1 1/2 05/12/2	500	500,000	99,50	995,00	497,500	1,034,96	517,478
XS1139091372	LLOYDS 1% 19/11/21	7,548	7,548,000	102,53	1,025,32	7,739,133	1,014,39	7,656,582
XS1140860534	ASSGEN 4.596 PERP	300	300,000	106,83	1,068,33	320,500	974,50	292,350
XS1141969912	SKYLEN 1 7/8 11/24/23	500	500,000	99,84	998,44	499,220	1,044,25	522,125
XS1148359356	TELEF 4.2% 29/12/49	5	500,000	106,33	1,063,28	531,643	1,024,19	512,236
XS114938240	SUMIBK 1 01/19/22	250	250,000	99,50	994,97	248,743	1,025,42	256,355
XS1165754851	CHGRID 1 1/2 01/26/2	1,000	1,000,000	99,74	997,36	997,360	1,036,99	1,036,992
XS1168003900	ISP 1.125% 14/1/20	1,000	1,000,000	99,45	994,50	994,460	1,014,30	1,014,296
XS116930602	ACAFP 0.875% 19/1/22	14	1,400,000	96,15	96,154,71	1,346,166	102,262,85	1,431,880
XS1169707087	UCG Float 19/2/20	200	200,000	101,23	1,012,29	202,457	1,000,74	200,147
XS1171489393	TOYOTA 0.75% 21/7/22	3,608	3,608,000	102,25	1,022,54	3,689,330	1,018,93	3,676,310
XS1172951508	PEMEX 2 3/4 04/21/27	200	200,000	89,44	894,44	178,887	849,14	169,827
XS1178105851	TRNIM 0.875% 2/2/22	7,060	7,060,000	101,99	1,019,94	7,200,760	1,011,43	7,140,710
XS1188094673	NGLEN 0.75% 11/2/22	17	1,700,000	99,37	99,374,76	1,689,371	101,326,75	1,722,555
XS1189286286	REN 2.5% 12/2/25	7						

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescaada

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							unitário	Valor de balanço Total
XS120644047	VICEN 2,75 20/3/20	700	700,000	106,37	1.063,70	744,590	1,043,85	730,697
XS1206541366	VW 3 1/2 PERP	100	100,000	98,08	980,78	98,078	897,42	89,742
XS1207054666	REPSM 3,875% 12/2049	200	200,000	105,80	1.058,00	211,600	1,054,94	210,988
XS1207058733	REPSM 4 1/2 03/25/75	194	194,000	104,76	1.047,59	203,232	1,057,14	205,086
XS1214673722	MTNA 3 04/09/21	350	350,000	99,55	995,46	348,411	1,069,51	374,330
XS1219499032	RWE 3 1/2 04/21/75	105	105,000	99,84	998,38	104,830	993,11	104,276
XS1220869638	SINOPF 1 04/28/22	500	500,000	99,24	992,43	496,215	1,018,34	509,169
XS1222590486	ELEFOR 2,0% 2/24/25	29,284	29,284,000	92,45	924,50	27,073,060	1,029,15	30,137,747
XS1224002474	LANSNA 0,275 04/28/2	200	200,000	99,76	997,58	199,516	1,008,44	201,888
XS1227609879	CBSBKF 1 05/06/20	500	500,000	99,86	998,64	499,320	1,016,09	508,044
XS1232126810	VOTORA 3 1/2 07/13/2	200	200,000	101,19	1.011,88	202,375	1,040,15	208,029
XS1237519571	RATEIT 1 1/2 05/28/2	200	200,000	99,27	992,72	198,544	1,003,76	200,752
XS1238034695	AMXO 28/5/20	1	100,000	99,10	99,100,00	99,100	98,400,00	98,400
XS1242327168	BRFSBZ 2 3/4 06/03/2	202	202,000	99,02	990,24	200,029	983,40	198,646
XS1265778933	CLNXSM 3 1/8 07/27/2	11	1,100,000	106,75	106,753,64	1,174,290	1,072,86	1,180,148
XS1271836600	LHAAGR 5 1/8 08/12/75	9	9,000	109,81	1.098,12	9,883	1,087,21	9,785
XS1290729208	TLF 1,477% 14/9/21	2	200,000	99,95	99,951,32	199,903	103,610,03	207,220
XS1294343337	OMVAV 6 1/4 PERP	7	7,000	120,27	1.202,70	8,419	1,141,27	7,989
XS1310053936	DVB 1 1/4 04/22/20	7	700,000	99,70	997,00,00	697,900	1,018,77	712,722
XS1319814577	FDX 1% 11/1/23	5,151	5,151,000	101,87	1.018,70	5,247,336	1,019,80	5,252,967
XS1319820541	SINOPF 1 04/28/22	500	500,000	99,38	993,78	496,890	1,003,50	501,752
XS1322049498	AMSLM 1,625 17/11/21	924	924,000	105,08	105,080,00	989,960	103,915	9,709,932
XS1324928750	BATSLN 1 05/23/22	500	500,000	99,30	992,97	496,485	1,001,41	500,706
XS1325825211	PCLN 2,15 25/11/22	1,100	1,100,000	105,94	1.059,37	1,165,305	1,058,53	1,164,398
XS1330300341	ISS 1,125% 7/1/21	400	400,000	99,70	997,00	398,800	1,024,49	409,794
XS1346315200	BBV 1% 20/1/21	16	1,600,000	102,15	102,150,00	1,634,400	1,024,621	1,639,619
XS1346762641	BACRED 1,625 19/11/21	1,000	1,000,000	99,88	998,81	998,810	1,019,269	1,019,269
XS1375957294	BPLN 1,953 3/3/25	500	500,000	106,20	1.062,00	531,000	1,065,16	532,578
XS1382791892	DT Float 3/4/20	33	33,000	100,35	1.003,47	33,115	998,81	32,961
XS1384278203	EOFP 3 5/8 06/15/23	100	100,000	104,75	1.047,50	104,750	1,003,56	100,356
XS1385395121	EDP 2,375 23/3/23	7,622	7,622,000	102,77	1.027,69	7,833,039	1,073,34	8,180,993
XS1388625425	FCA 3,75 29/3/24	100	100,000	102,75	1.027,50	102,750	1,077,76	107,776
XS1392460397	LPTY 1 04/08/20	10	1,000,000	102,08	102,080,00	1,020,800	1,007,51	1,007,705
XS1400169391	WFC 1,375 28/10/26	800	800,000	99,08	990,84	792,672	981,75	785,403
XS1405136584	SABSP 5/8 05/06/26	100	100,000	106,30	106,300,00	106,300	106,283,22	106,283
XS1405785659	SESGFP 5 5/8 PERP	109	109,000	112,50	1.125,00	122,628	1,073,03	116,980
XS1412593185	ENIM 0,75 17-05-22	5,329	5,329,000	101,71	1.017,15	5,420,372	1,012,31	5,394,574
XS1413581205	Total 3,875 Perp	100	100,000	106,01	1.060,06	106,006	1,082,85	108,285
XS1419869885	TTIM 3,625 25/05/26	200	200,000	97,21	972,13	194,426	1,017,53	203,506
XS1423826798	RENELP 01/06/23	7,502	7,502,000	103,04	1.030,43	7,730,314	1,042,91	7,823,892
XS1433214449	CEMEX 4 5/8 06/15/24	101	101,000	104,67	1.046,72	105,718	1,009,43	101,952
XS1456422135	JPM 0,625 25/01/24	1,400	1,400,000	98,97	989,74	1,385,636	988,22	1,383,507
XS1471646965	EDP 1,125 12/2/24	3,050	3,050,000	98,10	981,00	2,992,050	995,18	3,035,313
XS1487495316	SPMMI 3/4 09/08/23	457	457,000	103,75	1.037,48	474,126	1,031,71	471,493
XS1490137418	OCK 2 5/8 09/30/24	157	157,000	100,86	1.008,61	158,352	990,34	158,483
XS1492457236	MYL 1 1/4 11/23/20	2,000	2,000,000	101,81	1.018,06	2,036,125	1,007,97	2,017,943
XS1492457665	MYL 2 1/4 11/22/24	500	500,000	103,35	1.033,50	516,750	998,51	499,257
XS1501167164	TOTAL 2,708 PERP	20	200,000	101,13	1.011,25	201,125	1,034,81	103,481
XS1505554698	TELEF 0,318 17/10/20	20	200,000	100,30	100,300,00	2,006,000	100,373,68	2,007,478
XS1508392625	ARNDM 3 3/4 PERP	1	100,000	99,30	99,295,19	99,295	100,044,52	100,045
XS1509942923	COLSM 1,45 28/10/24	10	1,000,000	100,40	100,400,00	1,004,000	96,567,22	96,572
XS1511787407	MS Float 27/1/22	5,242	5,242,000	100,83	1.008,29	5,285,461	994,74	5,214,432
XS1538867760	SOCEN 1% 1/4/22	36	3,600,000	101,35	101,354,44	3,648,760	1,016,67	3,638,427
XS1548539441	PSABFR 0,5 17/1/20	200	200,000	99,75	997,51	199,502	1,005,87	201,174
XS1548914800	BBVASM 0,625 17/1/22	36	3,600,000	99,88	99,882,92	3,595,785	100,879,46	3,631,661
XS1550951211	TELEFO 1,528 17/1/25	10	1,000,000	100,00	100,000,00	1,000,000	1,028,87	1,028,870
XS1551068676	ENIM 1,5 17/01/27	500	500,000	99,67	996,74	498,370	1,002,28	501,141
XS1551306951	ISPM 1,375 18/1/24	400	400,000	99,31	993,13	397,252	974,90	389,960
XS1554373677	FREGR 2 1/8 02/01/27	7	7,000	104,70	1.047,05	7,329	1,004,60	7,032
XS1557096267	DT 0,875 30/1/24	11,136	11,136,000	101,12	1.011,21	11,280,832	1,013,40	11,285,219
XS1558083652	FDPPL 1,875 29/9/23	628	628,000	102,17	1.021,71	641,631	1,037,67	651,655
XS1558082582	BAC Float 7/2/22	5,307	5,307,000	101,21	1.012,08	5,371,108	1,030,86	5,308,836
XS1560863902	BAC 1,379 07/2/25	1,400	1,400,000	101,35	1.013,46	1,418,844	1,015,48	1,421,675
XS1568874983	PEMEX 3 3/4 02/21/24	100	100,000	101,24	1.012,44	101,244	987,16	98,716
XS1568888777	PEMEX 4 7/8 02/21/28	100	100,000	99,92	999,20	99,920	989,30	98,930
XS1574158082	PFE 1 06/03/27	500	500,000	99,33	993,31	496,655	1,000,52	500,258
XS1575979148	RBS 2% 08/03/23	100	100,000	103,65	1.036,49	103,649	1,019,17	101,917
XS1577427526	GS Float 9/9/22	5,409	5,409,000	100,49	1.004,87	5,435,354	969,89	5,246,149
XS1577747782	PCLN 0,8 10/3/22	5,146	5,146,000	101,05	1.010,49	5,199,977	1,015,54	5,225,965
XS1591523755	SPMMI 2 3/4 04/05/22	100	100,000	101,35	1.013,50	101,350	1,012,82	101,282
XS1592168451	BKTSM 2,5 6/4/27	10	1,000,000	101,44	101,438,00	1,014,380	100,140,32	1,001,403
XS1594368539	BBVA Float 12/4/22	2	200,000	101,01	101,005,50	202,011	99,306,45	198,613
XS1595704872	IGYGY 1 13/04/25	1,500	1,500,000	100,62	1.006,15	1,509,225	997,55	1,496,318
XS1598835822	FCABNK 1% 15/1/21	1,100	1,100,000	99,90	999,03	1,096,930	990,24	1,089,264
XS1611042646	Kelllogg 0,8 17/11/22	500	500,000	99,95	999,47	498,735	1,006,39	503,193
XS1614196026	GS 1,375 15/5/24	1,500	1,500,000	99,99	999,93	1,489,895	1,002,36	1,503,573
XS1614722806	CABKSM 1,125 17/9/24	8	800,000	99,78	99,779,00	798,232	98,484,74	787,878
XS1623355374	NNGRNV 0,25 1/6/20	500	500,000	99,93	999,31	499,655	1,002,60	501,298
XS1627337881	AQUA 1,413 8/6/22	8,006	8,006,000	101,32	1.013,20	8,111,701	1,005,62	8,051,006
XS1647404554	ALDFP 0,875 18/7/22	10	1,000,000	99,78	99,776,00	997,760	98,484,34	984,843
XS1673102734	ISDSC 1,5 31/8/27	1,400	1,400,000	99,91	999,08	1,398,712	1,362,823	973,44
XS1678372472	BBVA 0,75 11/9/22	26	2,600,000	99,60	99,596,92	2,589,520	98,624,08	2,564,226
XS1685798370	ADNA 0,875 19/9/24	1,000	1,000,000	99,47	994,74	994,740	1,000,54	1,000,543
XS1689739347	BACRED 0,625 27/9/22	800	800,000	99,40	993,99	795,192	949,25	759,403
XS1692378323	HOSBTS 1 1/8 10/04/2	500	500,000	100,20	1.002,00	501,000	995,21	497,606
XS1697916358	FCABNK 0,25 12/10/20	1,000	1,000,000	99,65	996,52	996,520	984,88	984,885
XS169951767	UBIM 0,75 17/10/22	500	500,000	99,47	994,74	497,370	937,31	468,656
XS1715306012	ALATPF 1% 7/1/25	7	700,000	97,62	97,623,00	685,361	93,870,68	657,095
XS1717575259	NESNVX 2 3/8 11/17/2	60	60,000	83,71	83,713	50,228	854,57	51,274
XS1718393439	GASSM 0,875 15/5/25	11	1,100,000	99,77	99,770,00	97,470	97,134,77	1,068,482
XS1725395302	SVEGNO 0 1/2 11/29/2	1,000	1,000,000	99,66	996,61	996,610	990,89	990,888
XS1731105612	SABSM 0 7/8 03/05/23	18	1,800,000	99,44	99,435,00	1,789,830	95,766,58	1,723,798
XS1732232340	DT 0,625 13/12/24	1,500	1,500,000	99,24	992,39	1,488,585	982,20	1,473,293
XS1749378342	LLOYDS 0,625 15/1/24	1,500	1,500,000	99,36	993,64	1,490,460	988,11	1,437,165
XS1750986744	ENLUM 1,125 16/9/26	1,500	1,500,000	99,18	991,84	1,487,760	944,28	1,416,417
XS1753814737	RENELP 1,75 18/1/28	200	200,000	99,84	998,36	199,672	993,54	198,707
XS1771838494	INTNED 1,125 14/2/25	15	1,500,000	99,59</				

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-18  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescaada

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1808482746	HANRUE 1.125 18/4/28	10	1,000,000	99.20	99,195.00	991,950	98,911.21	989,112
XS1808739459	ABNAMR 0.875 22/4/25	1,000	1,000,000	99.78	997.84	997,840	1,008.23	1,008,235
XS1823246803	BMW 1.125% 05/22/26	100	100,000	99.39	993.90	99,390	992.62	99,262
XS1823532640	BNP 1.125 22/11/23	1,000	1,000,000	100.44	1,004.40	1,004,400	993.90	993,903
XS1828032513	DT 0.625% 01/12/22	1,000	1,000,000	99.75	997.53	997,530	1,003.46	1,003,461
XS1828037587	TENN 1.375 05/06/28	1,000	1,000,000	99.03	990.31	990,310	1,013.31	1,013,311
XS1830924480	VW 0.625 08/09/21	8	800,000	99.90	99,904.00	799,232	99,285.92	794,287
XS1847892636	IBESM 1.25 28/10/26	6	600,000	99.06	99,055.00	594,330	99,207.60	595,246
XS1856833543	BCFM 0.5% 11/18/22	10	1,000,000	99.70	99,701.00	997,010	99,751.01	997,510
XS1858912915	TRNIM 1.23/7/23	1,000	1,000,000	99.68	996.78	996,780	1,004.29	1,004,288
XS1859010685	Cii 1.5% 07/24/26	2,000	2,000,000	99.79	997.89	1,995,780	994.65	1,989,293
XS1872032369	NAB 0.625 30/08/23	1,000	1,000,000	100.00	999.95	999,950	994.83	994,833
XS1872038218	BKIR 1.375 29/08/23	300	300,000	99.81	998.08	299,424	970.51	291,153
XS1874127811	SIEGR 1.375 06/09/23	50	50,000	99.99	999.87	49,993	1,001.08	50,054
XS1874127902	SIEGR 1.375 06/09/30	500	500,000	99.53	995.29	497,645	998.87	499,434
XS1875331636	GIVNVX 1.125 17/9/25	10	1,000,000	99.63	99,633.00	996,330	100,923.71	1,009,237
XS1878191052	AMSSM 0.875 18/09/23	5	500,000	99.90	99,898.00	499,490	99,483.71	497,419
XS1881574591	SGOFP 0.875 21/09/23	10	1,000,000	99.97	99,971.00	999,710	99,968.52	999,685
XS1883354547	ABT 0 27/9/20	500	500,000	99.73	997.27	498,635	994.17	497,085
XS1883354620	ABT 0.875 27/09/23 C	400	400,000	99.91	999.12	399,648	1,001.28	400,513
XS1883351997	ABT 1.5 27/09/26	250	250,000	99.72	997.23	249,306	1,004.41	251,101
XS1888229249	BERTEL 1 % 09/29/25	7	700,000	99.40	99,396.00	695,772	100,251.34	701,759
XS1890709774	MJFG 0.98 09/10/23	400	400,000	100.00	1,000.00	400,000	1,001.85	400,738
XS1892240281	ALDFP 1.25 11/10/22	5	500,000	99.92	99,915.00	499,575	99,452.82	497,264
XS1893621026	EDPPL1.875% 13/10/25	6,804	6,804,000	99.71	997.09	6,784,168	1,004.52	6,834,750
XS1893631769	VW 2.25% 16/10/26	1,100	1,100,000	100.02	1,000.20	1,100,220	988.76	1,087,632
XS1893632221	VW 0.25% 16/10/20	1,100	1,100,000	99.86	998.64	1,098,509	997.00	1,096,697
XS1896661870	DGELN 0.25 22/10/21	300	300,000	99.91	999.13	299,739	1,000.97	300,290
XS1917577931	ABNAV 0.25 03/12/21	1,000	1,000,000	99.68	996.78	996,780	1,000.29	1,000,292
XS1918887156	SABSM 5.375 12/12/28	3	300,000	99.98	99,979.00	299,937	100,419.52	301,259
	...							
	sub-total	1,353,620	740,228,236			748,025,990		755,273,776
	sub-total	5,480,300,433	1,462,432,136			1,472,923,412		1,516,589,087
	2.3 - Derivados de negociação							
	Swaps							-10,337,739
	Futuros							316,870
	...							
	sub-total	0	0			0		-10,020,869
	2.4 - Derivados de cobertura							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	total	124,496,069,982	2,829,622,306			3,494,761,275		3,597,699,899
	<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>124,933,889,958</b>	<b>2,874,047,004</b>			<b>3,546,298,203</b>		<b>3,641,529,949</b>

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2018  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	34,053,076	12,304,496	16,581,624	-5,166,956
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	34,053,076	12,304,496	16,581,624	-5,166,956

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2017  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	25,355,426	10,138,866	9,136,623	-6,079,938
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	34,053,076	12,304,496	16,581,624	-5,166,956

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante designada por “Santander Totta Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4.177.162.335 euros e um total de capital próprio de 110.874.083 euros, incluindo um resultado líquido de 17.756.836 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Conforme descrito nas notas 1 e 37 do anexo às demonstrações financeiras, em 1 de outubro de 2018 a Santander Totta Seguros adquiriu a totalidade do capital social da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo na mesma data sido registado o projeto de fusão por incorporação, com extinção em termos jurídicos da referida entidade, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt*  
*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*  
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que integram a PricewaterhouseCoopers International Limited, cuja estrutura legal é descrita no site [www.pwc.com](http://www.pwc.com).

### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p><b>Valorização de instrumentos financeiros</b></p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.21, 6 e 32 das demonstrações financeiras.</u></p> <p>Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, no montante total de 3.829.023 milhares de euros, representam 92% do ativo da Companhia em 31 de dezembro de 2018, tendo como finalidade a cobertura das responsabilidades assumidas no âmbito dos contratos de seguro e dos contratos de investimento. A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento.</p> <p>Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emitentes ou metodologias de avaliação.</p> <p>Os instrumentos financeiros menos líquidos, representando cerca de 8% do total da referida carteira de instrumentos financeiros (299.004 milhares de euros), incluem fundos de investimento imobiliários e mobiliários, obrigações e derivados, e a valorização dos mesmos envolve julgamento, visto não existirem dados observados em mercado.</p> <p>Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;</li><li>• Verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros;</li><li>• Verificação de cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas;</li><li>• Para posições menos líquidas, avaliação de suportes adequados para a valorização adotada;</li><li>• Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.</li></ul> <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

## **Matérias relevantes de auditoria**

## **Síntese da abordagem de auditoria**

### **Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas**

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 2.6, 2.8, 2.21, 11 e 12 das demonstrações financeiras.

As provisões matemáticas do ramo vida apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 653.040 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ascendem a 3.197.888 milhares de euros, correspondendo no total a 95% do passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerente à constituição de provisões matemáticas do ramo vida é essencialmente efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações e despesas. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou é agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta.

Esta avaliação envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como, taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Companhia para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente às provisões técnicas de seguro direto e aos referidos passivos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com

os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

#### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE)  
n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta Seguros pela primeira vez para um período compreendido entre 2016 e 2017, na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016. A nossa segunda nomeação ocorreu no dia 3 de maio de 2018 por deliberação por escrito do acionista único, para o triénio compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

29 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2018

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2018, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

A atual composição do Conselho Fiscal foi aprovada pelo acionista único na Deliberação Unânime Por Escrito tomada em 3 de maio de 2018, tendo a sua entrada em funções ocorrido a 1 de agosto de 2018 na sequência da autorização para o efeito proferida pelo Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões na sua reunião de 20 de julho de 2018.

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2018 e 2019 sobre a atividade e contas da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo-se, em algumas delas, contado com a presença de membros da Administração, do Responsável pela Auditoria Interna, do Diretor Financeiro e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2018 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2018, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.



Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório de autoavaliação dos riscos e da solvência (relatório ORSA) e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável, procedeu à análise das propostas de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e o número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) a prestar pelo Revisor Oficial de Contas.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Foi analisado o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas no período do seu primeiro mandato, na sequência do que o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor, emitiu e apresentou a competente proposta de recondução para deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.



Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2018;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 29 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL

José Luis Areal Alves da Cunha (Presidente)

António Baía Engana (Vogal)

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE  
GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é diretamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indiretamente dominante da sociedade Santander Totta SGPS, SA.

2. As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros. Não, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, conseqüentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Nos termos do artigo 407º do CSC e ao abrigo do Estatutos da Sociedade, em 2016 o Conselho de Administração designou uma Comissão Executiva, na qual estão delegados os poderes correntes de gestão.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

### 7. As principais áreas organizacionais da Sociedade são:

- Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos - Estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único.
- Departamento Técnico e Operacional – Assegura a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.
- Departamento Financeiro - Assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das

demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças.

- Departamento Gestão Riscos, Atuarial e Controlo Interno - Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos; Assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II; Apura, controla e reporta trimestralmente o requisito de capital ("SOR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Coordena e promove a atualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e na Volcker Rule quer de acordo com os definidos pelas áreas corporativas do Grupo Santander e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Analisa e valoriza as incidências detetadas e efetua o seguimento dos planos de ação para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez.
- Departamento de Qualidade e Compliance - Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações. Assegura a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, com identificação das áreas / colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento e assegurar atempada informação de todas as alterações ocorridas. Elabora normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o

Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco.

### 8. Modelo global de governo da sociedade

O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores.

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes.

- Comité de Compliance - Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.
- Comité de Riscos - supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o apetite por risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Geral de Risco.
- Comité de Controlo Interno - Monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.
- Comité de Investimentos - Monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- Comité de Aprovação de Produtos – aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulatórias aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.
- Comité de Qualidade - Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, bem como estabelece Projetos de Melhoria de Qualidade e promove o seu seguimento.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro e no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS  
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

## **POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.**

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2019-2021 por Deliberação Unânime por escrito datada de 26-03-2019, tendo atualmente a seguinte composição:

Presidente: Manuel António Amaral Franco Preto  
Vogais: Sara Eusébio da Fonseca  
Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (Diário da República, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

### ***I. Política do Grupo Santander***

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;

- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

O Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

## ***II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.***

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;

- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

### ***III. Componentes da Política de Remuneração***

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
- (i) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente aos restantes administradores executivos;
- (ii) Anualmente, por Administrador da Santander Totta SGPS, relativamente ao Presidente do Conselho de Administração.
- c) Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção em outras entidades do Grupo, podem ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

#### **1. Remuneração Fixa Anual**

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2019, uma parcela inferior a 33% da Remuneração Total Anual.

#### **2. Remuneração Variável**

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Em 2016 foram feitas alterações à Política que têm como objetivo: (i) simplificar a estrutura das componentes variáveis da remuneração, ao integrar num único componente o prémio de desempenho de empresa e o prémio a longo prazo previstos para os Administradores Executivos na anterior política; (ii) melhorar o ajustamento por risco ex ante da remuneração variável, utilizando um único conjunto de métricas anuais quantitativas e qualitativas que permitam recompensar as decisões adequadas dentro do quadro apropriado de riscos e reforçar o alinhamento da remuneração variável com os interesses e objetivos a longo prazo da sociedade; e (iii) aumentar a incidência dos elementos de longo prazo e as medidas plurianuais de desempenho e combinar de forma mais efetiva os objetivos a curto e a longo prazo (dado que o cumprimento dos objetivos a curto prazo passará a determinar o montante máximo atribuível a longo prazo).
- d) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- e) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- f) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- g) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

## **2.1. Remuneração Variável**

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor, reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não

aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.

d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;

e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas malus e claw back descritas no item (iv) abaixo.

f) O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos Administradores Executivos e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

(i) Valor de referência da remuneração variável

g) A remuneração variável de 2019 dos Administradores Executivos será determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo posteriormente fixado para cada membro um valor de referência para o exercício.

(ii) Fixação do valor da remuneração variável

h) Partindo do esquema de referência descrito abaixo, a remuneração variável de 2019, para os administradores executivos será determinada considerando como elementos básicos do esquema:

- Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais.
- Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
- Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/ou riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

i) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



(iii) Forma de pagamento:

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2020 e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- a) 60%, dessa remuneração será paga em 2020, líquida de impostos, em dinheiro e em ações.
- b) o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em 2021, 2022 e 2023, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

(iv) Outras condições da remuneração variável

Condições de permanência, cláusulas malus e clawback aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionada, além da permanência do beneficiário no Grupo, à não existência durante o período anterior a cada uma das entregas de circunstâncias que possam dar lugar à aplicação de malus e clawback, conforme definido na Política de Retribuição do Grupo.

A aplicação de cláusulas malus e clawback é iniciada em situações em que se verifique um deficiente desempenho financeiro da entidade no seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições criadas por colaboradores devendo considerar-se, pelo menos, as seguintes circunstâncias:

- Falhas significativas na gestão de riscos praticadas pela entidade, por uma unidade de negócio ou de controlo de risco;
- O aumento das necessidades de capital da sociedade não previstas no momento da criação da exposição;
- Quaisquer sanções regulatórias ou condenações judiciais por atos que possam ser imputados à entidade ou ao colaborador responsável por aqueles atos, bem como o incumprimento de códigos de conduta internos da entidade;
- Prova de má conduta, individual ou coletivas.

A decisão de aplicação de malus e/ou clawback, é da competência da Comissão de Vencimentos.

## **2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga**

Da remuneração variável de 2015, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2016, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2017, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2018, foi paga em 2019 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

## **3. Benefícios**

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

## **4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Totta Seguros**

Em 2018 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Santander Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2019.

## ***IV. Aspetos complementares***

Não foi posta em prática em 2018 nem se prevê para 2019, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2018, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2019.

#### ***V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões***

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Esta política foi ainda revista em 2019 à luz das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da actividade seguradora e resseguradora. Nessa medida, acrescenta-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, constando este requisito ainda da Política de subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento,

na globalidade, e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa, 28 de março de 2019

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PELAS FUNÇÕES CHAVE

Nos termos e para os efeitos do disposto na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF), designadamente no seu capítulo VI. Relativo à avaliação da Política de Remuneração, a política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.

Esta avaliação deve incluir designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.

Esta avaliação será apresentada ao órgão de administração e à Comissão de Vencimentos da Sociedade na forma do presente Relatório e que contém os resultados da análise à política de remunerações, sendo nomeadamente identificadas, caso aplicável, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das recomendações da Circular.

A este propósito, cabe referir que a Sociedade foi objeto de uma auditoria levada a cabo pela Auditoria Interna à implementação das políticas de Solvência II durante o ano de 2018, tendo sido requerido que ficasse definido da política de remunerações que a empresa assegura que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, no âmbito da adoção das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício.

Nesse sentido, e tendo em consideração que da análise de acolhimento das Orientações acima referidas, foi este o único ponto considerado como necessário robustecer na Política, foi o mesmo acrescentado para o ano de 2019 nesta política, sendo certo que o mesmo foi desde logo e ainda em 2018, sido integrado ainda na Política de Subcontratação aprovada a 8 de novembro.

Assim, não se consideram existir insuficiências à luz das recomendações plasmadas na Circular não sendo por conseguinte, propostas quaisquer medidas de correção.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS DAS  
FUNÇÕES CHAVE

## **POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS DAS FUNÇÕES-CHAVE DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da Sociedade.

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, de Gestão de Riscos, de Controlo de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna.

Na Santander Totta Seguros, a designação dos responsáveis das funções de controlo é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante, os responsáveis designados pela Sociedade possam acumular o exercício de análogas funções em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

### ***I. Política do Grupo Santander***

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções-chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de trabalhadores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;

- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

## ***II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.***

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da Circular 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;

- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

### **III. Componentes da Política de Remuneração**

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares de funções-chave enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respectivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- c) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções de controlo o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;
- d) Os responsáveis pelas funções de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna, dado exercerem funções transversalmente no Grupo Santander, auferem remunerações pagas por outra entidade do Grupo e não são remunerados pela Sociedade, aplicando-se a presente Política às restantes funções-chave;

#### **1. Remuneração Fixa Anual**

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar, em 2019, uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

#### **2. Remuneração Variável**

- a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;

- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

## 2.1. Determinação da Remuneração Variável Anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;
- e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas *malus* e *claw back* descritas no item (iv) abaixo.

### (i) Valor de referência da remuneração variável

- f) A remuneração variável de 2019 dos Responsáveis de Função-Chave será determinada a partir de uma referência padrão dos objetivos estabelecidos, sendo posteriormente fixado para cada membro um valor de referência para o exercício.

### (ii) Fixação do valor da remuneração variável

- g) Partindo do esquema de referência descrito, a remuneração variável de 2019, será determinada considerando como elementos básicos do esquema:

- Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais.
  - Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
  - Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/o riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.
- h) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



(iii) *Forma de pagamento:*

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2020 e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- 60%, dessa remuneração será paga em 2020, em dinheiro e em ações.
- o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em 2021, 2022 e 2023, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

Os pagamentos diferidos do terceiro ano, poderão estar sujeitos aos objetivos a longo prazo descritos no anexo I, nos termos definidos pelo Grupo.

- As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

#### *(iv) Outras condições da remuneração variável*

Condições de permanência, cláusulas *malus* e *clawback* aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionado, além da permanência do beneficiário no Grupo, à não existência durante o período anterior a cada uma das entregas de circunstâncias que possam dar lugar à aplicação de *malus* e *claw back*, conforme definido na Política de Retribuição do Grupo.

A aplicação de cláusulas *malus* e *clawback* é iniciada em situações em que se verifique um deficiente desempenho financeiro da entidade no seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições criadas por colaboradores devendo considerar-se, pelo menos, as seguintes circunstâncias:

- a) Falhas significativas na gestão de riscos praticadas pela entidade, por uma unidade de negócio ou de controlo de risco;
- b) O aumento das suas necessidades de capital não previstas no momento da criação da exposição;
- c) Quaisquer sanções regulatórias ou condenações judiciais que possam ser imputados à entidade ou ao colaborador responsável por aqueles atos, incluindo o incumprimento de códigos de conduta internos da entidade;
- d) Prova de má conduta sejam individuais ou coletivas. Consideram-se especialmente os efeitos negativos derivados da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou órgãos que tomaram estas decisões;

#### ***IV. Aspetos complementares***

Não se prevê para 2019, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que durante o ano de 2019 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão de funções-chave.

#### ***V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões***

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e

Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes titulares, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção das recomendações constantes do Capítulo V da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 29 de março de 2019



**Santander Totta**

SEGUROS